

**REVISTA**

**LUMEN**

**CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSUNÇÃO – UNIFAI**

## **REVISTA LUMEN (ISSN: 2447-8717)**

Revista semestral de investigação multidisciplinar

### **Grão-Chanceler**

Cardeal Dom Odilo Pedro Scherer

### **Reitor**

Prof. Dr<sup>a</sup>. Karen Ambra Cordeiro

### **Vice-Reitora**

Prof<sup>a</sup>. Dr. Alessandro Fuentes Venturini

### **Pró-Reitor Administrativo**

Prof. Me. Pe. João Julio Farias Junior

### **Pró-Reitor Jurídico**

Prof. Esp. Pe. José Rodolpho Perazzolo

### **Pró-Reitora Acadêmica**

Prof<sup>a</sup>. Ma. Denize Scivoletto Mazza Garcia

### **Secretário Geral**

Adilson Cristiano Lana

### **Editor responsável**

Prof. Dr. Thiago Rodrigues

Profa. Dra. Vanessa Beatriz Bortulucce

### **Editores**

Prof. Dr. Sidnei Ferreira de Vares

Prof. Dr. Jean Rodrigues Siqueira

### **Revisora**

Profa. Ma. Rosane Câmara

### **Diagramação e suporte técnico**

Prof. Dr. Claudemir Gimenez

### **Conselho editorial**

Profa. Dra. Carla Montuori Fernandes (Universidade Paulista – UNIP)

Prof. Dr. Carlos Eduardo Riberi Lobo (Universidade São Judas Tadeu– UNIFAI)

Prof. Dr. Flávio Reis dos Santos (Universidade Estadual de Goiás - UEG)

Prof. Dr. Flávio Rovani de Andrade (Universidade Federal do Piauí - UFPI)

Prof. Dr. Flávio Trovão (Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT)

Prof. Dr. Hermógenes Saviani Filho (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS)

Prof. Dr. Jean Rodrigues Siqueira (Centro Universitário Assunção – UNIFAI)

Prof. Dr. José Iesca Rodrigues (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP)

Prof. Dr. José Renato Polli (Centro Universitário Anchieta – UNIANCHIETA)

Prof. Dr. Marcos Horácio Gomes Dias (Universidade São Judas Tadeu – USJT)

Profa. Dra. Maria Lúcia Salgado (Faculdade Paulista de Pesquisa e Ensino Superior – FAPPES)

Prof. Dr. Pedro Calixto (Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG)

Prof. Dr. Sidnei de Oliveira (Universidade Estadual Paulista – UNESP)

### **Vinculação:**

Centro Universitário Assunção – UNIFAI – Fundação São Paulo – FUNDASP.

Rua Afonso Celso, 671/711, Vila Mariana – SP – Tel: (11) 5087-0199 ou 0800-100-124

## SUMÁRIO

Editorial.....	4
Apresentação.....	5
<b>DOSSIÊ .....</b>	<b>6</b>
MARX, MÍDIA E EDUCAÇÃO NO BRASIL: UM INTRICADO PROCESSO.....	7
	Sidnei Ferreira de Vares
DA MORALIDADE NO GOVERNO: O CASO DOIMPEACHMENT MOVIDO POR EDMUND BURKE CONTRA WARREN HASTINGS.....	28
	Alexandre Toler Russo
<b>ARTIGOS LIVRES.....</b>	<b>50</b>
O MITO DE AFRODITE EM CONTRAPONTO AO MITO DA BELEZA NA CONTEMPORÂNEIDADE.....	51
	Adriano Carvalho Viana
	Marta Cirino
<b>TRADUÇÕES.....</b>	<b>59</b>
Autobiographische Skizze.....	60
	Sidnei de Oliveira
	Lenara Abreu de Mattos
Sobre a Revista.....	71
Normas para publicação.....	72

## Editorial

4

A Revista Lumen, fundada em 1994, durante anos cumpriu o importante papel de difundir a produção acadêmica no Brasil, dando espaço tanto aos professores do Centro Universitário Assunção – UNIFAI, instituição à qual está vinculada, quanto aos colaboradores externos. Foram mais de 30 números publicados desde então, dois a cada semestre. Todavia, a revista encerrou sua atividade no ano de 2009. Em 2011, sob a reitoria, representada pelo Magnífico Reitor Prof. Dr<sup>a</sup>. Pe. Edécio Serafim Ottaviani, houve a preocupação de resgatar este veículo de difusão do conhecimento acadêmico, bem como em estimular os professores da instituição à prática da pesquisa e da produção acadêmica de qualidade. Agora em 2020, com a ascensão da nova reitoria, representada pela Magnífica Reitora Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Karen Ambra Cordeiro, o Centro Universitário Assunção - UNIFAI mantém o compromisso de contribuir com o debate acadêmico qualificado, promovendo a integração entre a Universidade e a comunidade. Nesse sentido, o elemento distintivo da instituição sempre foi, e continua sendo, seu caráter humanista e o cuidado com a fraternidade social.

Como é do conhecimento de todos, reflexões e debates acadêmicos, cada vez mais, assumem importância fundamental face às rápidas transformações do mundo contemporâneo. A universidade, portanto, tem o compromisso com a promoção de leituras e análises mais abrangentes que, promovendo novos questionamentos teórico-metodológicos, deem conta de compreender estes processos. Afinal, se o ensino, a extensão e a pesquisa constituem o tripé sob o qual se assentam as instituições de ensino superior, cabe ao Centro Universitário Assunção – UNIFAI dar a sua parcela de contribuição para o avanço da pesquisa acadêmica no Brasil.

O ano de 2015, portanto, demarcou um novo momento dessa história, que continua em 2020 fiel aos princípios e a proposta anunciados. Reitoria, pró-reitoria acadêmica, coordenadores de curso e professores decidiram trabalhar em torno de um projeto de reativação da Revista Lumen. O saldo, sem dúvida positivo, pode ser enfim avistado. Em um novo formato, virtual, a Revista Lumen reinicia seus trabalhos com o objetivo de dar voz aos pesquisadores de todo Brasil e, quiçá, aos pesquisadores estrangeiros que queiram colaborar conosco. Estruturada, pois, em torno de um tema geral, que compõe o dossiê, mas também aberta a artigos livres, resenhas, traduções e entrevistas, a versão virtual da Revista Lumen recomeça sua missão acerca da difusão científica.

Destarte, é com enorme alegria que seus editores, Prof. Dr. Thiago Rodrigues, Prof. Dr. Sidnei Ferreira de Vares e Profa. Dra. Vanessa Beatriz Bortulucce, apresentam agora o nono número da Revista Lumen.

Boa leitura a todos,  
Os editores.

## Apresentação

Com enorme satisfação lançamos o décimo número da Revista Lumen, que apresenta como tema de seu dossiê “Política, moralidade e religião”. Os artigos que compõem esta seção apresentam reflexões oriundas do universo da política em sua interlocução com a educação, a mídia e a religião, destacado, nesse último sentido, suas implicações morais.

Merece especial destaque a tradução, direta do alemão e inédita no Brasil, do texto de Richard Wagner “*Autobiographische Skizze*” (em português “Esboço autobiográfico”), realizada pelos professores Sidnei de Oliveira e Lenara Abreu de Mattos. Nesse sentido ainda, vale lembrar que, ambos músicos, o Prof. Dr. Sidnei de Oliveira é especialista no pensamento do autor e realizou estágio de doutorado Universität Leipzig/Deutschland (2014-2015), além de autor do livro intitulado *O Beethoven de Wagner em O Nascimento da Tragédia de Nietzsche* sobre o filósofo Wagner.

5

O artigo que abre o dossiê, intitulado “Marx, mídia e educação no Brasil: um intrincado processo” de autoria do Prof. Dr. Sidnei Ferreira de Vares, trata das relações entre Marx, a mídia e a educação no Brasil, a partir da análise de algumas narrativas contrárias ao pensamento do filósofo alemão que, nos últimos anos, se intensificaram nas mídias tradicional e alternativa, e que coincidiram com o surgimento do movimento Escola Sem Partido, cujo principal alvo são os professores de humanidades, acusados por seus integrantes de realizar proselitismo ideológico em sala de aula, na condição de agentes do “marxismo cultural”. O artigo apresenta ainda as afinidades entre os difusores destas distorções através da mídia e os princípios que, desde o primeiro instante, deram forma a esse movimento, ao mesmo tempo revela a fragilidade dessas análises e dos princípios, buscando no legado marxista elementos críticos que possibilitem maior clareza acerca deste processo.

Em seguida, o provocador artigo de Alexandre Toler Russo, que traz por título “Da moralidade no governo: o caso do impeachment movido por Edmund Burke contra *warren hastings*”, apresenta como Edmund Burke defendeu a moralidade nos governos em um longo processo de impeachment contra Warren Hastings. Essa defesa, exposta nos Discursos sobre o impeachment de Warren Hastings, texto sobre o qual o artigo se baseia, centrou-se na ideia de uma moralidade – da qual faz parte um senso de justiça – inata e comum a todos os homens, independentemente de lugar ou época. O artigo explora ainda o combate jurídico de Burke contra os defensores de Hastings opôs essa ideia à concepção de uma moralidade fluida – variando conforme a cultura de cada povo – a serviço das razões de estado. Para Burke, como para Cícero, há uma moralidade comum acima de qualquer discussão, e essa moralidade, capaz de identificar crimes e injustiças em qualquer lugar e em qualquer época, é conveniente e eficaz em quaisquer circunstâncias. Como Santo Agostinho, o parlamentar britânico via na justiça e na moralidade o fundamento dos governos, e nenhuma razão de estado poderia se contrapor a isso. Na visão do pensador irlandês, a moralidade e a justiça, em última instância fundamentadas em Deus, foram solapadas, em nome do dinheiro, pelo governo de Hastings na Índia, e a reconstituição histórica proposta neste artigo destaca os pontos controversos que serviram de substrato para as acusações de Burke no processo de impeachment.

Este número da revista traz ainda uma seção de artigos livres, com o interessante artigo de Adriano Carvalho Viana e Marta Cirino, intitulado “O mito de Afrodite em contraponto ao mito da beleza na contemporaneidade”, que busca analisar o mito da deusa Afrodite e seus desdobramentos na mitologia grega, assim como a importância da beleza no viés físico e platônico.

Convidamos, então, o leitor a participar das reflexões propostas neste volume, contribuindo, desta forma, para a ampliação do debate e do diálogo, tão necessários para os tempos desafiadores que estamos vivendo.

Boa leitura!  
Prof. Dr. Thiago Rodrigues  
Prof. Dr<sup>a</sup>. Vanessa Bortulucce  
Editores responsáveis

# DOSSIÊ

**POLÍTICA, MORALIDADE E RELIGIÃO**

# MARX, MÍDIA E EDUCAÇÃO NO BRASIL: UM INTRICADO PROCESSO

Sidnei Ferreira de Vares\*

**Resumo:** Este artigo tem por intuito discutir as relações entre Marx, mídia e educação no Brasil, a partir da análise de algumas narrativas contrárias ao pensamento do filósofo alemão que, nos últimos anos, se intensificaram nas mídias tradicional e alternativa, e que coincidiram com o surgimento do movimento Escola Sem Partido, cujo principal alvo são os professores de humanidades, acusados por seus integrantes de realizar proselitismo ideológico em sala de aula, na condição de agentes do “marxismo cultural”. Na medida do possível, procuramos mostrar as afinidades entre os difusores destas distorções através da mídia e os princípios que, desde o primeiro instante, deram forma a esse movimento. Ao mesmo tempo procura-se revelar a fragilidade dessas análises e princípios, buscando no legado marxista elementos críticos que possibilitem maior clareza acerca deste processo.

**Palavras-chave:** mídia, educação, Escola Sem Partido, marxismo cultural, esquerda.

## INTRODUÇÃO

As sociedades capitalistas sempre podem dar um suspiro de alívio dizendo-se: o comunismo acabou desde os desmoronamentos dos totalitarismos do século XX, e não somente acabou com também aconteceu, isso não passou de um fantasma. Mal podem denegar isto, o inegável mesmo: um fantasma não morre nunca, está sempre por vir ou por retornar

(DERRIDA, 1994, p. 57-58).

A figura de Karl Marx (1818-1883) nunca foi muito bem aceita entre os membros das elites econômicas e políticas contemporâneas. Afinal, o filósofo alemão não só analisou e tentou compreender a dinâmica do modo de produção capitalista, mas também ousou destruí-la e superá-la em nome de uma organização societária futura, caracterizada pela socialização dos meios de produção e a planificação econômica (o comunismo), que na visão do “mouro”<sup>1</sup> inauguraria uma nova fase na trajetória humana – ou seja, a passagem da pré-história à história propriamente dita. Como salienta Jorge Grespan (2021, p. 10-12), o objetivo de Marx consistiu em: “desmascarar a pretensa normalidade de que se revestem até mesmo os fenômenos mais insuspeitos e contraditórios da sociedade moderna. Além de descritiva e explicativa, sua obra é uma teoria crítica do capitalismo que revela a contradição profunda na base desse sistema”.

Decerto, Marx foi um intelectual militante, que sempre expôs publicamente suas posições sem fugir de polêmicas, muitas vezes de maneira ácida em relação a seus adversários políticos e detratores ou

---

\* Doutor e mestre em Educação pela USP. Professor da Universidade São Judas – USIJ e do Centro Universitário Assunção – UNIFAI.

<sup>1</sup> Apelido de Marx, comumente utilizado pelos membros de seu círculo de convivência, inclusive por sua esposa, Jenny Von Westphalen, e por seu grande parceiro intelectual, Friedrich Engels, devido a seus traços fisionômicos.

se posicionando firmemente contra qualquer tipo de ideologização no campo das ideias, sobretudo aquelas que, aparentemente sólidas, “desmancham no ar” no confronto com a realidade concreta, isto é, com a história.

No Brasil, as coisas não são diferentes. As elites brasileiras sempre se revelaram refratárias e hostis às ideias marxianas. Aqui, a penetração das ideias marxianas, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX<sup>2</sup>, também despertou paixões diversas, a favor ou contra, conquanto, entre os detentores do capital, e mesmo entre parcela dos estratos sociais médios, a impressão acerca de sua influência seja predominantemente negativa, identificando-a com as mazelas dos regimes socialistas historicamente constituídos.

Os motivos desta ojeriza são variados. Em primeiro lugar, durante décadas os regimes socialistas foram “demonizados”. A guerra-fria e a influência estadunidense sobre o Ocidente, e em especial na América Latina, concorreram para que Marx e o comunismo por ele propugnado se convertessem em uma ameaça ao liberalismo deformado que emoldurou a social brasileira a partir do século XIX. Em segundo lugar, cumpre destacar o papel exercido num passado recente pela Igreja Católica, e atualmente pelas Igrejas neopentecostais<sup>3</sup>, que vêm no marxismo a negação das tradições religiosas e dos valores cristãos que, por certo, também contribuíram para nossa formação histórica e social. Por último, pode-se apontar o papel da mídia tradicional, porta-voz de uma visão liberal-conservadora, mas também de parte da mídia alternativa, na desconstrução imagética do comunismo, bem como na difusão de todo o tipo de distorções sobre o assunto, que certamente incidem sobre o imaginário popular.

Claro, há outros motivos além destes. Mas o fato é que esta “demonização” tem se espreado por outros campos sociais como, por exemplo, o da educação. Falar de Marx em sala de aula tornou-se um desafio, muitas vezes desgastante para parcela dos professores da área das Ciências Humanas, ou seja, aqueles que se dedicam ao ensino da História, Geografia, Sociologia e Filosofia, devido à polarização política que acometeu o país nos últimos anos.<sup>4</sup> Isso porque, em algumas situações, por vezes pontuais,

---

<sup>2</sup> No dia 1º de Julho de 1892 ocorreu, no Rio de Janeiro, o I Congresso Socialista Brasileiro, organizado por Luiz França e Silva, editor do jornal *Echo Popular*, que reuniu 400 operários oriundos de várias partes do país. O objetivo do Congresso, que era discutir as ideias socialistas no Brasil, resultou na fundação, em Janeiro de 1893, na fundação do Partido Socialista Brasileiro. Todavia, o novo partido durou poucos meses, dissolvendo-se naquele mesmo ano, após a morte de França e Silva. (AQUINO, 2007, p. 91-93). Em 25 de março de 1922, todavia, é fundado o Partido Comunista do Brasil (PCB), influenciado pelo sucesso da Revolução Russa, de 1917, a partir de alguns membros dissidentes do movimento anarquista. Mais tarde, o PCB se tornará uma seção da Internacional Comunista, sendo perseguido em inúmeras ocasiões, como durante o Estado Novo e, após a redemocratização de 1946 e a ditadura civil-militar, entre 1964 e 1985 (FAUSTO, 2012, p. 303-305). Estas, sem dúvida, foram as experiências socialistas brasileiras mais antigas em nosso país. Depois delas, outros partidos e agremiações à esquerda surgiram, revelando as diferentes leituras teóricas e conceituais do marxismo acerca da realidade política, econômica e social brasileira.

<sup>3</sup> Faz-se, contudo, questão de salientar que se trata de uma parte das Igrejas Católica e Neopentecostal, com vistas a evitar generalizações, pois existem em ambas as denominações religiosas segmentos que destoam completamente desta visão e adotam uma posição bem mais progressista em relação ao marxismo. Ainda assim, é preciso que se diga, entre os grupos de orientação conservadora destas duas denominações religiosas, as críticas ao marxismo são demasiadamente presentes, e geralmente assentadas em discordâncias quanto ao papel da religiosidade e das instituições religiosas no mundo social, bem como ao ateísmo presente em Marx e na maioria dos que se filiam à essa tradição.

<sup>4</sup> Embora esta polarização seja político-partidária e ideológica, há, sem dúvida, uma propensão em relacionar os partidos de esquerda ao marxismo, em geral, e a Marx, em particular. De modo que não é incomum que parte das críticas à esquerda brasileira respinguem, em alguma medida, na obra do filósofo alemão. Desenvolveremos este assunto no decorrer do texto.



noutras nem tanto, os educandos revelam e reproduzem muitos dos preconceitos que, tanto por meio da influência de seus círculos familiares quanto por meio de outros espaços de convívio social – não só físicos, mas muitas vezes virtuais – absorveram sobre este autor. E, por isso, a sala de aula pode converter-se em um espaço de embates acalorados, e não de debates autênticos, muitas vezes caracterizados pela ausência de uma racionalidade que possibilite minimamente um diálogo amistoso, através do qual o esforço do educador em desmistificar estes preconceitos irrompa e transcenda o dogmatismo e a intransigência de alguns de seus jovens interlocutores.

O ponto nevrálgico deste dilema é o seguinte: por que isso ocorre? Em outros termos, por que há tanta desinformação sobre a importância e o alcance do marxismo, e como isso repercute em sala de aula?

Esta é, indubitavelmente, uma questão fundamental e não menos complexa. Poderíamos, certamente, tentar explorar todos os motivos dessas distorções analíticas e interpretativas, acima destacadas, mas, infelizmente, os limites que encerram a extensão deste artigo nos forçam a enfatizar um ponto específico, neste caso o papel da mídia, seja a tradicional ou a chamada mídia alternativa, em suas mais diversas manifestações (escrita, televisiva, radiofônica e virtual), visto que parcela desses jovens alunos se informa por meio destes veículos e, em decorrência, reproduzem com alguma frequência em sala de aula os princípios, majoritariamente depreciativos, contidos nestas narrativas acerca do pensamento marxista.<sup>5</sup> Dito de outro modo, como a mídia contribui para distorcer as ideias de Marx? Como essas distorções concorrem para obscurecer as discussões em sala de aula? Eis as questões que visamos responder ao longo deste trabalho.

Para tanto, propomos dividi-lo em três partes. Na primeira parte delas, trabalharemos alguns exemplos, presentes tanto na mídia tradicional quanto na mídia alternativa, das críticas dirigidas ao marxismo. Neste ponto, apresentar-se-á as fontes de onde estas críticas foram extraídas, procurando, assim, revelar sua origem midiática. Na segunda parte, analisaremos os impactos do movimento conhecido como “Escola Sem Partido”, e que trouxe à tona a discussão acerca da influência do “marxismo cultural”<sup>6</sup> no campo da educação. Embora seja difícil afirmar que este movimento tenha surgido a partir das críticas midiáticas anteriormente enunciadas, tentar-se-á demonstrar que, entre esses dois momentos, há pelo menos uma série de afinidades ideológicas e valorativas que incidem sobre a vida cotidiana dos professores. Por fim, num exercício imaginativo, mas respaldados por parte do legado teórico marxista, procuraremos responder a essas críticas e, na medida do possível, desconstruí-las. Em tempo, deseja-se alertar o leitor que este não se trata de um trabalho conclusivo, mas tão somente de uma

---

<sup>5</sup> Embora entre os especialistas o termo “marxiano” dirija-se aos trabalhos do próprio Marx, enquanto o termo “marxista” seja empregado para referir-se aos trabalhos de seus intérpretes, manteremos a expressão marxista, consagrada sobretudo após a morte de Marx para se referir a ambos, bem como ao termo “marxismo” para nominar tanto a teoria desenvolvida pelo filósofo alemão quanto às interpretações dela decorrentes.

<sup>6</sup> O termo em questão, que encerra uma série de discussões, grosso modo refere-se à esquerda política, sobretudo identificada à tradição marxista, a qual supostamente aderiu a uma nova estratégia de tomada do poder, deslocando a luta do campo político para o cultural. Falaremos melhor sobre isso no decorrer deste trabalho.

contribuição de caráter reflexivo sobre como certas situações podem dificultar a compreensão de uma obra tão importante quanto a de Marx e de seus legatários.

## **A MÍDIA TRADICIONAL E ALTERNATIVA NA DESCONSTRUÇÃO DO LEGADO MARXISTA**

10

A palavra “mídia”, do Latim “media”, corresponde ao “meio” pelo qual as informações são difundidas no interior de uma sociedade. Sabe-se que, em termos modernos, pelo menos desde a invenção da imprensa pelo alemão Guttemberg, no século XVI, o jornal fora o grande veículo de informação, pelo menos até o início do século XX, quando o rádio emerge como uma inovação. Passadas algumas décadas, em meados dos anos de 1950, a televisão veio a ocupar o protagonismo do rádio e do jornal impresso, sem, entretanto, significar a superação de ambos. Na transição para o século XXI, em virtude dos avanços tecnológicos, a humanidade viu surgir a internet e, a partir disso, a diversificação de redes virtuais que revolucionaram a massificação da informação, dando origem a uma verdadeira “sociedade em rede” (CASTELLS, 2013). De modo que, no início deste novo milênio, há uma pluralidade de meios ou veículos de informação. Redes ou grupos sociais, privados ou públicos (sites, páginas, canais e blogs de todas as formas e tipos), passaram a ocupar, para além dos veículos existentes, espaços cada vez maiores e mais viscerais no contexto do cidadão contemporâneo. Disso, sem dúvida, depreende-se as confusões, não incomuns, entre informações documentadas, fundamentadas ou logicamente organizadas e informações distorcidas ou até mesmo falsas.

Estas distorções, infelizmente, encontram-se em toda a extensão do campo midiático, que, por si mesmo, é muito diversificado. Neste sentido, talvez seja necessário estabelecer uma distinção entre “mídia tradicional” e “mídia alternativa”. Geralmente, denomina-se mídia tradicional os principais veículos ou canais de comunicação de um país (emissoras de televisão e rádio, jornais e revistas de grande circulação, bem como sites, canais virtuais e blogs a elas vinculadas), cuja capilarização e alcance foram constituídos em anos de atuação jornalística profissional, seguindo padrões aceitos internacionalmente. Já a chamada mídia alternativa é um fenômeno mais recente, que está diretamente atrelado à democratização informacional decorrente dos avanços tecnológicos, sobretudo da internet, e que embora possa contar – o que nem sempre ocorre – com o mesmo rigor e profissionalismo dos grandes veículos de informação, têm na maioria das vezes um alcance menor do que aqueles, visto que seu escopo se dirige a nichos mais específicos. Todavia, esta diferenciação é ainda bastante tênue quando o assunto é o pouco rigor acerca da análise do legado marxista, pois pode-se encontrar profissionalismo jornalístico, ou a falta dele, tanto em uma como em outra dessas esferas. Portanto, parece-nos mais sensato pensar que o critério a nortear nossa análise sobre o papel da mídia em geral não pode basear-se naquela diferenciação, visto ser possível encontrar distorções e falsificações tanto numa quanto noutra. Assim, se o foco recair a qualidade das análises, os meios de comunicação, sejam tradicionais ou alternativos, que coadunam de

posições conservadoras, ou até mesmo reacionárias, estão mais propícios a reproduzi-las por questões político-ideológicas.

Veja-se, por exemplo, o número de veículos de comunicação que, a partir de 2013, embora alguns deles até mesmo antes das manifestações que ganharam as ruas neste período, deram uma guinada à direita. Sobre isso, cumpre falar do caso da Rádio Jovem Pan, por ter sido um exemplo emblemático. Em um artigo intitulado “A nova sintonia paulistana”, publicado pela Revista Piauí, a jornalista Julia Dualibi explora esta mudança de direção da Rádio, cuja audiência nacional é considerável.<sup>7</sup> É bem verdade que o artigo tem como foco o sentimento antipetista que passou a pautar a linha editorial da sua grade de programação. Nomes como os de Reinaldo Azevedo, Marco Antônio Villa, Rodrigo Constantino, entre outros, diariamente inundavam os ouvintes com críticas severas aos governos petistas, seja na esfera federal, estadual ou municipal.

A Rede Globo, particularmente um de seus canais, a Globo News, enveredou por caminho análogo. Em 2014, por exemplo, Willian Waack, que apresentava à época o programa Globo News Painel, realizou um episódio, “Direita e Esquerda no Brasil”<sup>8</sup>, cuja chamada se comprometia a discutir as vertentes ideológicas na política nacional, mas que na prática, até pelos três convidados daquele dia (Luís Felipe Pondé, Reinaldo Azevedo e Bolívar Lamounier), acabou se convertendo numa série de críticas dirigidas ao campo da esquerda. O programa teve uma segunda edição alguns meses depois com os mesmos convidados, seguindo o mesmíssimo roteiro.

Poderíamos ainda mencionar alguns jornais e revistas de grande circulação, como a Folha de São Paulo, o Estado de São Paulo e a Revista Veja, que por meio de seus editoriais, matérias e capas sensacionalistas, atuaram abertamente contra o primeiro governo de esquerda no Brasil. De modo geral, basta apenas apontar como alguns dos principais veículos da chamada mídia tradicional se posicionaram firme e abertamente contra o governo petista. Mas essa demonização da esquerda também fora acompanhada de críticas mais pontuais, isto é, de ordem supostamente teóricas, voltadas contra Marx e o marxismo. Sobre este ponto, em especial, citaremos alguns outros exemplos, os quais, para nosso escopo, serão demasiadamente úteis.

Além da já mencionada Rede Globo, outras emissoras de televisão também adotaram abertamente uma postura conservadora, aproveitando-se dos avanços do conservadorismo político e moral. Este é o caso de emissoras como Rede TV – cuja grade está disponível na programação televisiva aberta –, mas também da CNN Brasil – emissora que passou a atuar recentemente no país, embora restrita a assinantes – as quais, nos últimos meses, subiram o tom em relação às críticas à esquerda e ao marxismo. Na Rede TV, por exemplo, há um programa, “Opinião no ar”, conduzido pelo jornalista Luís Ernesto Lacombe, que se tornou um espaço de críticas antissocialistas. Seleccionamos um desses programas<sup>9</sup>, no

<sup>7</sup> Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-nova-sinfonia-paulistana>>. Acesso em 12/06/2021.

<sup>8</sup> Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=Z421RjUf\\_r8](https://www.youtube.com/watch?v=Z421RjUf_r8)>. Acesso em 12/06/2021.

<sup>9</sup> Disponível em: <<https://www.redetv.uol.com.br/jornalismo/OpinioNoAr/videos/opinio-no-ar/o-discurso-da-esquerda-prega-um-mundo-idealizado-critica-economista>>. Acesso em: 28/06/2021. Entretanto, para quem se interessar,

qual o próprio âncora, ao se referir ao socialismo, faz a seguinte afirmação: “Como alguém pode defender ideias não dão certo, não deram certo e não darão certo economicamente. O que a Argentina tem feito, tá tudo errado lá”. A seguir, seu interlocutor complementa o comentário de Lacombe: “O discurso de esquerda prega um mundo idealizado. Então nada está bom, porque nada é perfeito. A partir do momento que você olha o mundo real você percebe que não deu certo e que não dará certo. O desastre econômico que vivemos na era Dilma estava ligado ao segundo mandato do Lula. Começa ali a explosão do gasto público e a deterioração fiscal. O que a Dilma fez foi pisar no acelerador”. O caso da CNN Brasil não é diferente. A emissora, que é uma filial da CNN americana, tem em sua grade programas que, embora suscitem algum debate e respeitem a pluralidade de opiniões, procuram claramente fortalecer os valores conservadores. Em um deles, “O grande debate”, a figura do jovem advogado Caio Coppolla, é a notação mais clara disto. Seus comentários, atravessados de preconceitos e repletos de imprecisões teóricas e históricas, revelam um esforço hercúleo para vender a imagem de uma esquerda autoritária, que por vezes tornou-se alvo de críticas não só de seus interlocutores, mas até mesmo da própria mediação do programa.<sup>10</sup>

Em um artigo pretensiosamente intitulado “Eu acuso”<sup>11</sup>, publicado no jornal Folha de São Paulo, no dia 04/11/2013, o filósofo Luís Felipe Pondé, que se autointitula um pensador conservador, faz uma taxativa afirmação logo no primeiro parágrafo de seu texto. Afirma o autor: “Muitos alunos de universidades e do ensino médio estão sendo acuados em sala de aula por recusarem a pregação marxista. São reprovados em trabalhos ou taxados de egoístas e insensíveis”. Em outro artigo, publicado por este mesmo Jornal, em 03/10/2016, Pondé recuperou uma frase dita em sua primeira entrevista ao programa Roda Viva da TV Cultura, em 2011, segundo a qual “O Viagra fez mais pela humanidade do que 200 anos de marxismo”.

---

outros programas, todos gravados e disponibilizados na Internet, possuem generalizações parecidas. Falo em generalizações, pois, durante este programa, há uma tentativa tácita, a começar por Lacombe, de reduzir Venezuela, Argentina e Brasil (sobretudo durante o governo petista) de serem países socialistas, numa total sintonia ideológica e em suas práticas políticas e econômicas, o que não é verdadeiro. Nos casos argentino e brasileiro, estas sociedades jamais presenciaram um processo de planificação econômica, bem como um processo de socialização dos meios de produção. Ambos os governos foram eleitos no interior do jogo democrático liberal burguês e jamais transgrediram os limites de uma economia de mercado. Ademais, nos dois casos, os partidos de esquerda que chegaram ao poder, por meio do sistema eleitoral, saíram por meio do voto e não recusaram os resultados nas urnas. Aqui, percebe-se claramente que, para os comentaristas do referido programa, pouco importa o resultado das urnas, a decisão soberana de um povo em relação a seus rumos políticos, econômicos e sociais. O que importa, realmente, é que aqueles grupos ou partidos políticos com os quais se identificam não permitam que opositores ou dissidentes cheguem ao poder. No caso específico do Brasil, chama atenção o fato de que a própria esquerda fora crítica das políticas econômicas e sociais do governo petista. que, bem afastada das ideias de Marx, empreendeu um “reformismo fraco”, como afirma André Singer em seu livro “Os sentidos do lulismo” (2012) ou Jessé Souza em “A ralé brasileira” (2009) e “A elite do atraso” (2017).

<sup>10</sup> Disponível em: <<https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/televisao/monalisa-perrone-da-patada-ao-vivo-em-caio-coppolla-por-critica-debate-na-cnn-41756>>. Acesso em: 29/06/2021.

<sup>11</sup> O título do primeiro artigo citado é uma clara alusão ao famoso artigo-manifesto de Émile Zola, “J’Accuse!”, publicado por ocasião do famoso Caso Dreyfus, em 1898, que dividiu a França, em que o escritor faz veementes acusações ao governo e aos militares franceses por conta da prisão do capitão Alfred Dreyfus, de origem judia, e que fora preso e condenado por um suposto ato de traição ao país durante a Guerra Franco-Prussiana. Já o segundo, conforme explicitado, refere-se a uma frase, dita por ocasião de uma entrevista concedida pelo filósofo ao Programa Roda Viva, da TV Cultura, em 2011. Ambos os artigos, todavia, só estão disponíveis para assinantes do Jornal Folha de São Paulo. Por isso, não disponibilizamos os links.

Na esteira de Pondé, Marcelo Madureira, vinculado à Rádio Jovem Pan, critica em um vídeo publicado em 14/03/2018, a edição pela Editora Boitempo de um livro intitulado “O Capital para crianças”. No vídeo, ele faz algumas afirmações estapafúrdias. Vejamos: “Qual é a ideia de ficar explicando às crianças um negócio que comprovadamente já mostrou que não dá certo na vida real”. Embora o humorista, alçado pela emissora à condição de analista político, alegue ser “favorável a toda e qualquer difusão de ideias”, arremata a seguir, não sem invocar sem qualquer rigor Yuval Harari e Richard Dawkins, que o marxismo se transformou em religião e, por ser contra o ensino religioso, não vê como proveitoso um livro sobre o pensamento marxista voltado para crianças.<sup>12</sup>

Reinaldo Azevedo, em um artigo publicado no site da UOL em 01/04/2019, “A dimensão espiritual das galinhas, Marx, açúcar e ensinamentos de Araújo!”, cujo foco é analisar a política externa brasileira do Governo Bolsonaro, faz uma afirmação no mínimo curiosa: “Karl Marx — que convém ser lido para ser odiado — tem uma tirada interessante no livro *A Ideologia Alemã*, escrito em parceria com Engels. Vai uma citação de conteúdo — não é literal. Ele observa que os franceses acabaram ficando com a Alsácia-Lorena porque se ocupavam de colonizar a região; já os alemães procuravam demonstrar, no seu processo de ocupação, a superioridade de sua filosofia”.<sup>13</sup> Não seria demasiadamente pedante reforçar o inexplicável trecho: “Karl Marx — que convém ser lido para ser odiado”.

O historiador Marco Antônio Villa, no Programa Primeira Hora da Rádio Bandeirantes, em 16/09/2019, faz a seguinte afirmação ao comentar a influência do marxismo na política brasileira, em especial entre os membros do PC do B: “Ser comunista no final da segunda década do século XXI é inacreditável”.<sup>14</sup>

Já Rodrigo Constantino, num vídeo publicado no site da Rádio Jovem Pan, em 21/12/2019, no qual o comenta um texto do Ministro das Relações Exteriores à época, Ernesto Araújo, fala sobre o Foro de São Paulo e a suposta ameaça, representada pelo comunismo, que pode se alastrar por toda a América Latina. E complementa seu raciocínio comentando uma ideia lançada por Araújo: “Vão já, portanto, quase 30 anos em que o marxismo está cavando túneis por baixo da superfície, aparentemente segura e tranquila da sociedade liberal. Eu não discordo”.<sup>15</sup>

Até mesmo jornais de menor expressão nacional, como é o caso Hora Extra de Goiânia, tem enveredado por este caminho. Em um artigo publicado em 06/06/2020, intitulado “Karl Marx – o terraplanista da economia”, o articulista Jeovane Barboza faz as seguintes afirmações: “Seus pensamentos *per se* já nasceram refutados, assim como muitos outros pensamentos socialistas. A mais-valia entra totalmente nesse contexto, ao afirmar, de forma equivocada que o valor de algo é definido

<sup>12</sup> Disponível em: <<https://jovempan.com.br/arquivo/marcelo-madureira/o-que-karl-marx-acharia-de-versao-adaptada-para-criancas-de-o-capital.html>>. Acesso em 18/06/2021.

<sup>13</sup> Disponível em: <https://reinaldoazevedo.blogosfera.uol.com.br/2019/04/01/a-dimensao-espiritual-das-galinhas-marx-acucar-e-ensinamentos-de-araujo/?cmpid=copiaecola>. Acesso em 18/06/2021.

<sup>14</sup> Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=di\\_XdyRNxV](https://www.youtube.com/watch?v=di_XdyRNxV). Acesso em 18/06/2021.

<sup>15</sup> Disponível em: <<https://jovempan.com.br/opiniao-jovem-pan/comentaristas/rodrigo-constantino/constantino-ameaca-comunista-nunca-esteve-tao-forte.html>>. Acesso em 19/06/2021.

objetivamente pelo seu tempo de produção – o famoso valor trabalho. Porém a realidade é diferente. Os humanos agem de forma diferente. Nós agimos de acordo com a “teoria subjetiva do valor”, onde o mesmo é definido pela vontade individual de cada um, das vontades de cada pessoa” [sic]. Pouco mais a frente, desfecha com a seguinte análise: “Qualquer ser humano consegue enxergar a economia por uma premissa básica como ‘Oferta e Demanda’ de forma bem natural e assim refutar pensamentos de Karl Marx que grande parte da sociedade acredita. Pessoas que defendem o Comunismo, normalmente demonizam trocas-voluntárias, tentando criar uma retórica falha de que o capitalismo é algo ruim. Acreditam que em um estado que obriga as pessoas a dividirem os frutos de seus trabalhos igualitariamente, independente se todos trabalham também igualitariamente, desprezando totalmente o direito à propriedade e às liberdades individuais. Renegam o capitalismo e o livre mercado e atribuem ao estado o poder de centralizar e planificar (regular e planejar) a economia. Por isso Karl Marx era um ‘terra-planista’ econômico” [sic].<sup>16</sup>

Eis alguns exemplos relativamente recentes de como a mídia tradicional trata o assunto ou, pelo menos, passou a tratá-lo após a chegada de um partido de esquerda ao poder. Mas essas posições são ainda bastante educadas quando comparadas às posições adotadas pela mídia alternativa, que, como já dissemos, está voltada a grupos específicos, embora não contando com o alcance da mídia tradicional.

É este o caso do site do Instituto Mises Brasil, que se direciona a um público bem recortado, formado majoritariamente por liberais ou simpatizantes do liberalismo e que leva o nome do economista liberal austríaco Ludwig von Mises. É interessante notar que, diante da crise política e dos escândalos de corrupção que acometeram o Brasil durante o período em que o PT esteve no poder, muitos eleitores foram atraídos por grupos análogos ao do mencionado Instituto. Mas vejamos um artigo, publicado no dia 28/04/2013, com o título “Marxismo: a máquina assassina” no site do Instituto. Diz a certa altura o seu autor, R.J. Rummel: “De todas as religiões, seculares ou não, o marxismo é de longe a mais sangrenta — muito mais sangrenta do que a Inquisição Católica, do que as várias cruzadas e do que a Guerra dos Trinta Anos entre católicos e protestantes. Na prática, o marxismo foi sinônimo de terrorismo sanguinário, de expurgos seguidos de morte, de campos de prisioneiros e de trabalhos forçados, de deportações, de inanição dantesca, de execuções extrajudiciais, de julgamentos teatrais, e de genocídio e assassinatos em massa”.<sup>17</sup>

Mas, sem dúvida, o maior crítico do marxismo nas redes sociais, em geral, e de Marx, em particular, é Olavo de Carvalho. O ex-comunista, ex-astrólogo e ex-colunista do Diário do Comércio de São Paulo, e de alguns outros veículos de comunicação tradicionais, que não conta com uma formação regular, mas que se autointitula filósofo, consegue arregimentar uma legião de seguidores por meio de seus cursos livres, canais e páginas nas redes sociais, sendo grande parte de seu público formado por

<sup>16</sup> Disponível em: <<https://jornalhoraextra.com.br/coluna/karl-marx-o-terra-planista-da-economia/?fbclid=IwAR12jefEQ3snl5UA5B1a53QUde3SZSa238wrkK0nSnIblTnrrkMALrVvh9w>>. Acesso em: 10/07/2021.

<sup>17</sup> Disponível em: <<https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1584>>. Acesso em: 19/06/2021.

jovens. Poderíamos até mencionar, como exemplo, um ou outro vídeo de Olavo de Carvalho, bem como um ou outro texto, seja extraído de livros ou artigos por ele escritos. Todavia, é muito fácil encontrá-los, à medida que são públicos e circulam na internet com rapidez por meio de seus e de outros canais. Olavo, que já pertenceu ao PCB, rompendo posteriormente com o partido, tornou-se, pelo menos desde os anos 1980, um militante na luta contra a esquerda. A narrativa olavista, que poderia ser enquadrada como conspiratória, é a de que a esquerda mundial (que ele simplesmente não define) tem como estratégia a tomada do poder a partir de uma guerra travada no campo cultural, o que comumente é chamado “marxismo cultural”. Na visão do autor, vendo-se impossibilitada de promover uma revolução proletária, tal como propugnada por Marx, a esquerda passou a adotar como estratégia as ideias do pensador marxista italiano Antônio Gramsci e dos filósofos vinculados à Escola de Frankfurt, em especial Theodor Adorno, Max Horkheimer e Walter Benjamin.<sup>18</sup> Em relação ao Brasil, Olavo é taxativo quanto ao marxismo: o período entre 1964 e 1985, quando se instalou no país uma ditadura civil-militar, foi marcado pela conivência dos militares, que, embora combatendo os militantes de esquerda, sobretudo a luta armada, permitiram que parte da esquerda ocupasse o espaço cultural das universidades, dos meios de comunicação de massa e da produção cultural (cinema, teatro, literatura etc.), dando prosseguimento a sua guerra contra a sociedade liberal-burguesa, agora, todavia, numa outra frente de batalha, consubstanciada na América Latina pelo Foro de São Paulo.<sup>19</sup> Essa interpretação, como revela um dos maiores estudiosos deste assunto, João Cezar de Castro Rocha (2021), difundiu-se velozmente, inclusive entre parte das Forças Armadas, em especial o Exército Brasileiro, como revela uma publicação intitulada Orvil.<sup>20</sup> O alcance das interpretações de Olavo não pode nem deve ser desconsiderado. Conforme se disse, entre aqueles que seguem suas publicações e seus cursos, há um público jovem considerável. Isso porque as redes sociais (WhatsApp, Facebook, YouTube, Twitter, Instragram, Telegram etc.) passaram a ocupar um papel central na difusão de informações, afetando, sobretudo, a parcela mais jovem da população brasileira, mais ambientada a utilização dessas novas tecnologias. À medida que esta recém-criada miosfera tornou-se o principal espaço de atuação da chamada mídia alternativa, a proliferação

<sup>18</sup> Na interpretação olaviana, Gramsci é o arquiteto da tese segundo a qual os intelectuais comunistas deveriam deslocar a luta política para o campo cultural. Em relação aos frankfurtianos, os estudos desenvolvidos sobre a indústria cultural teriam sido fundamentais para o avanço esquerda mundial neste campo.

<sup>19</sup> Como afirmam Camila Rocha e Esther Solano (2021, p. 22-23): “Desde a metade de 1990, Carvalho defendia, por meio de livros e artigos de jornais e revistas, a ideia de que o país foi tomado por uma hegemonia exercida por intelectuais de esquerda, que ocuparam posições de prestígio em editoras de livro, nas redações dos principais veículos de comunicação e nos cursos de humanidades das principais universidades do país, mais notadamente na Universidade de São Paulo (USP). De acordo com Carvalho, esses intelectuais seriam incapazes de realizar reflexões profundas sobre o Brasil que se destacassem no panorama intelectual mundial e, portanto, contentavam-se em repetir, de modo irrefletido, chavões inspirados nas últimas modas intelectuais dos Estados Unidos. Para ele, um exemplo dessa reprodução de modismos era a defesa de lutas contra opressões de gênero e raça, conhecidas popularmente como ‘pautas identitárias’. Extremamente ativo na internet, ainda em 1998 Carvalho passou a divulgar suas ideias em um blog e, mais tarde, em 2002, em um site colaborativo. No ano de 2004, ele já era tema de pelo menos quatro comunidades de discussão na falecida rede social Orkut, além de ministrar aulas em cursos on-line e realizar transmissões de áudio pelo site Blog Talk Radio, análogos ao que hoje se conhece como *podcast*”.

<sup>20</sup> O Orvil, que nada mais é do que a palavra “livro” lida de trás para a frente, trata-se de um documento-livro em oposição ao livro “Brasil nunca mais”, organizado pela ala progressista da Igreja Católica e da sociedade civil, cujo objetivo é reinterpretar o período da ditadura a partir da visão dos militares, estabelecendo, portanto, o marco de uma guerra de narrativas (Cf. ROCHA, 2021, p. 31-106.)

de páginas, sites, canais conservadores e liberais-conservadores se potencializou muito nos últimos anos (NICOLAU, 2020).

Com efeito, como se tentou demonstrar a partir de alguns exemplos, nos últimos anos Marx e o marxismo foram bombardeados por setores conservadores tanto da dita mídia tradicional quanto da mídia alternativa. De modo que estes ataques, muitas vezes repletos de equívocos interpretativos, seja por desconhecimento ou mesmo má-fé, parecem ter sortido efeito sobre uma parte da população. Do contrário, a invocação do comunismo, como um inimigo a ser combatido, não teria, como se deu em alguns períodos história republicana do século XX, novamente vindo à tona neste início de século e emoldurado as últimas disputas eleitorais, especialmente após as manifestações de Junho de 2013. Um processo como este não poderia deixar de impactar a recepção das teorias marxistas em sala de aula, tornando-se um problema para os professores da área das ciências humanas. Afinal, mais do que em qualquer outro momento da história contemporânea, os alunos têm o acesso ao mundo compreendido na palma de suas mãos.

### **O MARXISMO CULTURAL E O MOVIMENTO “ESCOLA SEM PARTIDO”**

A ideia de que a esquerda aposta suas fichas em uma nova estratégia de tomada do poder fora bastante difundida nos últimos anos, não só no Brasil, mas mundo afora, com a contribuição decisiva de parte dos grandes veículos de comunicação tradicionais e alternativos. Esta suposta estratégia, denominada “marxismo cultural”, corresponde ao novo campo de luta escolhido pelos marxistas, a saber: o campo cultural. Os defensores e propagadores desta interpretação partem do pressuposto de que a esquerda monopolizou diversas das instituições culturais que compõe a sociedade civil, inclusive as midiáticas e educativas. De modo que, a partir disso, facilmente concluem que os valores marxistas estão há décadas sendo propalados e, por suposto, emoldurando a formação dos cidadãos, que passam a entender a realidade a partir do conjunto de categorias atinentes a seu universo valorativo, epistemológico e político. Portanto Marx, mas também em larga medida Gramsci, Adorno, Horkheimer e Benjamin, constituiriam as bases teóricas da nova tática de luta política deflagrada pela esquerda. No caso brasileiro, alguns pontos relativos a essa discussão chamam atenção. Em primeiro lugar, a única experiência de um partido de esquerda no poder foi a petista (2002-2016). Ainda assim, tratou-se de uma esquerda absolutamente democrática, responsável por manter grande parte da agenda política e econômica liberal dos governos anteriores, com a única diferença de focar alguns dos grandes problemas sociais tais como a desigualdade e a concentração de renda. Em segundo lugar, os partidos brasileiros mais à esquerda do espectro político no período pós-redemocratização nunca tiveram força eleitoral significativa. Em terceiro lugar, a esquerda brasileira ficou marcada como corrupta – sobretudo após os escândalos do Mensalão, do Petrolão e do desfecho da Operação Lava Jato, que levou Luís Inácio Lula da Silva à prisão, mas cujo efeito não se restringiu ao Partido dos Trabalhadores, afetando todo o campo político da



esquerda brasileira –, conquanto a corrupção no país venha de longa data e envolva partidos de diversos matizes ideológicos.<sup>21</sup>

17

O fato é que o discurso acerca do “marxismo cultural” repercutiu fortemente entre grupos políticos conservadores e de extrema direita, sobretudo quanto ao papel do sistema de ensino na suposta difusão dos valores socialistas e comunistas entre crianças, adolescentes e parcela jovem de adultos em idade universitária. Neste sentido, não é mera coincidência que, *pari passu* ao avanço deste discurso, emergisse no Brasil o movimento denominado “Escola Sem Partido”, cuja repercussão na sociedade arregimentou um número significativo de simpatizantes, sobretudo entre os setores mais conservadores. O programa do Escola Sem Partido surgiu a partir de movimentos isolados, quando alguns projetos de lei começaram a transitar em diversas câmaras municipais pelo Brasil. Todavia, ganhou notoriedade a partir de 2015, quando as principais pautas do movimento passaram a ser discutidas tanto nas redes sociais quanto nos grandes veículos de comunicação. Em geral, os signatários deste movimento alegam que o sistema de ensino constitui um espaço de doutrinação ideológica no qual parcela dos professores, aproveitando-se da imaturidade de crianças e adolescentes, no caso da educação básica, e de jovens adultos, no caso das universidades, utiliza a autoridade da qual está investida para difundir valores e ideias marxistas no ambiente escolar e acadêmico.<sup>22</sup> O movimento, que afirma representar os interesses de alunos, pais e professores que não coadunam do proselitismo político-partidário-ideológico em sala de aula, manteve por um tempo uma página na internet com o intuito de coletar relatos de estudantes constrangidos por seus professores. A maior parte dos depoimentos apontam para a militância ideológica destes profissionais da educação. Deste modo, uma das pautas do movimento é especificar os limites de atuação dos professores em sala de aula, bem como criminalizar as práticas docentes que destoarem destes limites. Na ótica dos defensores deste movimento, não é papel da escola discutir temas relacionados à gênero, religião, moral etc., pois estes seriam prerrogativas das famílias e não do professor. Ademais, entre eles há a impressão, não comprovada por nenhum estudo sério, de que grande parte dos professores são militantes de esquerda, que visam corromper as bases da família tradicional. Por conta da natureza desta pauta, parte da comunidade neopentecostal embarcou no movimento. Alguns líderes religiosos passaram a destilar todo tipo de crítica ao “marxismo cultural”. Uma dessas lideranças, o Pastor Silas Malafaia, é um dos mais entusiastas do movimento Escola Sem Partido.<sup>23</sup> Para o referido Pastor, o marxismo é inimigo do cristianismo. Como deixa claro em um de seus canais no YouTube, num programa chamado Verdade Gospel: “Reparem a ideologia comunista. China, Coreia, Cuba, ok! A pouco tempo

---

<sup>21</sup> Evidentemente, parecem contraditórias as afirmações de que a esquerda detém o monopólio dos valores e ideias no campo cultural, embora não consiga traduzir esta força ideológica em vitórias políticas, ou de que ela é a única responsável pelos processos de corrupção, os quais historicamente sempre acometeram o país. Se a realidade concreta nega os fundamentos dessas narrativas, o fato é que, do ponto de vista pragmático, isto é, eleitoral e imagético, elas surtiram efeitos deletérios ao campo da esquerda, que não só fora banida do poder, como também amargou derrotas dolorosas nas eleições municipais e estaduais.

<sup>22</sup> Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/entenda-a-polemica-em-torno-do-escola-sem-partido.ghtml>>. Acesso em: 04/07/2021.

<sup>23</sup> Disponível em: <<https://twitter.com/pastormalafaia/status/764218635455954944>> Acesso em: 04/07/2021.

atrás, a União Soviética. Meu amigo, esses caras não toleram religião. Lá na China, eles abriram a economia, mas não abriram pra liberdade de expressão nem liberdade religiosa. Vai lá em Cuba, vai lá! Vai lá em Cuba pra ver se tem moleza pra cristão. Comunista. A ideologia baseada em Marx prega o ateísmo. Religião, religião é ópio [claramente aludindo à frase de Marx segundo a qual a religião é o ópio do povo]. Religião é uma coisa que tem que ser extirpada. Foram o que eles doutrinaram e pregaram o tempo inteiro” [sic].<sup>24</sup> Não deixa de chamar a atenção as afinidades eletivas entre as pautas do movimento Escola Sem Partido e as pautas moralistas de algumas lideranças religiosas, ambas ancoradas no medo da suposta destruição dos valores tradicionais face à doutrinação marxista.

Decerto, o movimento Escola Sem Partido ganhou muitos adeptos entre grupos conservadores, ultraconservadores e setores da comunidade evangélica. Os pressupostos que dão sustentação a maioria das bandeiras erguidas por este movimento são facilmente identificáveis. Há pelo menos dois pressupostos bastante nítidos: um de ordem moral; outro de ordem psicológica. Em relação ao primeiro deles, seus representantes partem da ideia de que os professores, sobremaneira os das Ciências Humanas, são moralmente torpes e, de modo calculado e ardiloso, tornam a escola um palanque político com vistas a ideologizar as aulas. Embora não estejam respaldados por nenhuma pesquisa que legitime tal conclusão, os defensores do Escola Sem Partido, por meio de generalizações e simplismos de toda a sorte, não mediram esforços no sentido de difundir-la perante a opinião pública. Quanto ao segundo pressuposto, partem da ideia de que os alunos são como “tábulas rasas” (para me fazer valer da expressão do filósofo liberal inglês John Locke), e que, portanto, estariam psicologicamente suscetíveis às sugestões (entenda-se “lavagem-cerebral”) arbitrariamente impostas por seus professores. Em decorrência disso, seus membros deflagraram uma verdadeira “caça às bruxas”, estimulando alunos em todos os níveis de ensino a gravarem e divulgarem os abusos cometidos pelos professores. Alguns profissionais da educação foram intimados a depor ou mesmo processados por familiares de alunos ou por membros do movimento.<sup>25</sup>

É difícil precisar se este movimento é um efeito direto do papel exercido pelas mídias tradicionais e alternativas, mas não há dúvida de que, com a profusão das críticas dirigidas à esquerda, especialmente ao marxismo, ele se fortaleceu muito. Pode-se avistar algumas aproximações entre as críticas ao marxismo, destacadas na primeira seção, e o conteúdo das pautas defendidas pelo Escola Sem Partido.

Começamos pela ideia, presente em parte dos vídeos e artigos acima selecionados, sobre o monopólio exercido pela esquerda sobre o campo cultural. Já vimos que, segundo alguns nomes importantes das mídias tradicional e alternativa, a esquerda teria se apropriado dos meios de difusão de valores e ideias (o “marxismo cultural”), entre eles do sistema de ensino. Ora, quase toda retórica do Escola Sem Partido se desenvolve em cima deste pressuposto, e não por acaso os professores aparecem como agentes doutrinadores cujo único objetivo é o de reforçá-lo. Outro ponto de convergência remete

<sup>24</sup> Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=oCDkhfiUac>.> Acesso em: 04/07/2021.

<sup>25</sup> Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2018/10/29/deputada-eleita-pelo-psl-estimula-estudantes-a-denunciarem-professores/>>. Acesso em: 04/07/2021.

à interpretação de que os marxistas têm uma grande influência sobre os rumos da política nacional. Há, neste caso, a impressão de que os professores são em sua maioria marxistas e que, conscientes da influência sobre seus alunos, aproveitam qualquer espaço para exercê-la em vista da formação de novos comunistas e socialistas. Cumpre destacar ainda o fato de que um processo tão sorrateiro como este tem por intuito drenar e destruir os valores tradicionais e as liberdades individuais. Qualquer um dos trechos tratados na primeira seção poderia ser facilmente subscrito por um integrante do Escola Sem Partido. Por último, em ambos os casos nada do que é afirmado está ancorado em provas. Trata-se apenas de especulações. Por isso, acreditamos que só uma análise criteriosa, logicamente organizada e assentada em dados concretos, histórica e socialmente validados, possa desconstruir esse tipo de crítica.

### COMO O MARXISMO PODE AJUDAR A RESPONDER ESSAS CRÍTICAS?

Nesta seção, analisaremos algumas das narrativas apresentadas no início do texto. Com isso, vislumbra-se verificar os fundamentos dessas críticas à luz de algum parâmetro lógico-racional, que comporte alguma coerência discursiva. Trata-se, pois, como diz João César de Castro Rocha (2021), de passar da caricatura à caracterização e revelar a retórica do ódio e a sua “lógica de Napoleão de hospício”.<sup>26</sup> Claro que o título desta seção sugere que nos basearemos no referencial marxista para realizar nosso intento. Todavia, não é demais alertar, Marx não lidou exatamente com essas críticas em sua época, embora seja possível revitalizar alguns conceitos e categorias de sua obra com vistas a desconstruí-las.

Começamos pelos dois artigos de Pondé. No primeiro deles, o filósofo conservador afirma que alunos estão sendo punidos por não se submeterem ao marxismo apregoado por seus professores, o que, aliás, lembra muito o discurso defendido pelo Escola Sem Partido. A pergunta que se levanta é a seguinte: quais estudos balizam sua afirmação? Trata-se de mera opinião? Em que dados coletados por meio de uma pesquisa ou pesquisas sérias e rigorosas Pondé se baseou para inferir conclusão tão taxativa? Alguns poderão objetar que se trata de um artigo de opinião. Sim, disso sabemos. Mas a questão principal é: embora todos tenham a liberdade de expor suas opiniões, o que torna uma opinião referência de verdade sobretudo quando assentada única e exclusivamente em impressões pessoais, sem o respaldo de dados rigorosamente extraídos e analisados da realidade concreta? Ora, não é papel do filósofo pensar esta realidade com rigor e radicalidade, no sentido marxista de ir à raiz do problema? Pondé simplesmente ignora esta realidade e deduz, a partir de uma mera opinião, uma conclusão absolutamente ideológica. Marx e Engels (2007, p. 35-36) esclarecem, em um trecho da *Ideologia Alemã*, como as ideias podem se autonomizar da práxis social:

---

<sup>26</sup> O que o autor denomina “lógica de Napoleão de hospício” refere-se ao esforço por parte de grupos fundamentalistas para fazer valer seus valores, geralmente baseados em impressões desprovidas de qualquer laivo de racionalidade ou de comprovações contundentes.

Desde o início, portanto, a consciência já é um produto social e continuará sendo enquanto existirem homens. A consciência é, naturalmente, antes de tudo a mera consciência do meio sensível mais imediato e consciência do vínculo limitado com outras pessoas e coisas exteriores ao indivíduo que se torna consciente; [...] a partir do momento em que surge uma divisão do trabalho material e espiritual. A partir desse momento, a consciência pode realmente imaginar ser outra coisa diferente da práxis existente, representar algo realmente sem representar algo real – a partir de então, a consciência está em condições de emancipar-se do mundo e lançar-se à construção teoria, da teoria, da teologia, da filosofia, da moral etc. “puras”.

O segundo artigo é ainda mais problemático. Pondé afirma que o Viagra trouxe mais benefícios à humanidade do que 200 anos de marxismo. Qual o propósito do autor em comparar um medicamento para ereção masculina com um sistema de pensamento? Trata-se de coisas de mesma natureza, gênero e grandeza? Há nessa crítica um profundo desrespeito e desconhecimento histórico sobre a importância das lutas proletárias, iniciadas no século XIX e continuadas no decorrer do século XX e XXI, para a conquista de direitos civis, políticos e sociais da classe trabalhadora. Dizer que um pênis ereto é, em termos valorativos, superior a essas conquistas, corresponde a misturar “alhos e bugalhos”, a partir de um fundamento claramente sexual e machista, como se a atividade sexual masculina pudesse servir de critério para mensurar e desmerecer a luta de uma classe social por melhores condições de vida. A questão que se impõe é: o que uma coisa tem a ver com a outra? Mais do que isso, como não reconhecer a luta dos trabalhadores como um ponto de inflexão nas conquistas e avanços de seus direitos no transcorrer dos séculos XIX e XX? Marx e Engels (2012, p. 39), no famoso *Manifesto do Partido Comunista*, não só identificaram, mas também renunciaram que só por meio da luta política seria possível aos trabalhadores modificar suas condições e superar a exploração:

A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes. Homem livres e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora fraca, ora disfarçada; uma guerra que se transformou sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em conflito.

Vejamos agora a crítica de Marco Antônio Villa, para quem ser marxista no século XXI é um despropósito. É bem verdade que a sociedade capitalista que Marx analisou não é a nossa. Muita coisa se complexificou do século XIX para cá. Todavia, cumpre indagar: será que o cabedal teórico, metodológico e categorial marxista teria, todo ele, se tornado obsoleto? Esta parece ser a conclusão de Villa. Mas se analisarmos mais profundamente a sociedade contemporânea, sobretudo nas últimas décadas, em decorrência das transformações ocorridas no campo informacional, não se poderá negar que conceitos como os de luta de classes e ideologia, por exemplo, não se esgotaram enquanto força explicativa de nosso tempo presente. Há luta de classes atualmente? Bem, basta observarmos os ataques aos direitos trabalhistas, ao sistema previdenciário e aos demais direitos sociais no Brasil nos últimos anos. A quem esses ataques beneficiam? Aos trabalhadores ou àqueles que dispõem dos meios de produção e concentram o capital? Quem detém o monopólio da informação no Brasil? Quem são os donos dos

grandes meios de comunicação no Brasil? Os trabalhadores ou a grande burguesia? O equívoco de Villa repousa na defesa do mito liberal segundo o qual a política é regida por ambições pessoais de atores proeminentes que, supostamente, se relacionam livremente. Ele não consegue visualizar o caráter classista dessas relações, nem sequer o modo como estas são determinadas pelas condições materiais inerentes ao sistema produtivo da sociedade burguesa. Parece-nos inegável que alguns conceitos marxistas ainda dispõem de vitalidade e nos ajudam a explicar a realidade social da qual fazemos parte, de modo que ser marxista no século XXI, ao contrário do que afirma Villa, está longe de ser um despropósito, visto que, embora Marx tenha denunciado e analisado as mazelas do modo de produção capitalista há quase 200 anos, uma parte delas se mantiveram e até mesmo se agudizaram no decorrer dos séculos XX e XXI. Não reconhecer que a ideologia predominante, sobretudo no ocidente, é a liberal-burguesa, e que a luta de classes ainda se faz presente em nossa sociedade, conquanto numa versão bem mais complexa do que na época de Marx, é que me parece desproposita (ou melhor, proposital, embora ocultada por meio da naturalização do discurso liberal).

E quanto ao comentário de Rodrigo Constantino, segundo o qual o marxismo estaria cavando túneis por baixo da aparentemente tranquila e segura sociedade liberal? Pelo menos desde o século XIX, o Brasil se inclinou para uma economia política baseada nos cânones do pensamento liberal. Com isso não se está afirmando que o liberalismo que se desenvolveu aqui é o mesmo que se desenvolveu nos países Europeus e nos Estados Unidos. Tratou-se de um liberalismo oligárquico e excludente, resultante de um sistema colonial, sobre o qual se constituiu a modernização brasileira, mas que não fora completamente superado durante este processo. Muito pelo contrário. Como disse o sociólogo Francisco de Oliveira (2003), o capitalismo brasileiro se constituiu sob as ruínas de um sistema escravocrata, patrimonialista, patriarcal, altamente hierarquizado, que vigorou por séculos, dando origem a um verdadeiro “ornitorrinco”, isto é, a um país no qual modernidade e atraso convivem lado a lado. De fato, nunca vivemos um liberalismo, seja político ou econômico, à exemplo das grandes potências mundiais. Nosso liberalismo fora tutelado por uma herança escravocrata, portanto uma mentalidade senhorial – patriarcal, escravocrata, patrimonialista e mandonista – que deu origem a uma experiência social anômala (SCHWARCZ, 2014). Neste sentido, há uma idealização por parte de Constantino acerca de nosso liberalismo, caracterizado pela tentativa de transplantar (para me fazer de um conceito caro a Darcy Ribeiro) um modelo social e cultural exportado para um país, no caso o Brasil, incapaz de livrar-se de seu passado autoritário (SCHWARCZ, 2019). Não seria o marxismo uma reação à incompetência de nossos liberais e ao próprio liberalismo à brasileira? Constantino simplesmente ignora essas questões.

E o que dizer do artigo de Jeovane Barboza, publicado no Jornal Hora Extra? Há erros interpretativos graves sobre a teoria do valor do trabalho e o mais-valor em Marx. O filósofo alemão, que parte da teoria do valor do trabalho tal como proposta por Adam Smith e David Ricardo, contudo subvertendo-a, não concebe o valor de uma mercadoria apenas a partir do *quantum* de trabalho nela contida. Há, e aqui reside o verdadeiro sentido do conceito de mais-valor marxista, uma apropriação

indébita, por parte da burguesia, da força de trabalho socialmente necessária à produção da mercadoria, que recaí sobre o proletário. Ademais, o que seria a “teoria subjetiva do valor”? O articulista a define como “vontade individual de cada um, das vontades de cada pessoa”. Se a “naturalidade das trocas” significa que cada indivíduo pode auferir a uma mercadoria o valor que desejar, há, sem dúvida, uma incompreensão sobre o papel exercido pelas forças sociais e historicamente dadas na estipulação dos valores médios das mercadorias, assim como uma total negligência em relação ao monopólio dos meios de produção e à exploração da força de trabalho (ela própria uma mercadoria) no interior do modo de produção capitalista. Aliás, sobre este ponto, Marx não deixa qualquer dúvida, como podemos ver numa passagem do Livro I de *O Capital*:

[...] essa cisão do produto do trabalho em coisa útil e coisa de valor só se realiza quando a troca já conquistou um alcance e uma importância suficientes para que se produzam coisas úteis destinadas à troca e, portanto, o caráter de valor das coisas passou a ser considerado no próprio ato de sua produção (MARX, 2011, p. 148).

Mais à frente, Marx enfatiza o processo pelo qual o capital se apropria e explora quem verdadeiramente produz valor, a força de trabalho. A esse respeito, afirma o filósofo alemão: “O capital é trabalho morto, que, como um vampiro, vive apenas da sucção de trabalho vivo, e vive tanto quanto mais trabalho vivo ele suga” (MARX, 2011, p. 307).

Contudo, a interpretação que passou a circular com força entre os críticos da esquerda, e por suposto de Marx, que atuam na mídia tanto tradicional quanto alternativa, foi a de Olavo de Carvalho. Até mesmo críticos como Rodrigo Constantino<sup>27</sup> e Luís Felipe Pondé<sup>28</sup> – embora este último nunca tenha admitido – reproduzem em seus artigos e vídeos o fulcro da interpretação olaviana. Esta, conforme assinalamos, resume-me à afirmação segundo a qual a esquerda brasileira, mas também a esquerda mundial, modificou a sua estratégia de luta apostando na conquista da hegemonia do campo cultural. Destarte, o marxismo teria se espreado pelos meios intelectuais e de comunicação no intuito de preparar ideologicamente a aceitação de um processo pacífico, conquanto revolucionário em seu objetivo último, que se daria por dentro do sistema democrático-liberal. Assim, na visão de Olavo de Carvalho, além dos

<sup>27</sup> No caso de Constantino ver o vídeo a seguir: Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=n\\_AM46MXpeE](https://www.youtube.com/watch?v=n_AM46MXpeE)>. Acesso em: 27/06/2021.

<sup>28</sup> No caso de Pondé, ver o vídeo a seguir: Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=iqZ43J2cij4>>. Acesso em: 27/06/2021. Mas apesar de o autor ser um crítico do que denomina “marxismo cultural”, ele não se revela favorável ao movimento “Escola Sem Partido”, pelo menos do ponto de vista jurídico, como deixa claro no vídeo a seguir: Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ff1KcxlxAac>>. Acesso em: 27/06/2021. Ainda assim, sem qualquer comprovação empírica, Pondé afirma, neste último vídeo, que a despeito de ser contrário à formulação de uma lei que criminalize o proselitismo de professores em sala de aula, muitos de seus colegas são marxistas, e que, por isso, muitos alunos reclamam do suposto autoritarismo teórico a qual estão submetidos. Tais fatos seriam provas suficientes de que a influência do marxismo no ambiente acadêmico e escolar é inquestionável. O raciocínio de Pondé é a própria negação dos métodos dedutivo e indutivo. Em outros termos, o autor ou deduz que há o marxismo cultural, como uma verdade inegável, ou se apega a casos isolados para, a partir daí, induzir seus interlocutores à conclusão de que todos os professores são marxistas e que todos os alunos sofrem diante disso. Todavia, não há, por parte de Pondé, qualquer prova ou dado contundente que legitime tal afirmação. Fica-se assim no campo das impressões e das opiniões ao qual, desde a Antiguidade, os principais filósofos se opuseram veementemente. Então, o que seria isso senão “má-fé”?

grandes veículos de comunicação, um dos espaços de atuação dos “intelectuais orgânicos” do socialismo – para me fazer valer de um conceito caro a Antônio Gramsci – é o sistema de ensino. Neste sentido, os professores, seja os do ensino básico ou os do ensino superior, seriam agentes difusores da ideologia e dos valores socialistas em sala de aula, aproveitando-se da ingenuidade e imaturidade de seus alunos com vistas a doutriná-los. Aliás, a narrativa do “marxismo cultural”, também presente, como vimos, entre os simpatizantes do movimento Escola Sem Partido, não teve início com Olavo de Carvalho. Ao contrário do que se possa pensar, sua origem é bem mais remota. Ela se origina, como demonstra Iná Camargo Costa (2020), na esteira dos movimentos nazifascistas europeus das primeiras décadas do século XX. Sobretudo a propaganda nazista lançou mão de um expediente bastante difuso em nosso tempo presente: a falsificação informacional (o que hoje chamaríamos “Fake News”) com vistas a legitimar uma teoria conspiratória segundo a qual os judeus, em grande parte marxistas, vislumbavam corromper os valores da civilização cristã-ocidental. Os meios intelectuais, que incluía o sistema educacional, além dos meios artísticos e midiáticos, seriam uma das formas de atuação dos judeus na consecução desta confabulação global. Conforme a autora esclarece, ainda na primeira metade daquele século, nos Estados Unidos, movimentos de extrema-direita, que reuniam religiosos, políticos (tanto democratas quanto republicanos), empresários e grupos sectários supremacistas brancos e misóginos, exumaram algumas das estratégias nazifascistas e, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, deflagraram uma verdadeira “caça às bruxas” aos supostos comunistas infiltrados tanto no funcionalismo público quanto nos meios midiáticos, intelectuais e artísticos, cujo ápice, indubitavelmente, fora o “macarthismo”.<sup>29</sup>

Mais recentemente, no início deste século, o conceito veio novamente à tona com grupos ultraconservadores estadunidenses. Steve Bannon, que esteve à frente da campanha eleitoral de Donald Trump, é um de seus principais arquitetos nos Estados Unidos, enquanto no Brasil, o nome mais emblemático é o de Olavo de Carvalho. Como é sabido, tanto Bannon quanto Carvalho tiveram uma participação bastante ativa na campanha eleitoral de Jair Messias Bolsonaro.<sup>30</sup> O inimigo a ser combatido foi delineado durante a campanha: o marxismo cultural. Como revela uma passagem do programa de governo do PSL, partido pelo qual Bolsonaro fora eleito em 2018: “Nos últimos 30 anos o marxismo cultural e suas derivações como o gramscismo se uniu [sic] às oligarquias corruptas para minar os valores da Nação e da família brasileira”. Pouco mais a frente, não há qualquer dúvida quanto ao campo no qual a batalha contra a esquerda se travará: “Além de mudar o método da gestão, na Educação também precisamos revisar e modernizar o conteúdo. Isso inclui a alfabetização, expurgando a ideologia de Paulo Freire”.<sup>31</sup> Fica clara a influência exercida tanto pelo movimento Escola Sem Partido quanto pelos críticos

---

<sup>29</sup> Referência ao senador estadunidense Joseph McCarthy, que, nos idos de 1950, iniciou uma perseguição sem precedentes a supostos comunistas infiltrados em diversos campos de atuação com o objetivo de destruir os valores e tradições democráticas norte-americanas.

<sup>30</sup> Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-20/os-lacos-do-cla-bolsonaro-com-steve-bannon.html>>. Acesso em: 08/07/2021.

<sup>31</sup> Os trechos acima foram extraídos das páginas 5 e 48 do Programa de Governo do Partido Social Liberal (PSL), partido que abrigou a candidatura de Bolsonaro à Presidência da República em 2018. É importante frisar que, na segunda passagem, a uma

midiáticos do marxismo cultural sobre o referido programa de governo. Neste ponto, em especial, é preciso notar que essas visões não só se encontram, mas também se reforçam, à medida que têm como denominador comum o ultraconservadorismo e, até mesmo em alguns casos, o reacionarismo. Em suma, não é demais reforçar, o marxismo cultural é entendido como uma estratégia de dominação das mentes e dos corações, sobretudo quando aplicada ao contexto escolar. Disso depreende-se as críticas aos educadores, especialmente os que adotam uma visão mais progressista em relação aos dilemas contemporâneos. Ao fim e ao cabo, mesmo a defesa do óbvio, como a igualdade de gênero, o respeito à orientação sexual, à diversidade cultural e a luta pela diminuição das desigualdades socioeconômicas, soa aos ouvidos moucos dos conservadores e reacionários como um ato de “doutrinação” marxista da pior espécie. É interessante notar que o recurso à generalização, que toma os professores como agentes movidos pela má-fé e cujo intuito seria ideologizar o espaço escolar, está presente em quase todos os discursos empreendidos pelos defensores destas pautas antimarxistas.

Sobre isso, cumpre fazer alguns questionamentos. Em que dados e fatos tais críticas se assentam? Qual a proporção de professores marxistas a usarem a sala de aula com vistas a difundir suas ideias políticas? Seriam os alunos completamente incapazes de retrucá-los? Como explicar a guinada à direita que, nos últimos anos, se processou no Brasil visto ser o marxismo cultural tão presente nas escolas? Esse proselitismo estaria restrito à esquerda?

Não há qualquer indício ou comprovação de que os professores ajam ideologicamente em sala de aula. Com isso não se está afirmando que não possa haver casos deste tipo, mas certamente são pontuais, e seus impactos certamente são diminutos. Obviamente, essas acusações carecem de provas e servem apenas como forma de delinear imagetivamente um inimigo, responsável pelos males que acometem o país e que, por isso, deve ser combatido por aqueles que desejam uma nação verdadeiramente livre do controle marxista.

Olavo de Carvalho, que afirma ter sido comunista no passado remoto, simplesmente parece esquecer que a ideologia não é apenas um produto social, mas um elemento decisivo na luta de classes. Ele rejeita, portanto, o fato de que a classe ou fração de classe dominante visa sempre justificar sua dominação ao impô-la como representação mental às classes dominadas. Conforme Marx e Engels (2007, p.47) alertam numa passagem de *A Ideologia Alemã*:

A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual [...]. Os indivíduos que compõem a classe dominante [...] regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo.

---

clara tentativa de aproximar Paulo Freire do marxismo, ou seja, com um dos arquitetos da ideologização dos conteúdos escolares cujo intuito é doutrinar os alunos no comunismo. Disponível em: <[https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta\\_1534284632231.pdf](https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf)> Acesso em: 08/07/2018.



No capitalismo, a classe ou fração de classe que domina os meios de produção e consequentemente a difusão de ideias e valores, não é o proletariado. Assim sendo, tanto o sistema escolar quanto os veículos de comunicação não estão diretamente disponíveis ao controle dos trabalhadores, visto que a burguesia detém esses instrumentos de dominação, seja por meio do Estado, seja por meio da influência exercida pelo capital, o que não significa que, ao se tornar uma “classe para si”, isto é, uma classe autoconsciente da exploração à qual está submetida, estes não possam e não devam se organizar politicamente, mas também em termos representacionais e valorativos. É isso, certamente, o que mais assusta a burguesia e o seu sistema de dominação.

Não obstante, também seria de bom tom perguntar: o que é o marxismo cultural para a esquerda? Dialeticamente, para os marxistas, o marxismo cultural nada mais é do que a fusão dos trabalhos sobre o “marxismo ocidental”, de Perry Anderson, e do “materialismo cultural”, de Raymond Williams, além, é claro, dos trabalhos dos autores frankfurtianos já mencionados – Adorno, Horkheimer, Benjamim –, bem como os de Marx e Gramsci, ou seja, de todo um legado de crítica ao modo de produção capitalista, mais ou menos balizado pelo conceito marxista de “luta de classes” transposto ao campo cultural, além de sua crítica à ideologia dominante, que se volta contra todo e qualquer tipo de opressão (COSTA, 2020). Neste sentido, os marxistas não têm do que se envergonhar, pois se enquadram no interior de uma tradição teórica que, desde sua origem, nunca escondeu seus objetivos, os motivos de sua luta e seus adversários políticos. De modo que, mesmo com os insistentes obituários, que volta e meia decretam sua morte, o marxismo resiste e, com um fantasma ou um defunto, movido por uma espécie de síndrome de Lázaro, ressurge para atestar sua resiliência, como bem observou Derrida (1994) na epígrafe do início deste texto. Afirmar-se marxista é, com efeito, assumir uma posição diante do mundo e reiterar uma história de refluxos e avanços de uma esquerda que jamais temeu dizer seu nome, desde Marx até outros tantos pósteros (SAFATLE, 2012). Afinal de contas, como destaca Hannah Arendt (2021), Marx inscreve-se no marco da tradição do pensamento político ocidental, embora adotando um viés herético em relação ao idealismo ainda presente em sua época, mas que, diferentemente do que alguns de seus críticos sugerem, não pode ser falsamente acusado pelas agruras dos governos totalitários socialistas que marcaram o século XX, visto que entre eles, a despeito de algumas aproximações, há diferenças substanciais quanto à concepção societária.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se procurou demonstrar ao longo deste artigo, as mídias (tradicional e alternativa) tiveram um papel fundamental nas análises acerca do marxismo nos últimos anos, sobretudo quando o Partido dos Trabalhadores, que não é majoritariamente marxista, chegou ao Governo Federal. Muitos articulistas e formadores de opinião procuram, não sem distorcer as ideias fulcrais de Marx, conciliar o suposto fracasso dos regimes socialistas às políticas empreendidas pelo primeiro governo de esquerda eleito na

história brasileira. Sobretudo a interpretação olaviana segundo a qual o marxismo deslocou o seu foco de luta, passando do campo político para o campo cultural, reforçou a impressão de que a esquerda passou a adotar uma nova estratégia de tomada do poder. Esta interpretação fora fundamental para que os professores passassem a ser vistos como agentes conscientes e moralmente inclinados a utilizar a escola como um espaço de difusão dos valores e ideias marxistas. Não por acaso, a discussão sobre o “marxismo cultural” tornou-se proeminente nos últimos anos a ponto de um movimento, o Escola Sem Partido, ter surgido e tentado emplacar uma série de punições jurídicas ao suposto proselitismo político dos professores. Houve mesmo, por parte de alguns representantes deste movimento, o estímulo a alunos e pais de alunos no sentido de monitorar os professores em sala de aula com vistas a puni-los judicialmente. Alguns profissionais da educação, inclusive, foram convocados a depor ou até mesmo processados por, supostamente, ideologizar suas aulas, aproveitando-se da imaturidade intelectual de seus alunos. Contudo, conforme nos propusemos a revelar, essas narrativas não só carecem de um conhecimento profundo do marxismo, mas não também de provas que validem o teor das acusações dirigidas a esses profissionais. Por isso mesmo trata-se de narrativas, sem base em comprovações e dados colhidos a partir do esforço sério e razoável do qual as ciências humanas estão imbuídas. Certamente, Marx denunciaria o viés ideológico incutido nessas narrativas. Foi o que bem ou mal tentamos realizar aqui.

## REFERÊNCIAS

- AQUINO, Rubim Leão. (Org.) *Sociedade Brasileira: uma história através dos movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- ARENDT, Hannah. “Karl Marx e a tradição do pensamento político ocidental” In: *Pensar sem corrimão: compreender 1953-1975*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021. p. 35-75.
- CASTELLS, Manuel. *Sociedade em Rede*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- COSTA, Iná Camargo. *Dialética do marxismo cultural*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- DERRIDA, Jacques. *Espectros de Marx*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- FAUSTO, Boris. *História Geral do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2012.
- GRESPLAN, Jorge. *Marx: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2021.
- OLIVEIRA, Francisco. *Crítica da Razão Dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- MAGALHÃES, Fernando. *10 lições sobre Marx*. Rio de Janeiro: Cortez, 2017.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- \_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.
- \_\_\_\_\_. *O Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- NICOLAU, Jairo. *O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

ROCHA, Camila; SOLANO, Esther. “A ascensão de Bolsonaro e as classes populares” In: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjore (Orgs.). *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 21-34.

ROCHA, João Cezar de Castro. *Guerra cultural e a retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*. Goiânia: Caminhos, 2021.

SAFATLE, Vladimir. *A esquerda que não teme dizer seu nome*. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

SCHWARCZ, Lília. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARCZ, Roberto. *As ideias fora do lugar*. São Paulo: Penguin Classics/Companhia das Letras, 2014.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. São Paulo: Contracorrente, 2009.

\_\_\_\_\_. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. São Paulo: Leya, 2017.

# DA MORALIDADE NO GOVERNO: O CASO DO IMPEACHMENT MOVIDO POR EDMUND BURKE CONTRA WARREN HASTINGS

Alexandre Toler Russo<sup>32</sup>

Nenhum servo pode servir a dois senhores. Porque, ou odiará um e amará o outro, ou se apegará a um e desprezará o outro. Vocês não podem servir a Deus e ao dinheiro (Lucas 16:13).<sup>33</sup>

Para esse tipo de homem bom, pois, conhecido não apenas de um Sócrates, mas também de um Fimbria, nada pode parecer conveniente que não seja ao mesmo tempo moralmente correto. Um tal homem, portanto, jamais arriscará pensar – e muito menos fazer – qualquer coisa que não possa ousadamente proclamar em alto e bom tom. Não é uma vergonha o fato de filósofos estarem em dúvida a respeito de questões morais conhecidas até mesmo pelos mais simples dos camponeses? (Cícero, *De officiis*).<sup>34</sup>

Afastada a justiça, que são, na verdade, os reinos senão grandes quadrilhas de ladrões? Que é que são, na verdade, as quadrilhas de ladrões senão pequenos reinos? Estas são bandos de gente que se submete ao comando de um chefe, que se vincula por um pacto social, e reparte a presa segundo a lei por ela aceite. Se este mal for engrossando pela afluência de numerosos homens perdidos, a ponto de ocuparem territórios, constituírem sedes, ocuparem cidades e subjugarem povos arroga-se então abertamente o título de reino, título que lhe confere aos olhos de todos, não a renúncia à cupidez, mas a garantia da impunidade (Santo Agostinho, *Cidade de Deus*).<sup>35</sup>

**Resumo:** Este artigo busca compreender como Edmund Burke defendeu a moralidade nos governos em um longo processo de impeachment contra Warren Hastings. Essa defesa, exposta nos *Discursos sobre o impeachment de Warren Hastings*, texto sobre o qual este artigo se baseia, centrou-se na ideia de uma moralidade – da qual faz parte um senso de justiça – inata e comum a todos os homens, independentemente de lugar ou época. O combate jurídico de Burke contra os defensores de Hastings opôs essa ideia à concepção de uma moralidade fluida - variando conforme a cultura de cada povo - a serviço das razões de estado. Para Burke, como para Cícero, há uma moralidade comum acima de qualquer discussão, e essa moralidade, capaz de identificar crimes e injustiças em qualquer lugar e em qualquer época, é conveniente e eficaz em quaisquer circunstâncias. Como Santo Agostinho, o parlamentar britânico via na justiça e na moralidade o fundamento dos governos, e nenhuma razão de estado poderia se contrapor a isso. Na visão do pensador irlandês, a moralidade e a justiça, em última instância fundamentadas em Deus, foram solapadas, em nome do dinheiro, pelo governo de Hastings na Índia, e a reconstituição histórica proposta neste artigo destaca os pontos controversos que serviram de substrato para as acusações de Burke no processo de impeachment.

**Palavras-chaves:** Edmund Burke, Warren Hastings, impeachment, justiça, moralidade.

<sup>32</sup> Doutorando em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

<sup>33</sup> Utilizou-se como referência a Nova Bíblia Pastoral, São Paulo: Paulus, 2015. (Pág. 1083.)

<sup>34</sup> Para as citações do *De officiis*, de Cícero, utilizamos a edição bilingue da Loeb Classical Library: *De officiis*: The Loeb Classical Library. With an English Translation by Walter Miller. London and New York, 1928. “To this type of good man, then, known not only to a Socrates but even to a Fimbria, nothing can possibly seem expedient that is not morally right. Such a man, therefore, will never venture to think – to say nothing of doing – anything that he would not dare openly to proclaim. Is it not a shame that philosophers should be in doubt about moral questions on which even peasants have no doubts at all?” (Pág. 349.)

<sup>35</sup> AGOSTINHO, Aurélio. *A Cidade de Deus*. Tradução, prefácio, nota biográfica e transcrições de J. Dias Pereira. 2.ed, Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1996. (Livro IV, Capítulo IV. Pág. 383.)

**Abstract:** This paper aims to understand how Edmund Burke defended morality in government in a long impeachment process against Warren Hastings. This defense - exposed in the *Speeches on the Impeachment of Warren Hastings*, text upon which this article is based - relies on the idea of an inborn morality (of which a sense of justice is a part) common to all mankind, regardless of time or place. Burke's juridical struggle against Hasting's defenders was the struggle of the idea of a solid morality against the idea of a fluid morality – varying according to the different cultures – subordinated to reasons of state. In Burke's view, as well as in Cicero's view, there is a common morality above all discussion, and this morality, capable of identifying crimes and injustices regardless of time and place, is convenient and works in any circumstances. Like Saint Augustine, the British politician saw justice and morality as the fundamentals of every government, and no reason of state whatsoever could disrespect justice and morality. According to the Irish thinker, morality and justice, ultimately founded in God, were trampled, for the sake of money, by Hasting's government in India, and the historical reconstitution proposed in this article highlights the controversial issues behind Burke's accusations in the impeachment process.

**Keywords:** Edmund Burke, Warren Hastings, impeachment, justice, morality.

## INTRODUÇÃO

Depois de vinte e dois anos combatendo a corrupção do governo britânico na Índia, Edmund Burke, no papel de acusador, confiou à Câmara dos Lordes<sup>36</sup> da Inglaterra o julgamento do processo de impeachment de Warren Hastings, ex-governador-geral de Bengala. Segundo Burke, Hastings, ao longo de treze anos como representante máximo da Companhia das Índias Orientais nos domínios ingleses na Índia, cometera uma série de crimes cujas consequências nefastas não se haviam limitado às colônias britânicas, mas se tinham estendido aos fundamentos da própria monarquia inglesa. A relevância desse julgamento Burke fez questão de destacar no último discurso acusatório que proferiu, em nome da Câmara dos Comuns, contra Warren Hastings.

Meus senhores, eu terminei: a parte dos Comuns está concluída. Com tremor vos entregamos o produto de nossos longos esforços. [...]. É um encargo sagrado. Nunca tão grande causa foi jamais submetida a um tribunal humano. [...].

[...] [E]m nome dos Comuns e deles cercado, eu declaro, diante das gerações passadas e futuras, entre as quais como um elo da grande corrente da ordem eterna nos encontramos – eu invoco esta nação e o mundo como testemunhas –, que os Comuns não se esquivaram de nenhum trabalho, que nós não somos culpados de prevaricação alguma, que não nos comprometemos com a criminalidade e que não tememos jamais ódio de nenhuma espécie no curso dessa longa guerra travada contra os crimes, os vícios, a exorbitante riqueza e a enorme e extremamente poderosa influência da corrupção oriental. Esta guerra (...) nós a travamos por vinte e dois anos, e os sete últimos anos desse conflito tiveram como palco o vosso tribunal<sup>37</sup>.

<sup>36</sup> O parlamento britânico é dividido em duas casas: a baixa é conhecida como Câmara dos Comuns e a alta é a Câmara dos Lordes.

<sup>37</sup> Para a maioria das citações diretas dos *Discursos sobre o Impeachment de Warren Hastings*, utilizamos *The Works of the Right Honourable Edmund Burke. Vol. VIII. Speeches on the Impeachment of Warren Hastings, and Letters*, London: George Bell and Sons, 1877. “My lords, I have done; the part of the Commons is concluded. With a trembling we consign this product of our long, long labours to your charge. (...) It is a sacred trust. Never before was a cause of such magnitude submitted to any human tribunal.

(...) in the name of the Commons, and surrounded by them, I attest the retiring, I attest the advancing generations, between which, as a link in the great chain of eternal order, we stand. – We call this nation, we call the world to witness, that the Commons have shrunk from no labour; that we have been guilty of no prevarication; that we have made no compromise with crime; that we have not feared any odium whatsoever, in the long warfare which we have carried on with the crimes - with the vices – with the exorbitant wealth – with the enormous and overpowering influence of Eastern corruption. This

Salta à vista, nesse trecho do discurso proferido por Burke em nome dos Comuns, a ideia de sacralidade da justiça. Essa ideia, aprofundada no restante da fala do político irlandês<sup>38</sup>, é a de uma justiça que, parte integrante da moralidade inscrita por Deus no coração dos homens, orienta-os nas ações individuais e coletivas, precedendo e viabilizando a história da humanidade. Com efeito, essa história, na medida em que se confunde com a própria civilização, não existe senão sobre o solo firme da moralidade comum a todos os seres humanos. Quando a ação humana calca a justiça sob os pés, o chão moral das instituições civilizatórias treme ameaçadoramente.

[...] [V]ossa casa ainda está de pé como um grande edifício. Devo dizer, porém, que ela resiste em meio às ruínas resultantes do maior terremoto moral jamais sentido neste nosso planeta. [...] [Q]uis a Providência Divina nos colocar em uma situação na qual a todo o instante parece que vemos o prenúncio de alguma grande mudança. Existe, no entanto, uma coisa - e somente uma coisa - que desafia toda e qualquer mudança. Uma coisa que existia antes do mundo [...]. Eu falo da Justiça. Aquela Justiça que, emanando da Divindade, tem lugar no coração de cada um de nós; que nos foi dada como guia para nós mesmos e em relação aos outros; que permanecerá mesmo depois da destruição deste mundo; que será nossa advogada de defesa ou nossa acusadora diante do grande Juiz<sup>39</sup>.

A história das ações humanas mostra não ser prudente abrir mão da justiça, pois, desprezando-a, o homem não tem como sustentar sozinho as estruturas da própria vida em sociedade. Aviltada a justiça, formas de governo, leis, instituições e mesmo a liberdade compartilham com a humanidade um só e aterrador destino: a destruição. Somente a justiça mantém todos de pé.

[...] [O]s Comuns irão compartilhar o vosso destino. Nada há de tão sinistro que vos possa acontecer em que não estejamos envolvidos. [...].  
[...] [S]e deveis cair, então caireis. Mas se permanecerdes de pé - o que, creio, deva acontecer -, juntamente com a sorte desta antiga monarquia e das antigas leis e liberdades deste grande e ilustre reino, então que vossa figura não se abale nem na honra nem no poder. Sede o porto seguro e o ornamento da virtude, não o substituto dela. Desejo-vos vida longa, para que ao longo dela sejais sempre o terror dos tiranos, o refúgio das nações aflitas e o templo sagrado para sempre habitado por uma Justiça inviolável<sup>40</sup>.

---

war (...) we have waged for twenty-two years, and the conflict has been fought at your lordship's bar for the last seven years." (Pág. 439.)

<sup>38</sup> Neste artigo, identificamos Burke por meio de suas diversas facetas: irlandês, britânico, inglês e político. A Irlanda, na época de Burke, fazia parte do Império Britânico, razão pela qual retratamos Burke ao mesmo tempo como "irlandês" e "britânico". Como a Inglaterra era o centro do Império Britânico, e como Burke muitas vezes se dizia "inglês", nós também o chamamos de "inglês". Por fim, Edmund Burke era um político a serviço do Império Britânico, razão pela qual, neste artigo, nós o identificamos como "político irlandês", "político britânico" e "político inglês".

<sup>39</sup> Burke, 1877: "(...) your house yet stands; it stands as a great edifice; but let me say that it stands in the midst of ruins that have been made by the greatest moral earthquake that ever convulsed and shattered this globe of ours. (...) it has pleased Providence to place us in such a state, that we appear every moment to be upon the verge of some great mutations. There is one thing, and one thing only, which defies all mutation; that which existed before the world (...). I mean Justice; that Justice, which, emanating from the Divinity, has a place in the breast of every one of us, given us for our guide with regard to ourselves and with regard to others, and which will stand after this globe is burned to ashes, our advocate or our accuser before the great Judge (...). (Págs. 439 e 440.)

<sup>40</sup> Burke, 1877: "(...) the Commons will share in every fate with your lordships; there is nothing sinister which can happen to you, in which we shall not be involved (...).

(...) if you must fall, may you so fall! But if you stand, and stand I trust you will, together with the fortune of this ancient monarchy - together with the ancient laws and liberties of this great and illustrious kingdom, may you stand as unimpeached in honour as in power; may you stand not as a substitute for virtue, but as an ornament of virtue, as a security

O poder real que mantém firmes homens e sociedade é a moralidade que constitui o solo da vida civilizada. A história nos mostra que não é prudente ser injusto, - ou imoral, o que vem a ser a mesma coisa -, porém, ela mesma não é a origem de sua própria existência e explicação. Ela pode muito bem servir de preceptora de prudência, mas não de fonte de princípios. Se alguém desejar entender o poder que viabiliza a civilização, deverá voltar-se, não para a história, mas para a moralidade inscrita em seu coração pela Divindade. O poder sobre os homens e a sociedade, aquele poder que torna possível e organiza a vida em conjunto e que chamamos de política, não é construído pela história e na história, mas emana de um princípio que a fundamenta, cria e transcende. Burke condensou essas ideias em uma carta que escreveu a William Markham:

[M]eus princípios permitem-me formar meu julgamento sobre os homens e as ações na história, assim como o fazem na vida comum; e não são formados por acontecimentos e personagens, presentes ou passados. A história é preceptora da prudência, não dos princípios. Os princípios da verdadeira política são aqueles da moralidade ampliada; e eu não irei admitir nenhum outro além desses, nem agora nem nunca<sup>41</sup>.

Se quiser preservar a sociedade, o político (ou governante) deverá ser prudente. Sendo prudente, agirá de acordo com a moralidade. Agindo de acordo com a moralidade, será justo. E a justiça ser-lhe-á conveniente, pois nela está a garantia do bem-estar da comunidade na qual ele mesmo se insere. Como o bem-estar da comunidade é essencial para o bem-estar de indivíduos naturalmente propensos a viver conjuntamente<sup>42</sup>, não há conflito – analisada com propriedade a questão – entre interesse individual,

---

for virtue; may you stand long, and long stand the terror of tyrants; may you stand the refuge of afflicted nations; may you stand a sacred temple, for the perpetual residence of an inviolable justice. (Págs. 440 e 441.)

<sup>41</sup> Citação da carta de Burke a Markham feita por Peter J. Stanlis no artigo “Edmund Burke’s Legal Erudition and Practical Politics: Ireland and the American Revolution”. In: *First Principles* (Web Journal), 2010. (Acesso em 31 de agosto de 2017: [www.firstprinciplesjournal.com](http://www.firstprinciplesjournal.com).) “My principles enable me to form my judgement upon man and actions in history, just as they do in current life, and are not formed out of events and characters, either present or past. History is a preceptor of prudence not of principles. The principles of true politics are those of morality enlarged; and I neither now do or ever will admit of any other.”

<sup>42</sup> Burke compartilhava da célebre definição aristotélica do homem como animal político. Cícero, – uma das figuras que mais influenciaram Burke -, dentro do espírito aristotélico, definiu bem esse sentimento gregário do homem em uma passagem do *De officiis* (edição Loeb, 1928, págs. 161 e 163): “And again, as swarms of bees do not gather for the sake of making honeycomb but make the honeycomb because they are gregarious by nature, so human beings – and to a much higher degree – exercise their skill together in action and thought because they are naturally gregarious. (...) And it is not true, as certain people maintain, that the bonds of union in human society were instituted in order to provide for the needs of daily life; for, they say, without the aid of others we could not secure for ourselves or supply to others the things that nature requires; but if all that is essential to our wants and comfort were supplied by some magic wand, as in the stories, then every man of first-rate ability could drop all other responsibility and devote himself exclusively to learning and study. Not at all. For he would seek to escape from his loneliness and to find some one to share his studies; he would wish to teach, as well as to learn; to hear, as well as to speak.” [“E, novamente, tal como as abelhas não se juntam com o propósito de fazer a colmeia, mas fazem a colmeia pelo fato de serem gregárias por natureza, também os homens – em grau muito mais elevado – exercem juntos sua habilidade de ação e pensamento porque são naturalmente gregários. (...) E não é verdade, como afirmam certas pessoas, que os laços de união da sociedade humana tenham sido instituídos no intuito de prover as necessidades da vida cotidiana; pois, dizem eles, sem a ajuda dos outros não poderíamos assegurar para nós mesmos ou fornecer a outrem as coisas requeridas pela natureza; mas se tudo o que é essencial para nossas necessidades e conforto nos fosse dado como num passe de mágica, a exemplo do que acontece nos contos, então todo e qualquer homem de grande habilidade poderia deixar de lado as demais responsabilidades para se dedicar exclusivamente ao aprendizado e ao estudo. Nada mais falso. Pois iria ele buscar escapar da solidão e encontrar alguém com quem compartilhar seus estudos; iria ele querer ensinar e aprender, escutar e falar.”]

interesse coletivo, moralidade e justiça. É, pois, dever do governante ser justo, para o seu próprio bem e para o bem da sociedade. Nos *Discursos sobre o impeachment de Warren Hastings*, assim como nos demais escritos de Burke, uma reflexão desse tipo não aparece de forma teórica e sistemática, isto é, à feição de uma filosofia. Emerge, na realidade, de maneira irregular, em meio a uma retórica típica das tribunas que serviam de palco para a oratória dos políticos.

Edmund Burke era um político consciente da tradição filosófica por trás de sua retórica<sup>43</sup>. Conhecia muito bem as ideias da escola socrática, sobretudo na forma como Cícero as transmitira ao Ocidente, pois Cícero lhe servia de exemplo profissional e de fonte intelectual permanente<sup>44</sup>. Foi, aliás, a ideia de uma moralidade inata aos homens, na qual se inscrevia um senso comum de justiça igualmente inato, defendida por Cícero em diversos de seus escritos, entre eles o *Tratado sobre os Deveres (De officiis)*, que Burke utilizou em sua acusação contra os crimes de Warren Hastings na Índia, crimes esses que violavam essa moralidade e esse senso de justiça comum a todos os homens.

Essa verdadeira lei moral inscrita no coração humano era para Burke um dom de Deus, especificamente do Deus judaico-cristão, nesse ponto diferindo pelo menos em parte de suas fontes filosóficas da antiguidade greco-romana. O político irlandês, cristão que era, não desprezava o fundamento religioso da moral; pelo contrário, jamais se furtava a expor em sua argumentação a importância de se obedecer na política a essa lei divina inscrita na alma humana na forma de moralidade e senso de justiça. Além disso, em sua visão, a religião cristã exigia ainda um dever específico de todos os governantes, qual seja, o de servir às pessoas, zelando pelo seu bem-estar. Com efeito, Jesus Cristo, sendo ele próprio Deus, fonte de todo o poder do universo, ao viver na terra entre os homens não buscou subjugar-los, mas servi-los:

[...] [T]endes aqui também as luzes da nossa religião, (...) os bispos da Inglaterra. (...) [T]endes a imagem verdadeira da igreja primitiva, na sua forma antiga (...). Aqui tendes os representantes dessa religião, que dizem ser o Deus deles um Deus de amor, que dizem ser a caridade o próprio espírito vital de sua instituição – uma religião que odeia a opressão porque o Deus que adoramos, quando apareceu entre nós em forma humana, não se revelou em Sua grandeza e majestade, mas em Sua simpatia com os mais humildes dos homens, estabelecendo assim o princípio fundamental segundo o qual o bem-estar dessas pessoas é o objetivo de todo e qualquer governo, visto que (...) o próprio Mestre da Natureza resolveu Se fazer mostrar em uma situação de subordinação<sup>45</sup>.

<sup>43</sup> Peter J. Stanlis, no artigo intitulado “Edmund Burke’s Legal Erudition and Practical Politics: Ireland and the American Revolution”. In: *First Principles* (Web Journal), 2010, acesso em 31 de agosto de 2017: [www.firstprinciplesjournal.com](http://www.firstprinciplesjournal.com), faz o seguinte comentário: “To Burke, a knowledge and understanding of the liberal arts, from the ancient Greek and Roman classics to his own era, was an essential background dimension in legal education. He believed that law had to have a philosophical basis (...)” [“Para Burke, o conhecimento e a compreensão das artes liberais, desde os antigos clássicos gregos e latinos até a sua própria época, eram os pré-requisitos essenciais da educação legal. Para ele a lei tinha de ter uma base filosófica (...)”].

<sup>44</sup> Peter J. Stanlis, no artigo intitulado “Edmund Burke’s Legal Erudition and Practical Politics: Ireland and the American Revolution”. In: *First Principles* (Web Journal), 2010, acesso em 31 de agosto de 2017: [www.firstprinciplesjournal.com](http://www.firstprinciplesjournal.com), faz o seguinte comentário: “Among the ancients, he was very attracted to Aristotle’s treatises on *Politics* and *Ethics*, to Cicero’s *De officiis* and *De legibus*, and to such Roman stoics as Epictetus.” (“Entre os antigos, ele apreciava especialmente os tratados de Aristóteles sobre *Política* e *Ética*, as obras de Cícero intituladas *De officiis* e *De legibus* e os escritos de estoicos como Epíteto”).

<sup>45</sup> Esta citação encontra-se nas páginas 76 e 77 do volume X de *The Works of the Right Honourable Edmund Burke*, London: John C. Nimmo, 1887. “(...) you have here also the lights of our religion, (...) the bishops of England (...) you have that true image



Em última instância, o dever do governante é respeitar a lei de Deus - ou seja, respeitar a moralidade e o senso de justiça inato aos homens - e agir como Cristo, antes servindo do que sendo servido. Ao governante, ou político, é confiada a condução do rebanho humano, rebanho que na verdade é de Deus e cuja condução por parte de reis e soberanos não pode ser entendida senão mediante a ideia de um encargo sagrado compreendido ao mesmo tempo como direito e dever. É essa a moralidade que se espera – na figura dos governantes - de qualquer governo. “Os direitos dos soberanos são, sem sombra de dúvida, direitos sagrados, e assim são propriamente justificados em qualquer país do mundo, pois exercidos devem ser em benefício do povo e em obediência àquela grande finalidade em função da qual Deus concede poder a um ou a mais homens”<sup>46</sup>.

Firmando seu discurso na moralidade comum da humanidade, inscrita por Deus no coração de cada ser humano, Burke combateu os argumentos dos defensores de Hastings, firmados na ideia de que o bom e o mau, o certo e o errado, o justo e o injusto variavam conforme as diferenças culturais. Para ele, não há de se falar em “moralidade geográfica”, como se a justiça fosse uma para gregos e outra para judeus, uma para cristãos e outra para não cristãos, uma para indianos e outra para ingleses.

Nós negamos categoricamente esse princípio. Eu estou autorizado a negá-lo e a isso sou chamado. E tendo estabelecido, de maneira geral, o que ele entende ao dizer que as mesmas ações não possuem as mesmas qualidades na Ásia e na Europa, mostramos aos senhores que esses cavalheiros conceberam o plano de uma *moralidade geográfica*, segundo a qual os deveres dos homens, nas situações públicas e nas situações privadas, não devem ser governados por sua relação com o Grande Governante do Universo, ou mesmo por sua relação com a humanidade em geral, mas pelos climas, pelos graus de longitude e pelos paralelos, não da vida, mas das latitudes: como se, cruzada a linha equinocial, todas as virtudes morressem, assim como morrem certos insetos quando a cruzam (...).

Nós protestamos contra essa moralidade geográfica; o Sr. Hastings não irá se esconder atrás dela. (...). [A]s leis da moralidade são as mesmas em toda a parte, e não há um só ato que passe por extorsão, peculato, suborno ou opressão na Inglaterra que não seja igualmente extorsão, peculato, suborno ou opressão na Europa, na Ásia, na África e no mundo inteiro<sup>47</sup>.

---

of the primitive church, in its ancient form (...). You have the representatives of that religion which says that their God is love, that the very vital spirit of their institution is charity, - a religion which so much hates oppression, that, when the God whom we adore appeared in human form, He did not appear in a form of greatness and majesty, but in sympathy with the lowest of the people, and thereby made it a firm and ruling principle that their welfare was the object of all government, since the (...) Master of Nature chose to appear Himself in a subordinate situation.”

<sup>46</sup> Burke, 1877: “The sovereign’s rights are undoubtedly sacred rights, and ought to be so held in every country in the world, because exercised for the benefit of the people, and in subordination to that great end for which alone God has vested power in any man or any set of men.” (Págs. 4 e 5.)

<sup>47</sup> Utilizamos, para essa citação, *The Works of the Right Honourable Edmund Burke*. Volume the Ninth, London: John C. Nimmo, 1887. “(...) we positively deny that principle. I am authorized and called upon to deny it. And having stated at large what he means by saying that the same actions have not the same qualities in Asia and in Europe, we are to let your Lordships know that these gentlemen have formed a plan of *geographical morality*, by which the duties of men, in public and in private situations, are not to be governed by their relation to the Great Governor of the Universe, or by their relation to mankind, but by climates, degrees of longitude, parallels, not of life, but of latitudes: as if, when you have crossed the equinocial, all the virtues die, as they say some insects die when they cross the line (...).

This geographical morality we do protest against; Mr. Hastings shall not screen himself under it (...). (...) the laws of morality are the same everywhere, and there is no action which would pass for an act of extortion, of peculation, of bribery, and of oppression in England, that is not an act of extortion, of peculation, of bribery, and oppression in Europe, Asia, Africa, and all the world over.” (Pág. 375.)

Com base no relato de testemunhas e munido de evidências documentais, Edmund Burke acusou Warren Hastings de roubar e oprimir os indianos que se encontravam sob o governo da britânica Companhia das Índias Orientais. Para ele, “negros” e “brancos”<sup>48</sup> eram perfeitamente capazes de perceber, graças à razão e à moralidade que lhes eram comuns, a imoralidade de atos criminosos cujas más conseqüências, abalando a estrutura da vida civilizada, não se limitavam à Índia, que vivia uma profunda crise econômica, mas se estendiam à própria Inglaterra, que progressivamente ia caindo nas mãos de uma elite corrompida e ávida pelo controle da monarquia mediante o emprego dos mesmos recursos excusos utilizados no Oriente. Foi, portanto, em nome da civilização e da humanidade que Edmund Burke buscou a condenação de Warren Hastings em um longo processo de impeachment transcorrido nos tribunais ingleses.

É a história desse processo de impeachment que, em linhas gerais, buscaremos narrar no restante do artigo. Não se trata de uma reconstituição completa dos fatos, em todos os seus timbres, mas de uma contextualização feita para facilitar o acesso ao coração do argumento do irlandês, qual seja, o da necessidade de moralidade a qualquer governo do mundo. Sobre essa moralidade no governo, de um ponto de vista burkeano, versará a terceira e última parte do artigo.

### EDMUND BURKE E O IMPEACHMENT DE WARREN HASTINGS

No tempo transcorrido entre o nascimento e a morte de Burke o primeiro Império Britânico tomou forma. Ao longo da carreira do político irlandês, uma porção importante – a América – desse domínio foi perdida, a despeito de seus protestos, enquanto outra – a Índia – foi consolidada e teve o governo reformado, em parte graças aos seus esforços<sup>49</sup>. Dentro de uma visão burkeana da história, muito da formação desse império pode e deve ser explicado pelas diversas facetas da interação mundana, mas isso não exclui o papel da Providência Divina<sup>50</sup> nas questões humanas. O modo como um homem chega ao poder ou como uma nação se torna um império é em larga medida obscuro e misterioso e, no cômputo geral, não é tão manipulável quanto a maneira como os homens ou as nações exercem o poder que lhes cai nas mãos. Era assim que Burke enxergava a questão indiana: tinha ele consciência da forma obscura - e mesmo moralmente questionável -, porém, misteriosa, pela qual os britânicos haviam conquistado diversos territórios na Índia, todavia, sua principal preocupação era a de que os governantes ingleses exercessem de forma justa o poder que lhes fora confiado por Deus.

<sup>48</sup> Na época de Burke, os britânicos, que se consideravam “brancos”, chamavam os indianos de “negros”.

<sup>49</sup> Burke, em diversos discursos, buscou uma conciliação com a América, pois, achava ele, a Inglaterra vinha agindo de maneira injusta com sua colônia. O irlandês não desejava a guerra que acabou resultando na independência dos Estados Unidos. Quanto aos problemas na Índia, Burke foi ferrenho defensor da reforma radical de um governo marcado pela corrupção.

<sup>50</sup> Para entender a visão cristã de Burke a respeito da Providência Divina, sugere-se a leitura da obra de Francis Canavan intitulada *Edmund Burke: Prescription and Providence*, Durham: Carolina Academic Press, 1987.

É, pois, o exercício do poder que parece ser a questão fundamental do processo de impeachment de Warren Hastings. Burke acusou o ex-governador-geral de Bengala de governar de maneira injusta e imoral, ameaçando com isso a sobrevivência de um império cuja administração lhe fora delegada pelo parlamento britânico e cujo domínio, em última instância, pela vontade divina havia caído nas mãos da Coroa inglesa. Hastings, por meio de seus advogados, defendeu-se dizendo que a correção de seus atos deveria ser, no final das contas, avaliada em função da força e da riqueza que, por meio da administração dos interesses da Companhia das Índias Orientais, conseguira ele angariar para a Inglaterra. Em suma, tratou-se de um embate entre o moralismo político, herdeiro da filosofia desenvolvida no Cristianismo e dos conceitos da tradição filosófica socrática abraçada por homens como Cícero, e do relativismo moral calcado nas razões de estado.

Em 1772, aos quarenta anos de idade, após toda uma juventude dedicada aos serviços da Companhia das Índias Orientais, Warren Hastings foi nomeado governador-geral de Bengala. Sua nomeação tinha um propósito explícito: conter, por meio da centralização político-administrativa do governo, a corrupção que dia após dia se impregnava na estrutura dos domínios britânicos na Índia. A história dessa corrupção está diretamente ligada ao crescimento da importância da Companhia das Índias Orientais em território indiano, fato que teve início com o enfraquecimento do Império Mogol.

O Império Mogol, fundado em 1526 por Babur, estendeu-se por quase toda a Índia<sup>51</sup> e durou mais de trezentos anos. Seus líderes, que se diziam descendentes diretos do mongol Genghis Khan, tiveram de construir um domínio em meio a um amálgama cultural formado de elementos autóctones e de influências de antigos conquistadores. Em síntese, misturavam-se no Império Mogol costumes, leis e instituições hindus e muçulmanos. No século XVIII, essa potência começou a declinar, e em 1707, ano da morte de Aurangzeb (último imperador de fato), teve início a desintegração do império. Levas de invasores persas e afegãos devastaram o norte da Índia, ao mesmo tempo que uma confederação de chefes guerreiros hindus, os Marathas, retomaram uma revolta iniciada no século anterior contra o jugo mogol, expandiram seu controle sobre a Índia central e atacaram continuamente os territórios imperiais. Mais grave, porém, foi a traição dos governadores provinciais mogóis que, estabelecendo uma independência de fato em relação a Delhi, procuraram fundar dinastias hereditárias em estados como Bengala e Oudh e na região carnática. A sanha dos príncipes indianos por poder e riqueza criou um ambiente de grande instabilidade política marcado por guerras, assassinatos, crises sucessórias e golpes de estado.

---

<sup>51</sup> Jorge Flores, no livro intitulado *Nas Margens do Hindustão: O Estado da Índia e a expansão mogol, ca. 1570-1640*: Imprensa da Universidade de Coimbra. Julho, 2015, diz o seguinte: “O império mogol nasceu em 1526, quando um turco chagatai chamado Zahir-ud-din Muhammad Babur, *padshah* de Cabul, venceu os afegãos na batalha de Panipat, arredores de Deli. Durante (...) quase dois séculos (...) seu estado haveria de crescer paulatinamente em várias direcções geográficas e aglutinar diferentes zonas culturais da Índia. Não sem recuos e revezes, logrou alargar-se territorialmente até à Caxemira a norte, ao Cinde a oeste e a Chatigão (no Bengala oriental) para este. A sua dimensão máxima foi alcançada em 1689 quando, após a conquista do sultanato de Golconda, chegou a dominar Jinji, no extremo sul da península indiana. Nesse preciso momento, o espaço político do império quase se confundia com a própria geografia física do subcontinente.” (Pág. 31.)

Os europeus – notadamente os franceses e os ingleses – que então disputavam na Índia novas oportunidades comerciais logo perceberam que podiam tirar proveito da situação. Em 1740, os franceses foram os primeiros a intervir decisivamente nas disputas internas dos estados indianos, extraindo novos privilégios e novas concessões das facções vitoriosas por eles apoiadas e reforçando, assim, sua posição diante dos ingleses. Os ingleses entenderam que a manutenção de seus negócios exigia a adoção de métodos iguais aos empregados pelos franceses. Nesse contexto, emergiu a liderança de Robert Clive, por intermédio de quem os britânicos conquistaram – antes de 1750 – toda a região carnática, submetendo-a ao governo-fantoches de um nababo que lhes devia a existência. Em 1756, novas hostilidades eclodiram entre Inglaterra e França. Siraj al-Daula, nababo de Bengala, exasperado com abusos comerciais cada vez maiores e contando com o apoio francês, atacou os ingleses e os fez recuar dos locais em que eles estavam estabelecidos. No ano seguinte, o “contra-ataque” de Clive foi decisivo: depois de recapturar Calcutá, o britânico venceu definitivamente os exércitos do nababo na batalha de Plassey e colocou o títere Mir Jafar no trono de Bengala<sup>52</sup>.

O interesse financeiro inglês na Índia adquiriu com as vitórias de Clive um poder sem precedentes. A Companhia das Índias Orientais, originalmente uma empresa comercial<sup>53</sup>, passou de fato a governar pessoas e territórios, estruturando, rapidamente, um sistema de relação promíscua entre a política e a economia. A corrupção aprofundou-se ainda mais quando, em 1765, negociou-se com o imperador mogol o Tratado de Allahabad. Por meio desse acordo, a “E.I. Co.” ganhou o direito de coletar impostos e administrar a justiça civil em Bengala, adquirindo, assim, uma quase soberania sobre seus territórios indianos.

As transações escusas da “Companhia” começaram a comprometer a governabilidade dos domínios ingleses recém-conquistados. Preocupados, os acionistas da “*John Company*”, todos eles muito influentes no parlamento e na corte, decidiram recuperar o controle da situação por meio da centralização político-administrativa dos negócios. Foi assim que, em 1772, Warren Hastings assumiu o posto de

<sup>52</sup> Frederick G. Whelan, no livro intitulado *Edmund Burke and India: political morality and empire*, Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1996, escreveu o seguinte: “(...) Clive decisively defeated the nawab’s army at Plassey, and (by prearrangement) placed a more friendly pretender, Mir Jafar, on the throne of Bengal”. [“(...) Clive derrotou o exército do nababo, de uma vez por todas, em Plassey, e – isso já estava articulado – colocou um pretendente mais amigável, Mir Jafar, no trono de Bengala.”] (Pág. 35.)

<sup>53</sup> John T. Noonan Jr., no artigo intitulado “The Bribery of Warren Hastings: The Setting of a Standard for Integrity in Administration”. In: *Hofstra Law Review*. Vol. 10, 1982, fez o seguinte comentário sobre a Companhia das Índias Orientais: “The Company’s supervision was further diluted by its structure. The East India Company – ‘the United Company’, ‘the E.I. Co.’, ‘John Company’, or simply ‘the Company’ – was a joint stock company in which every holder of over 500 pounds of stock possessed one vote, so that domination by a few big stockholders did not occur. Instead, the directors, occasional fallings-outs aside, tended to perpetuate themselves. The directors’ interest in patronage was often as keen as their interest in protecting the stockholders. Their official position was the obvious one of requiring integrity in the Company’s employees; but there were splendid opportunities for the employees to develop reciprocal relationships with the directors.” (“A supervisão da Companhia foi posteriormente diluída por sua estrutura. A Companhia das Índias Orientais – a ‘*United Company*’, a ‘E.I. Co.’, a ‘*John Company*’ ou, simplesmente, a ‘Companhia’ – era uma sociedade anônima na qual todo acionista detentor de cerca de 500 libras em ações tinha direito a um voto, de forma que o domínio por parte de alguns grandes acionistas não acontecia. Os diretores, no entanto, - alguns desentendimentos à parte -, tendiam a perpetuar-se no poder. O interesse dos diretores no patronato era em geral tão grande quanto o interesse em proteger os acionistas. A posição oficial, obviamente, era a exigência de integridade dos empregados da Companhia; mas havia esplêndidas oportunidades para o desenvolvimento de relações recíprocas entre empregados e diretores.”) (Pág. 1077.)

governador-geral de Bengala. Incumbido, porém, de frear a corrupção, Hastings, de acordo com Burke, sistematizou-a de tal forma que ela se tornou a própria essência do governo britânico na Índia, envolvendo governantes e governados num círculo vicioso de troca de favores que envolvia a própria Inglaterra.

[Hastings] não apenas ofereceu e recebeu suborno acidentalmente. [Ele] elaborou planos e sistemas de governo com o propósito explícito de acumular para si mesmo propinas (...). [R]ebaixou-se à lama do peculato e da corrupção. [Não foi] tão-somente um ladrão comum da coisa pública, mas, encabeçando um sistema inteiro de corrupção, foi o grande comandante de uma verdadeira gangue<sup>54</sup>.

As primeiras investigações parlamentares a respeito da corrupção na Índia iniciaram-se em 1767, quando os *Rockingham Whigs*, grupo político do qual Burke fazia parte, opuseram-se a uma interferência nos negócios da Companhia das Índias Orientais em nome das prerrogativas legais da empresa. Cinco anos depois, quando os acionistas da “E.I. Co.” estavam sendo pressionados para “colocar a casa em ordem”, o próprio Burke recebeu convite – mas não o aceitou – para assumir a função que, posteriormente, viria a ser desempenhada por Warren Hastings. Em 1773, a despeito da contínua oposição dos *Rockingham Whigs*, o primeiro grande documento legislativo a respeito da Índia foi aprovado: a Lei Regulatória de Lorde North, que estabeleceu uma forma limitada de controle parlamentar sobre o império indiano. O poder do governador-geral de Bengala não foi suprimido (Hastings, que em 1773 já se encontrava nesse cargo, foi nele mantido), mas dividido com um conselho cujos membros eram nomeados pelo governo e com uma suprema corte supostamente independente. Essa lei regulatória foi a primeira ação clara de supervisão e controle do Estado britânico sobre seus territórios ultramarinos e, mais propriamente, sobre a Companhia das Índias Orientais.

No início da década de 1780, em parte devido a informações fornecidas pelos adversários de Hastings em Bengala, era forte na Inglaterra a opinião de que a “Lei de Lorde North” já não dava conta da situação na Índia. Burke e outros políticos compartilhavam dessa visão. Entre 1781 e 1783, o irlandês estudou com profundidade a questão indiana. Nessa época, escreveu diversos relatórios condenando o governo da “Companhia” de maneira geral e as políticas de Hastings de modo particular. O resultado desses estudos foi que Burke, antes simpático à autonomia administrativa da “*John Company*”, tornou-se um contundente defensor do controle e da supervisão estatal sobre a empresa britânica. Entre novembro e dezembro de 1783, ele ajudou a elaborar o *Fox’s East India Bill*, que, conquanto não tenha sido aprovado, exerceu influência sobre o projeto de lei concebido – e posto em prática – na administração de William Pitt acerca do assunto. O *Pitt’s East Indian Act* de 1784 foi uma espécie de meio termo entre a autonomia administrativa da “*United Company*” e a supervisão estatal. Burke não era exatamente um entusiasta dessa

<sup>54</sup> Noonan Jr., 1982, citando Burke: “He ‘did not only give and receive bribes accidentally’. He ‘formed plans and systems of government for the very purpose of accumulating bribes and presents to himself.’ He descended into ‘the muck and filth of speculation and corruption’. He was ‘not only a public robber himself, but the head of a system of robbery, the captain-general of the gang’”. (Pág. 1073.)

solução, porém, não a criticou ostensivamente. Sua principal preocupação, nesse período, era o levantamento do maior número possível de evidências capazes de embasar um processo de impeachment contra Warren Hastings, que, em 1785, havia acabado de deixar o governo de Bengala.

Já no tempo de Burke o recurso do impeachment era um elemento antigo da constituição inglesa. Destinada a controlar as ações dos altos executivos do governo em nome da lei e da liberdade, a ferramenta do impeachment fora bastante utilizada em um passado não tão longínquo, porém, no século XVIII, não vinha sendo usualmente empregada. Para os ingleses, impeachment não significava necessariamente afastamento do cargo, mas sim condenação por crimes graves cometidos no exercício dele<sup>55</sup>. Na opinião de Burke, Hastings havia cometido graves crimes durante seu governo em Bengala, razão pela qual deveria enfrentar um processo de impeachment.

A instauração desse processo não foi simples. Hastings, afinal de contas, havia sido politicamente forte o suficiente para resistir incólume ao longo de treze anos e cinco governos diferentes, North, Rockingham, Shelburne, a Coalisção e Pitt, indício de que sua condenação não seria nada fácil. Burke tinha consciência disso, conhecedor que era da promiscuidade dos interesses político-econômicos da elite britânica e de sua ramificação indiana. Tratava-se, para ele, muito menos de uma causa prática, assumida com vistas numa provável vitória, e muito mais de uma questão de integridade pessoal, uma justificativa moral perante as gerações futuras<sup>56</sup>.

Em 1786, Hastings foi acusado formalmente diante dos Comuns de haver cometido diversos tipos de crimes (*high crimes and misdemeanors*) durante seu mandato como governador-geral de Bengala. Foram inicialmente formulados vinte e dois artigos de acusação, mas os Comuns, sob a pressão do tempo exigido pelos procedimentos parlamentares, condenaram Hastings por vinte e um deles. Esses vinte e um artigos foram encaminhados à Câmara dos Lordes, casa incumbida da palavra final sobre o impeachment. Também movidos pelo desejo de simplificar a questão, a fim de tornar mais rápido todo o processo, Burke e os demais acusadores condensaram a argumentação em quatro tópicos centrais que resumiam os principais crimes cometidos por Hastings na Índia: propinas, contratos, Benares e begams de Oudh<sup>57</sup>. Apoiados nesses pontos, os acusadores concluíram sua tarefa diante dos lordes em 1791.

<sup>55</sup> Noonan Jr., 1982: “When Hastings returned in 1785 (...), Burke, again in opposition, worked for his impeachment – impeachment in the British sense being not necessarily removal from office but conviction of high crimes committed while in office”. [Quando Hastings retornou em 1785 (...), Burke, novamente na oposição, trabalhou pelo seu impeachment – o impeachment, na acepção britânica, não sendo necessariamente o afastamento do cargo, mas a condenação por graves crimes cometidos no exercício do cargo”.] (Pág. 1081.)

<sup>56</sup> Noonan, Jr., 1982, citando Burke. “‘Speaking for myself’, he wrote, ‘my business is not to consider what will convict Mr. Hastings (a thing we all know to be impracticable) but what will acquit and justify myself to those few persons and to those distant times which may take a concern in these affairs and in the Actors in them.’” [“Falando por mim”, escreveu ele, ‘meu problema não é o que vai condenar o Sr. Hastings - algo que todos sabemos ser impraticável -, mas o que irá me absolver e justificar diante daquelas poucas pessoas e daqueles tempos distantes que talvez venham a se interessar por esse caso e pelos Atores nele envolvidos.’] (Pág. 1081.)

<sup>57</sup> Whelan, 1996: “In 1786, Burke launched the prosecution by presenting twenty-two ‘Articles of Charge’ against Hastings to the House of Commons, of which only one was actually defeated. In the end, however, because of a lack of parliamentary time, Hastings was impeached on twenty-one charges, which covered only eight of the original ones. Burke drew up these formal ‘Articles of Impeachment’, which were forwarded to the House of Lords in 1787. In view of the numerous delays attending the proceedings, however, Burke and the other managers decided to restrict themselves to what they regarded as

Outros quatro anos de defesas e respostas se seguiram até que, em 1795, foi dado o veredito final: absolvição de Hastings.

Dos cerca de duzentos e cinquenta lordes envolvidos no caso Hastings, apenas vinte e nove julgaram-se suficientemente familiarizados com a questão para votar. Dentre esses, não mais do que seis condenaram sem reservas o ex-governador de Bengala. A Companhia das Índias Orientais reembolsou todas as despesas jurídicas de Warren Hastings, concedendo-lhe, em seguida, um estipêndio anual de quatro mil libras e um empréstimo – sem juros – de cinquenta mil libras. Em 1804, foi ele dispensado do pagamento desse empréstimo. Quatro anos depois, um dos navios da “*John Company*” foi batizado com o nome de Warren Hastings. Em 1813, a Universidade de Oxford outorgou-lhe o título honorário de doutor em leis. No mesmo ano, os membros de um comitê parlamentar agradeceram seus conselhos sobre a Índia saudando-o como se costumava saudar a nobreza. Em 1818, aos oitenta e cinco anos, vinte deles transcorridos em um confortável retiro na casa de seus sonhos, Warren Hastings faleceu nas terras de sua família em Daylesford<sup>58</sup>.

A defesa de Hastings procurou a todo o momento valer-se das limitações do poder de alcance da lei. Saiu-se, em suma, vitoriosa, apostando na dificuldade de se provar de maneira válida nos tribunais a prática de crimes de corrupção cuja evidência material pode muitas vezes ser ocultada ou destruída<sup>59</sup>. O contexto de toda essa história, todavia, sugere que a absolvição de Hastings não tenha resultado propriamente da falta de provas contra ele, mas sim da corrupção generalizada dos mandatários britânicos. Provas havia, diretas e indiretas, das iniquidades do ex-governador-geral de Bengala, mas a

---

the four strongest charges, and on this basis they finally concluded their case in May 1791. The trial then continued, through Hastings defense and Burke’s ‘Reply’, until the final verdict was handed down in 1795.

Of the four charges on which Hastings was finally tried, two (‘Presents’ and ‘Contracts’) were accusations of ‘pecuniary corruption’. The others (the ‘Benares’ and the ‘Begams of Oudh’ charges) focused on instances of ‘open violence and injustice’ (...) or oppression (...).” [“Em 1786, Burke deu início à acusação apresentando vinte e dois ‘Artigos Acusatórios’ contra Hastings na Câmara dos Comuns, dos quais apenas um de fato foi derrubado. No final, contudo, em razão da falta de tempo parlamentar, Hastings enfrentou o processo de impeachment com base em vinte e uma acusações que cobriam apenas oito das acusações originais. Burke, enfim, ordenou esses ‘Artigos de Impeachment’ e os enviou à Câmara dos Lordes em 1787. Todavia, diante dos vários atrasos de procedimentos, Burke e seus companheiros decidiram restringir-se ao que entendiam ser as quatro maiores acusações, e sob essa base eles finalmente concluíram o caso em maio de 1791. O julgamento, então, continuou – entre a defesa de Hastings e as ‘Respostas’ de Burke – até o veredito final dado em 1795.

Das quatro acusações que compuseram o julgamento final de Hastings, duas - ‘Presentes’ e ‘Contratos’ – estavam ligadas à ‘corrupção pecuniária’. As outras – ‘Benares’ e ‘Begams de Oudh’ – estavam focadas em episódios de ‘violência crua e injustiça’ (...) ou opressão (...).” (Págs. 64 e 65.)

<sup>58</sup> Noonan, Jr., 1982, págs. 1074 e 1075.

<sup>59</sup> Burke, 1877: “My lords, you see two things (...) for you to consider in the judgement of this great cause, which is the cause of nations. The first thing for you to consider is the declaration of the culprit at your bar, that a person may be pursued by the cries of a whole people; that documents the most authentic and satisfactory, but deficient in technical form, may be produced against him; in short, that he may be guilty of the most enormous crimes, and yet that legal proofs may be wanting. This shows you how seriously you ought to consider, before you reject any proof upon the idea that it is not technical legal proof.” [“Meus senhores, diante de vós há duas coisas (...) a ser consideradas no julgamento desta grande causa, que é a causa das nações. A primeira coisa a ser considerada é a declaração do acusado segundo a qual, ainda que uma pessoa seja perseguida pelo clamor de todo um povo, que contra ela sejam brandidos os documentos mais autênticos e satisfatórios - mas deficientes na forma técnica – e que de fato ela seja culpada dos crimes mais monstruosos, mesmo assim é possível que não haja provas legais para condená-la. Isso mostra quão séria tem de ser a vossa avaliação antes de rejeitar qualquer prova sob a alegação de que não se trata de uma prova tecnicamente legal.”] (Pág. 365.)

rede imoral de interesses que unia a elite britânica – Coroa, parlamento e até mesmo o clero<sup>60</sup> – à sua ramificação indiana é que parece de fato ter impedido a condenação de um homem cuja riqueza se havia construído mediante a troca constante de favores com algumas das figuras mais poderosas da Inglaterra. Não resta dúvida que Burke enxergava a situação dessa forma, e sua estratégia de acusação foi montada, não tanto para condenar Hastings, o que lhe parecia bastante improvável, mas para alijá-lo da vida pública e para restaurar a moralidade política com uma reforma no governo britânico.

Sob essa ótica, Burke foi relativamente bem-sucedido. Atritando aos crimes de corrupção uma série de outros delitos mais graves e unindo-os todos na ideia de injustiça como transgressão da lei moral incutida por Deus na alma humana, o irlandês, confiando no senso moral comum dos homens, mostrou de maneira convincente a relação direta entre corrupção e destruição econômica, política e social, tornando patente a necessidade de uma reorientação dos rumos pelos quais se enveredara a administração da coisa pública na Índia e na Inglaterra. Ainda que a retórica empregada contra Hastings, na opinião de alguns especialistas modernos<sup>61</sup>, possa ter sido pesada a ponto de comprometer a credibilidade da acusação, o fato é que, mesmo não tendo vencido nos tribunais, Burke obteve a humilhação pública de um homem poderoso, exemplo que sem dúvida imprimiu certo temor no espírito orgulhoso de políticos tão imorais quanto o ex-governador-geral de Bengala.

Não se humilha, contudo, um homem diante da justiça, a não ser que ele a tenha primeiro humilhado com a injustiça<sup>62</sup>. A acusação de injustiça foi, portanto, o centro do argumento acusatório de Burke, centro esse em torno do qual orbitaram os quatro grandes tópicos – propinas, contratos, Benares e begams de Oudh – que resumiam os crimes cometidos por Hastings na Índia. “Eu afirmei (...) que esta acusação recriminatória consistia de duas partes distintas, injustiça e retardo. À injustiça devemos responder pela[s] (...) provas da acusação que trouxemos diante dos senhores (...)”<sup>63</sup>. Tratar desses

<sup>60</sup> Especificamente quanto ao clero, Noonan Jr., 1982, comenta que havia bispos entre os lordes da Inglaterra e que alguns deles mantinham com a “Companhia” relações indecorosas. Ele cita um comentário irônico de Burke a respeito dessa situação: “The humility of the Bishops will leave the honour of vindicating the Christian religion to others”. (“A humildade dos bispos deixará para outros a honra de justificar a religião cristã.”) (Pág. 1103.)

<sup>61</sup> Noonan, Jr., 1982. “If Hastings could have been tried like a common criminal at Old Bailey for the single offense of taking a bribe, Burke might have secured his conviction. But he catered to the popular temptation to think a bad man must be thoroughly bad: ‘There is, my Lords, always a close connection between vices of every description’. Facing a political tribunal and making his own judgement of how seriously bribery would be rated by it, Burke took the Ciceronian route.” (“Se Hastings pudesse ter sido julgado como um criminoso comum em *Old Bailey* pela simples ofensa de ter aceitado suborno, Burke talvez tivesse conseguido assegurar sua condenação. Ele, porém, deixou-se levar pela tentação popular de pensar que um homem mau é invariavelmente mau em todos os aspectos: ‘Há, meus senhores, sempre uma estreita conexão entre vícios de todos os tipos’. Enfrentando um tribunal político e formando seu próprio julgamento de como a acusação de suborno seria encarada por esse tribunal, ele enveredou pela rota ciceroniana.”) (Pág. 1104.)

<sup>62</sup> Cícero, no *De officiis* (Loeb, 1928, pág. 89), diz que a tarefa de acusar um homem é muito delicada e por isso deve ser levada extremamente a sério. “All this the citizen who is patriotic, brave, and worthy of a leading place in the state will shun with abhorrence (...). Besides, he will not expose anyone to hatred or disrepute by groundless charges, but he will surely cleave to justice and honour (...).” [“Tudo isso o cidadão patriótico, corajoso e merecedor de um lugar digno no Estado irá evitar com horror (...). Ademais, não irá ele expor ninguém ao ódio ou ao descrédito com base em acusações infundadas, mas irá seguramente se agarrar à justiça e à honra.”]

<sup>63</sup> Burke, 1877. “I next stated (...) this recriminatory charge consisted of two distinct parts: injustice and delay. To the injustice we are to answer by the (...) proof of the charges which we have brought before you (...).” (Pág. 1.)



tópicos é, pois, tratar de diferentes aspectos de uma injustiça que, contrariando a lei de Deus, solapa as bases da civilização e condena os homens a um destino sombrio.

O termo propina parece ser mais adequado para traduzir o que Warren Hastings e seus defensores chamavam de “*presents*”. Burke explicou em seus discursos acusatórios que os “presentes” recebidos pelo ex-governador-geral de Bengala eram na verdade uma forma de extorsão. Clive e outros pioneiros ingleses haviam enriquecido à custa dos “presentes” obtidos dos governantes-fantoches que lhes eram subordinados, estabelecendo com isso um precedente seguido à risca por seus sucessores. Justificando-se, diziam eles que era esse um costume antigo visto por governantes e governados como normal e necessário para a estabilidade política dos territórios indianos. Como já se observou, Burke não aceitava a ideia de que algo tido como crime pelos britânicos não fosse igualmente criminoso para os indianos. E esses “presentes” eram de fato vistos como propinas criminosas pelos ingleses, tanto que haviam sido condenados formalmente pela lei britânica.

[...] Em primeiro lugar, tendes a prova de que ele aceita propinas e de que pratica transações corruptas (...); porém, diz ele que tudo isso foi feito em vista do bem público<sup>64</sup>. (...)

[...] [É muito difícil acreditar] que qualquer nativo da Índia tenha voluntária e gratuitamente dado seu dinheiro ao mencionado Warren Hastings, isto é, sem perspectiva nenhuma de algum benefício em retorno ou sem o temor de represálias em caso de recusa<sup>65</sup>.(...).

[...] Nós sabemos que uma nuvem de gafanhotos individualmente desprezíveis pode ser mais devastadora para um país do que Genghis Khan ou Tamerlão<sup>66</sup>.

O exemplo de Genghis Khan, de Tamerlão e de outros conquistadores orientais muitas vezes era usado pelos defensores de Hastings como justificativa de certas ações injustas tidas como necessárias à governabilidade dos territórios indianos. A lembrança desses homens não servia propriamente para defender a corrupção e as propinas em si mesmas, mas sim para explicar que um governante, na Ásia, para ser eficaz tinha muitas vezes de cometer atos que, na Inglaterra, por exemplo, seriam considerados imorais e injustos. Burke teve de combater esse relativismo, e ao combatê-lo acabou por enfrentar a autoridade de um Montesquieu, segundo o qual o despotismo era a forma característica e inevitável dos governos asiáticos<sup>67</sup>. Para desmontar essa linha de raciocínio, Burke mergulhou a fundo na história da Índia, notadamente nos escritos jurídicos hindus e muçulmanos que regulavam a vida civil da imensa maioria dos habitantes do Império Mogol, o que lhe permitiu concluir que os grandes conquistadores asiáticos, Tamerlão e Genghis Khan entre eles, conquanto tivessem obtido seus domínios de forma

<sup>64</sup> Burke, 1877: “For, in the first place, you have proof that he does take bribes, and that he has corrupt dealings (...); but he says that he has done it from public-spirited motives”. (Pág. 353.)

<sup>65</sup> Whelan, 1996, citando Burke: “It was simply not credible ‘that any native of India had voluntarily and gratuitously given money privately to the said Warren Hastings, that is, without some prospect of a benefit in return, or some dread of his resentment, if he refused’.” (Págs. 72 e 73.)

<sup>66</sup> Whelan, 1996, citando Burke: “We know that a swarm of locusts, although individually despicable, can render a country more desolate than Genghis Khan or Tamerlane.” (Pág. 74.)

<sup>67</sup> Whelan, 1996. “Montesquieu concluded that despotic government was standard for all major Asian nations, an influential thesis that Burke sought to refute.” (“Montesquieu concluiu que o governo despótico era o padrão de todas as grandes nações asiáticas, uma influente tese que Burke buscou refutar.”) (Pág. 5.)

obscura, misteriosa e questionável, para mantê-los tiveram de observar uma série de costumes – condizentes com a lei natural comum a toda a humanidade – compilados na forma de leis civilizatórias. Ironicamente, Burke utilizou contra Hastings a autoridade de um dos homens que ajudaram a montar a defesa do ex-governador-geral de Bengala, o erudito Nathaniel Halhed. Halhed escrevera, a pedido do próprio Hastings, um *Código das Leis Hindus*<sup>68</sup>, com o propósito de facilitar a tarefa da supremacia governamental britânica na Índia. Esse trabalho, no entanto, desmentia quem procurasse justificar a própria injustiça com base numa suposta tradição despótica do Oriente. Pelo contrário, assim como no Ocidente, as leis e os costumes que haviam viabilizado as civilizações orientais enraizavam-se naquele sentimento humano comum de justiça que para Burke integrava a moralidade inscrita por Deus no coração dos homens.

[...] Esta é a maneira como ele trata um ato do parlamento! No lugar dos atos parlamentares ele coloca sua própria vontade arbitrária. Essa, diz ele, é a única lei do país que ele governa, tal como se vê no que ele chama de institutos arbitrários de Genghis Khan e Tamerlão. É nessa vontade arbitrária que ele se afirma, deixando de lado a lei hindu, a lei maometana e a lei do seu próprio país<sup>69</sup>.

Essa arbitrariedade que Hastings entendia ser a “lei” oriental refletiu-se também na maneira de lidar com os contratos relativos aos grandes negócios da “*United Company*”. Usando como parâmetro, não a competência e a habilidade comercial, mas a real ou a potencial capacidade de influência política das pessoas, Hastings fazia das prerrogativas comerciais britânicas na Índia uma fonte de riqueza e poder para si mesmo e para seus aliados e patronos. Foi o que aconteceu em 1780, quando Stephen Sullivan, filho de Laurence Sullivan, um dos mais eminentes diretores da “Companhia”, foi enviado a Bengala. Hastings emprestou-lhe dez mil libras e concedeu-lhe – por quatro anos – a exploração de um dos mais lucrativos negócios da “E.I.Co.”: o comércio de ópio<sup>70</sup>. Em contrapartida, Laurence Sullivan agia como um dos grandes defensores de Hastings na *Leadenhall Street*<sup>71</sup>, em Londres, onde se localizava o quartel-general da Companhia das Índias Orientais. Na visão de Burke, essa promiscuidade dos contratos entre o público e o privado, irmã siamesa que era do sistema de propinas que permeava todo o governo britânico na Índia, provocando desordem no andamento natural das transações comerciais entre as pessoas, resultava na ruína econômica da sociedade.

[...] [A] mesma soma pode tornar-se privada ou pública, ao gosto do receptor.

<sup>68</sup> O título original do livro de Halhed é *A Code of Gentoo Laws, or, Ordinations of the Pundits, from a Persian Translation, made from the Original, written in the Shanscrit Language*.

<sup>69</sup> Burke, 1877: “(...) This is the manner in which he treats an act of parliament! In the place of acts of parliament he substitutes his own arbitrary will. This he contends is the sole law of the country he governed, as laid down in what he calls the arbitrary institutes of [Genghis] Khan and Tamerlane. This arbitrary will he claims, to the exclusion of the Gentoo law, the Mahomedan law, and the law of his own country.” (Págs. 3 e 4.)

<sup>70</sup> Whelan, 1996, pág. 85.

<sup>71</sup> Noonan, Jr., 1982, pág 1077.

[...] Um sistema de propinas privadas como fonte de receita (...) deve necessariamente arruinar o país em que ele prevalece e desgraçar a nação que o emprega, destruindo-lhe, ao final, todas as riquezas.

[...] É evidente que [num sistema como esse] os poderes governamentais, em algum momento, serão vistos pelos nativos como se estivessem à venda num leilão. A própria natureza dessas transações tende a ensinar os nativos a corromper com dinheiro os servidores da Companhia, tornando-os, assim, menos desejosos - ou menos aptos, ou ambas as coisas - de cumprir seus contratos com o Estado<sup>72</sup>.

Esse sistema injusto marcado pela arbitrariedade do governante, pela confusão entre o público e o privado e pelo sistema de troca de favores e extorsão como *modus operandi* administrativo mostrou toda a sua capacidade destrutiva no caso de Benares. Considerada sagrada, a cidade de Benares era o centro de um distrito ao mesmo tempo rico e estrategicamente importante para os britânicos. Entre 1738 e 1780, a Companhia das Índias Orientais manteve boas relações com o rajá de Benares, Balwant Singh, de fato um governante independente, embora oficialmente subordinado ao nababo de Oudh. Quando Chait Singh, filho de Balwant, assumiu o poder no lugar do pai, a “E.I. Co.” reconheceu a legitimidade da sucessão. Em 1775, o nababo Asaf al-Daula cedeu as prerrogativas de Oudh sobre Benares à “*John Company*” por meio do Tratado de Faizabad. Hastings e seus conselheiros estavam interessados em garantir o controle de Benares para que a cidade servisse como uma “zona-tampão” destinada a melhorar as condições de defesa de Bengala. Chait Singh reconheceu a soberania britânica sobre seus territórios e, em 1776, entrou em um acordo com a “Companhia” por meio do qual ficaram estabelecidas suas obrigações tributárias e militares com os ingleses.

Dois anos depois, a guerra contra os Marathas em pleno curso e renovadas as animosidades contra a França, Hastings começou a mobilizar seu aparato diplomático e militar em defesa dos domínios britânicos na Índia. Exigiu-se, então, de Chait Singh, o pagamento de subsídios de guerra em valor superior ao estipulado no acordo de 1776. O rajá, contrariado, pagou o que lhe estava sendo exigido, ainda que tardiamente. Em 1780, obrigado que era de manter preparadas tropas para emprego imediato, não atendeu de pronto a demanda britânica por auxílio militar. No verão do ano seguinte, o então governador-geral de Bengala, furioso e amparado por uma quantidade de soldados proporcional e arriscadamente menor do que sua fúria, dirigiu-se a Benares disposto a impor ao rajá uma multa exorbitante pela hesitação. Como Chait Singh não lhe pareceu suficientemente submisso, Hastings ordenou fosse ele confinado em seu próprio palácio. Isso provocou uma grande rebelião em Benares e nas regiões adjacentes, que não foi contida senão mediante o derramamento do sangue de muita gente,

<sup>72</sup> Whelan, 1996, citando Burke: “(...) the same Sum may become private Property or public, at the Pleasure of the Receiver.

(...) A system of private bribery for a revenue (...) must ruin the Country where it prevails, must disgrace the Country that uses it, and finally end in the destruction of the revenue.

(...) It is plain that the Powers of Government must, in some Way or other, be understood by the Natives to be at Sale ... The very Nature of such Transactions has a Tendency to teach the Natives to pay a corrupt Court to the Servants of the Company; and they must thereby be rendered less willing, or less able, or perhaps both, to fulfill their Engagements to the State.” (Págs. 82 e 83.)

inclusive de militares britânicos e de sepaio<sup>73</sup>. Em meio à confusão, Chait Singh escapou, e em seu lugar foi colocado um novo rajá, que passou a ser controlado pelos britânicos com rédea curta.

Hastings justificou todas essas ações com base na ideia de razão de estado<sup>74</sup>, em nome da sobrevivência do império britânico na Índia. Já para Burke as razões de Hastings eram a cobiça e a ganância, momentaneamente vantajosas a uma cabala de ladrões, mas no fim danosas a eles mesmos e ao estado. As injustiças do então governador-geral de Bengala formavam um conjunto interligado de quebra de contrato - não por motivo de força maior, mas por ambição e arrogância -, extorsão, não observância do devido processo legal, destruição econômica da sociedade, desde os seus estratos superiores até os mais simples dos indivíduos, e, finalmente, rebelião.

Fazer demandas públicas injustas; aceitar favores pecuniários privados em razão dessas demandas e, sob o pretexto da postergação e da recusa, perseguir sem misericórdia um benfeitor; negar-se a ouvir suas justificativas; prendê-lo em sua capital e em seu palácio, diante de todo o povo – dando, assim, ocasião a uma insurreição e, utilizando essa insurreição como argumento, recusar todo e qualquer tratado ou explicação; retirá-lo [o benfeitor] de seu governo e de seu país; excluí-lo de uma anistia geral, enviando-o assim por toda a Índia como um fugitivo a testemunhar a vergonha do governo britânico diante de todas as nações (...). [E]sses são os procedimentos cujos paralelos, para a honra da natureza humana, espera-se sejam poucos na História<sup>75</sup>.

Quando Burke diz que, para a honra da natureza humana, é de se esperar que as ações de Hastings não encontrem muitos paralelos na história, ele está assumindo, em conformidade com a ideia de uma lei de Deus comum a todos os homens, que o relacionamento entre as nações – isto é, entre as pessoas de diferentes nações – não pode ter como parâmetro senão a razão e a moralidade comuns a todos os seres humanos. Essa visão, compartilhada por pensadores antigos como Cícero, também permeava os pontos de vista de um autor contemporâneo de Burke: o jurista suíço Emmerich de Vattel<sup>76</sup>.

Tendo agora, como sempre, afirmado que a lei das nações é a lei da Índia e a lei da Europa, pois é a lei da razão e a lei da natureza, extraída das fontes puras da moralidade, do bem público e da equidade natural, bem como reconhecida e ordenada pelo trabalho de homens instruídos, remeto os senhores a Vattel, livro 1, capítulo 16, em que ele trata da violação de tais acordos: o protetor recusando-se a dar proteção ou o protegido recusando-se a cumprir o que foi combinado. Meu desígnio, ao remeter os senhores a esse autor, é provar que Cheit [Singh], longe de ser culpável pelo levantamento de objeções à demanda não autorizada feita a ele pelo Sr. Hastings, tinha na verdade a obrigação de agir como agiu, pois se outra coisa tivesse feito teria colocado em risco todo o acordo em que se fundamentavam sua sujeição e sua proteção. (...).

<sup>73</sup> Sepaios eram soldados indianos a serviço dos britânicos.

<sup>74</sup> A noção moderna de razão de estado (*raison d'état*) está ligada às concepções maquiavélicas segundo as quais a moralidade está subordinada ao interesse político do Estado.

<sup>75</sup> Whelan, 1996, citando Burke: “To urge unjust public Demands; to accept private pecuniary Favours in the Course of those Demands; and, on the Pretence of Delay or Refusal, without Mercy to persecute a Benefactor; to refuse to hear his Remonstrances; to arrest him in his Capital, in his Palace, in the Face of all the People; - thus to give Occasion to an Insurrection, and, on Pretext of that Insurrection, to refuse all Treaty or Explanation; to drive him from his Government and his Country; to proscribe him in a general Amnesty; and to send him all over India, a Fugitive to publish the Shame of British Government in all the Nations (...). (...) these are Proceedings to which, for the Honour of human Nature, it is hoped few Parallels are to be found in History.” (Pág. 172.)

<sup>76</sup> O jurista suíço Emmerich de Vattel, nascido em 1714 e morto em 1767, ganhou notoriedade com o livro *Les Droits des gens* (1758), no qual aplicou o direito natural às relações internacionais.

Nós defendemos Cheit [Singh] em apoio aos princípios da equidade natural e da lei das nações - que é o direito natural de todos nós<sup>77</sup>.

Outra transgressão explícita do direito natural comum a todos os homens deu-se no caso das begams de Oudh. Begam era um título de nobreza das mulheres muçulmanas do Império Mogol, e as begams de Oudh, especificamente, eram a mãe enviuvada e a avó de Asaf al-Daula, herdeiro do trono de Oudh. Oudh era uma vasta província mogol situada a nordeste de Bengala. Clive – inicialmente - e depois Hastings haviam estabelecido uma aliança estável com o severo e competente Shuja al-Daula, nababo de Oudh, ajudando-o a defender e a ampliar seus territórios. O objetivo estratégico dos britânicos com essa aliança era o de sempre: fazer de Oudh uma “zona- tampão” destinada a proteger as possessões da “*John Company*”. As tropas britânicas estacionadas em Oudh eram mantidas pelos recursos da província.

Em 1775, Shuja al-Daula morreu, e seu filho, Asaf al-Daula, assumiu o trono de Oudh. O falecido nababo havia contraído muitas dívidas com os ingleses, porém, graças à sua capacidade administrativa, manteve-as sob controle durante sua vida. O filho, mais fraco e não tão competente, herdou os problemas do pai, mas não a habilidade para resolvê-los. Hastings, então, quis aproveitar-se da tibieza do novo nababo para retirar de Oudh tudo o que fosse possível. Forçando o fraco Asaf a esfolar seu próprio povo, Hastings conseguiu destruir a reputação do governante, e essa reputação destruída condenou o nababo a depender dos britânicos para conseguir comandar seus próprios domínios.

O curso invariável da política da Companhia é este: ou ela entrona algum príncipe tão odioso a ponto de não poder sustentar-se senão mediante o apoio dela ou ela o torna odioso para a população utilizando-o como instrumento de governo. Nesse caso, a autoridade do governante é mantida por meio de tropas suficientemente numerosas. Para que não lhe falte auxílio, um cavalheiro civil, chamado de residente, é mantido em sua corte e, sob o pretexto de cuidar do pagamento devido às tropas, passa ele mesmo a controlar todas as receitas. Sob uma tão previdente gerência, os débitos logo se acumulam ... até que, passo a passo, todo o dinheiro que entra – e com isso todo o poder do país – é entregue nas mãos do residente. E não falta aos militares virtude para tentar igualar os ganhos do departamento civil. Porções do país são, pois, entregues aos homens de farda. Parece-lhes, então, apropriado converter os oficiais em arrecadadores de impostos. Assim, situada entre o bem remunerado estamento civil e o bem recompensado estamento militar, é fácil imaginar a sorte dos nativos<sup>78</sup>.

---

<sup>77</sup> Burke, 1877. “Now having contended, as we still contend, that the law of nations is the law of India as well as of Europe, because it is the law of reason and the law of nature, drawn from the pure sources of morality, of public good, and of natural equity, and recognized and digested into order by the labour of learned men, I will refer your lordships to Vattel, book 1, cap. 16, where he treats of the breach of such agreements, by the protector refusing to give protection, or the protected refusing to perform his part of the agreement. My design, in referring you to this author, is to prove that Cheit Sing, so far from being blamable in raising objections to the unauthorized demand made upon him by Mr. Hastings, was absolutely bound to do so, nor could he have done otherwise, without hazarding the whole benefit of the agreement upon which his subjection and protection were founded.

We contend in favour of Cheit Sing, in support of the principles of natural equity and of the law of nations, which is the birthright of us all.” (Págs. 10 e 11.)

<sup>78</sup> Whelan, 1996, citando Burke: “The invariable course of the Company’s policy is this: Either they set up some prince too odious to maintain himself without the necessity of their assistance; or they soon render him odious, by making him the instrument of their government. In that case troops are bountifully sent to him to maintain his authority. That he should have no want of assistance, a civil gentleman, called a Resident, is kept at his court, who, under pretence of providing duly for the pay of these troops, gets assignments on the revenue into his hands. Under his provident management, debts soon accumulate... until, step by step, the whole revenue, and with it the whole power of the country, is delivered into his hands. The military do not behold without a virtuous emulation the moderate gains of the civil department... Tracts of country are delivered over to their discretion. Then it is found proper to convert their commanding officers into farmers of revenue. Thus,

Oudh não era pobre. Suas riquezas, no entanto, estavam nas mãos dos civis e militares que, com a anuência de Hastings, controlavam o tesouro. Assim, obviamente, Asaf al-Daula não tinha condições de quitar a dívida de seu pai com a “*United Company*”, e isso o governador-geral de Bengala não podia perdoar. As riquezas da mãe e da avó do túbio nababo pareceram então bastante atraentes a Warren Hastings. Passando por cima da lei de Deus, o então governador-geral de Bengala forçou Asaf a - sufocando no peito o sentimento natural de amor em relação à mãe e à avó - extorquir a riqueza e o sustento das begams para entregá-los à “Companhia”. O caudilho britânico, evidentemente, dizia que com isso prestava um grande serviço à Inglaterra, aumentando-lhe o *exchequer*<sup>79</sup>.

Agora, meus senhores, podeis ver que todas essas propriedades (...) ou eram *jaghires* destinados aos familiares mais próximos do nababo, concedidos por seu pai à sua mãe e, antes disso, pelo pai de seu pai à sua avó e a Salar Jung, seu tio, ou eram a propriedade dos nobres mais eminentes. (...). O Sr. Hastings, na intenção de incluir no confisco pessoas sem valor, acabou por confiscar os *jaghires* de homens inocentes e virtuosos de elevada estatura e também os dos parentes de sangue do nababo, reduzindo-os todos a um estado de dependência e degradação. (...) Este é o relato que ele lhes dá de sua honra, de sua justiça e de sua política nesses procedimentos<sup>80</sup>.

Resumidos nesses quatro tópicos apresentados, quais sejam, propinas, contratos, Benares e begams de Oudh, Burke procurou tornar patente nos tribunais ingleses a imoralidade e a injustiça do governo de Warren Hastings na Índia. A bem da verdade, para o parlamentar britânico a administração de Hastings não podia propriamente ser chamada de governo, visto que se aproximava muito mais da ação conjunta de uma gangue de criminosos coordenada por um caudilho implacável. Com efeito, para o irlandês a ideia de governo e de estado sempre esteve ligada à do respeito à moralidade e ao senso de justiça incutidos por Deus na alma humana, de sorte que os desmandos de Hastings na Índia eram vistos antes como crimes, não apenas contra a Inglaterra e a Índia, mas contra a humanidade como um todo. A falta de moralidade do governo da “Companhia” na Índia ensejou uma verdadeira empreitada de ladrões.

## DA MORALIDADE NO GOVERNO

Para Burke, assim como para Cícero, há uma moralidade - comum a todos os homens - que está acima de qualquer discussão e se apresenta como um dado evidente da realidade. Essa moralidade foi incutida por Deus no coração de todos os seres humanos, de sorte que em qualquer lugar do mundo, na

---

between the well paid civil, and well rewarded military establishment, the situation of the natives may be easily conjectured.” (Pág. 180.)

<sup>79</sup> O *exchequer* é o tesouro nacional britânico.

<sup>80</sup> Burke, 1877: “Now, my lords, you see that all these estates (...) were either *jaghires* for the Nabob’s own immediate family, settled by his father upon his mother, and by his father’s father upon his grandmother, and upon Salar Jung, his uncle, or were the property of the most considerable nobility (...). Mr. Hastings, to effect the inclusion of the worthless in the confiscation, confiscates the *jaghires* of the innocent and the virtuous men of high rank, and of those who had all the ties of nature to plead for the Nabob’s forbearance, and reduced them to a state of dependency and degradation. (...)

This is the account he gives you himself of his honour, his justice, and his policy in these proceedings.” (Págs. 166 e 167.) (*Jaghire* era uma espécie de direito pessoal ou grupal às receitas oriundas de um distrito indiano.)

Índia como na Inglaterra, um ato pode ser claramente percebido como moral, na medida em que obedece a essa lei inscrita na alma humana, ou imoral, quando a desobedece. Foi com base nessa concepção que Burke enfrentou nos tribunais os defensores de Hastings, para os quais a moralidade, assim como a cultura em geral, variava de um povo para outro. Para eles, o que se chamava de crime na Inglaterra nem sempre correspondia a um delito na Índia, e era assim, por exemplo, que chamavam de “presentes” entre os indianos aquilo que se identificava como propina e extorsão entre os ingleses. Burke considerava essa linha de argumentação uma farsa, montada exclusivamente com o intuito de defender com perfídia e cinismo um esquema milionário de corrupção que favorecia uma vasta rede de civis, militares, nobres, políticos e outros representantes da elite inglesa, incluindo sua ramificação indiana. Na concepção de Burke, um “negro” – como os ingleses chamavam os indianos naquela época – percebia perfeitamente a imoralidade da elite inglesa na Índia e sofria com isso. Além disso, os atos imorais dessa elite, longe de promover a prosperidade do governo, como diziam os defensores de Hastings, não eram convenientes ao estado, pois na realidade causavam a sua ruína a longo prazo. De fato, Burke tentou a todo o momento mostrar que, devido aos procedimentos excusos da “*John Company*”, milhares de indianos ficaram sujeitos à miséria e ao desespero, já que as riquezas das colônias britânicas na Índia eram drenadas por um esquema de corrupção percebido como imoral em qualquer época e em qualquer lugar. Ademais, procurou deixar claro como a conivência com um esquema desses era nociva à própria Coroa britânica. Para o parlamentar irlandês, era absurdo pensar que o senso de justiça dos indianos – senso esse que integrava a moralidade em sentido amplo – não percebia como injustos e imorais os abusos de Warren Hastings e de seus comparsas de crime. Era evidente, para ele, que o que ocorria na Índia era injusto e imoral, em sentido absoluto, algo condenável aos olhos de qualquer homem com o senso moral preservado da corrupção, e por isso mesmo inconveniente, pois nocivo à comunidade humana e ao estado.

Como Santo Agostinho, Burke entendia que a justiça estava na base dos governos, os quais, sem ela, não passavam de empreendimentos criminosos. E empreendimento criminoso era o domínio da Companhia das Índias Orientais sobre as colônias britânicas na Índia sob as ordens de Warren Hastings. A defesa de Hastings muitas vezes alegava que, por razões de estado, certas atitudes questionáveis se faziam necessárias. Para Burke, contudo, isso era absurdo, pois, embora fosse ele um defensor da ideia de conveniência política, essa conveniência jamais poderia conflitar com o senso inato de moralidade e justiça de todos os seres humanos, senso esse que norteava a política e sobre o qual, em última instância, se fundava o próprio estado. Extorquir pessoas sob o pretexto de que essa seria uma ação aceita dentro de um determinado contexto e até mesmo necessária ao bom andamento da coisa pública, argumento utilizado, não evidentemente com essas palavras, pela defesa de Hastings, era, para Burke, uma afirmação infundada, já que os princípios da boa política, indissociavelmente atrelados à condução do estado, eram os da moralidade ampliada. Em suma, um governo sem justiça, ou, em outras palavras, sem moralidade, não era exatamente um governo, mas um empreendimento criminoso. Um empreendimento desse tipo

era o que ocorria na Índia e que se tentava defender, contra os esforços de Burke, sob a ideia de razão de estado.

Como criminosos, Warren Hastings e seus comparsas sacrificavam – assim pensava Burke – toda e qualquer moralidade por dinheiro. O que eles buscavam, cruamente falando, era dinheiro a qualquer custo. Para isso passavam por cima das leis da moralidade incutidas por Deus no coração humano, incluindo até mesmo os laços mais básicos da unidade familiar, como fez Hastings no caso das begans de Oudh, colocando um filho contra os direitos legítimos de sua mãe em razão da busca inescrupulosa de riqueza. A elite inglesa, no entanto, parecia fazer vistas grossas a esses desmandos e a esses abusos, visto que lucrava bastante – em detrimento do povo indiano como um todo - com os negócios da “Companhia”. Parecia que serviam, a elite inglesa e sua ramificação indiana, antes ao dinheiro do que a Deus, tanto que, mesmo diante de todas as evidências trazidas por Burke nos tribunais, Hastings foi absolvido dos crimes cometidos na Índia. Mas Burke sabia disso. Sabia inclusive que a condenação de Hastings era algo improvável. Ainda assim, levou adiante, ao longo de vinte e dois anos, um processo complexo e perigoso. Tinha a vista fixada na posteridade, em sua reputação como homem público, e também num futuro mais imediato, de reforma moral do governo inglês. Nesses pontos, obteve sucesso. Com o processo que moveu contra Hastings conseguiu, ainda em sua época, pelo menos alijá-lo da vida pública, assustando outros políticos imorais e abrindo caminho para uma reforma moral geral no governo britânico. Por fim, quanto à imagem diante da posteridade, a defesa que fez ele da moralidade e da justiça nos tribunais do século XVIII serve ainda hoje de inspiração a todos aqueles que lutam contra a corrupção e a imoralidade na política e nos governos no mundo todo.

## BIBLIOGRAFIA

AGOSTINHO, Aurélio. *A Cidade de Deus*. Tradução, prefácio, nota biográfica e transcrições de J. Dias Pereira. 2.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1996.

ARMITAGE, David. “Edmund Burke and reason of state”. *Journal of the history of ideas*, 2000.

BÍBLIA. *Bíblia Sagrada*. Edição pastoral. São Paulo: Paulus, 2002. Versão online. Disponível em: [http://www.paulus.com.br/biblia-pastoral/\\_PYV.HTM](http://www.paulus.com.br/biblia-pastoral/_PYV.HTM). Acesso em 12 de dezembro de 2017.

BÍBLIA. *Nova Bíblia Pastoral*. São Paulo: Paulus, 2015.

BOEHNER, Philoteus; GILSON, Etienne. *História da Filosofia Cristã*. 13.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

BURKE, Edmund. *An Appeal from the New to the Old Whigs in consequence of some late discussions in Parliament, relative to the Reflections on the French Revolution*. The Third Edition. London: J. Dodsley, Pall-Mall, 1791.

\_\_\_\_\_. *The Works of the Right Honourable Edmund Burke. Vol. VIII. Speeches on the Impeachment of Warren Hastings, and Letters*. London: George Bell and Sons, 1877.



\_\_\_\_\_ *The Works of the Right Honourable Edmund Burke*. Volume The Ninth. London: John C. Nimmo, 1887.

\_\_\_\_\_ *The Works of the Right Honourable Edmund Burke*. Vol. X. London: John C. Nimmo, 1887.

CANAVAN, Francis. *Edmund Burke: Prescription and Providence*. Durham: Carolina Academic Press, 1987.

CICERO, Marcus Tullius. *De officiis*: The Loeb Classical Library. With an English Translation by Walter Miller. London and New York, 1928.

FLORES, Jorge. *Nas Margens do Hindustão: O Estado da Índia e a expansão mogol, ca. 1570-1640*: Imprensa da Universidade de Coimbra. Julho, 2015.

GILSON, Etienne. *Methodical Realism*. Translated by Philip Trower with an Introduction by Stanley L. Jaki. USA: Christendom Press, 1990.

\_\_\_\_\_ *L'Esprit de la Philosophie Médiévale*. Gifford Lectures (Université d'Aberdeen). Deuxième Edition Revue. Paris : Librairie Philosophique J. Vrin, 1969.

KING JAMES BIBLE (online version): [www.kingjamesbibleonline.org](http://www.kingjamesbibleonline.org). (Acessada em 12 de setembro de 2017.)

LE GOFF, Jacques. *As raízes medievais da Europa*. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

NOONAN JR., John T. "The Bribery of Warren Hastings: The Setting of a Standard for Integrity in Administration". In: *Hofstra Law Review*. Vol. 10, 1982.

STANLIS, Peter J. "Edmund Burke's Legal Erudition and Practical Politics: Ireland and the American Revolution". In: *First Principles* (Web Journal), 2010. Acesso em 31 de agosto de 2017: [www.firstprinciplesjournal.com](http://www.firstprinciplesjournal.com).

WHELAN, Frederick G. *Edmund Burke and India: political morality and empire*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1996.

# ARTIGOS

# LIVRES

# O MITO DE AFRODITE EM CONTRAPONTO AO MITO DA BELEZA NA CONTEMPORANEIDADE

Adriano Carvalho Viana<sup>81</sup>

Marta Cirino<sup>82</sup>

51

**Resumo:** O texto analisa o mito da deusa Afrodite e seus desdobramentos na mitologia grega, a importância da beleza no viés físico e platônico. Noutro ponto, verifica-se a desmistificação do ideal de beleza, uma beleza mutável, ditada pela mídia, esse estereótipo culmina em um mercado ilusório e distorcido, porque a beleza ideal é ideal porque não existe, além de acompanhar alguns aspectos sociais e de repercussão pertinente. A partir de uma metodologia bibliográfica, objetivou-se correlacionar o tema beleza a partir de leituras filosóficas, feminista e médica (estética), de modo a propor uma reflexão à sociedade, em especial às mulheres, para que tenham ciência do fenômeno beleza.

**Palavras-chave:** *Beleza, Mito, Figura Feminina, Empoderamento.*

**ABSTRACT:** The article analyzes the myth of the goddess Aphrodite and her developments in Greek mythology, the importance of beauty in physical and platonic bias. Elsewhere, it occurs the demystification of the ideal beauty standard, a mutable beauty, dictated by the media. This stereotype culminates in an illusory and distorted market, because “ideal beauty standard is ideal because it does not exist”, following some social aspects and in a relevant repercussion. From a bibliographic methodology, objectified correlate the theme of beauty from philosophical, feminist and medical (aesthetic) readings, in order to propose a reflection to society, especially women, so that they are aware of the beauty phenomenon.

**Keywords:** Beauty, Myth, Female Figure, Empowerment.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva analisar o ser mulher na Contemporaneidade, que não é tarefa fácil, pois vinculou-se a ideia da indústria da beleza, em que o ideal é seguir uma figura estereotipa magra, com seios avantajados e sempre maquiada, movimentando assim o mercado estético.

Não ocasionalmente a mulher deve alastrar seus traços femininos e fazer com que sua figura seja valorizada, porém o excesso leva a erros grotescos. Desta feita, averiguou-se uma bibliografia que perpassou pelo mito de Afrodite, a conhecida deusa do amor, e um contraponto com o mito da beleza, escrito por Naomi Wolf.

---

<sup>81</sup> Graduado em Filosofia pelo Centro Universitário Assunção. Graduando em Direito pelo Instituto Florence de Ensino Superior- Florence. Graduando em Teologia pelo Centro Internacional- UNINTER. Mestrando em Letras pela Universidade Federal do Maranhão. E-mail: [adrianoocrsp@gmail.com](mailto:adrianoocrsp@gmail.com)

<sup>82</sup> Graduada em Filosofia pelo Centro Universitário Assunção. Pós-Graduando em História Civilização e Pensamento Medieval. Professora de Filosofia no ensino médio da rede estadual. E-mail: [filosofamcirino@gmail.com](mailto:filosofamcirino@gmail.com)

A estética corporal (a beleza) vem sendo atribuída às mulheres e que, por isso mesmo, na lógica do senso comum (lugar onde se difundem mais livremente todos os mitos sociais) apresentar elevada preocupação com a aparência é claramente “coisa de mulher”.

O resultado objetivo dessa atribuição historicamente acumulada é que, contemporaneamente, os cuidados com a aparência são de fato uma preocupação eminentemente feminina e, neste sentido, em grande medida, é por meio de sua agência que esse “mito” continua a ser reproduzido.

Desta forma, a mulher não pode ser entendida como um mito, ou um objeto, mas sim com suas próprias definições e características, isto é, sua identidade. Vamos adentrar nessa caminhada e verificarmos como podemos ter soluções para um problema que não é tão velho, quanto novo e que perpassa todos os momentos da construção do ser mulher.

## O CONTEXTO HISTÓRICO DO SURGIMENTO DO MITO

Para compreendemos o significado de mito, precisamos partir do ponto de vista etimológico da palavra, entender que o mito é uma narrativa em função de um conjunto de transmissão oral, daquilo que é memorável.

Na Grécia Antiga, os poetas se encarregavam dessa transmissão ao povo e faziam com maestria, a mitologia grega segundo Brisson (2014,p.37), “tinha caráter de veracidade, o povo nem questionava, se eram verdadeiras as histórias ou não, acreditavam fielmente no mito, até como conto sagrado de muitos significados, que ensinavam a eles sobre todas as coisas, da maneira que se apresentam”.

Para o povo grego, o mito representava o modo de vida, não era entendido como conteúdo simbólico, tal como é, mas como uma realidade vivida. Acreditavam que seus antepassados, viveram os mitos que eles vivem no presente da sua época. Um dos aspectos do mito é relatar algo do passado, inclusive acontecimentos sobrenaturais, incluindo o comportamento humano como Brisson nos ensina:

Em suma, o mito é esse discurso pelo qual é comunicada toda informação sobre o passado longínquo, conservada na memória de uma dada coletividade que a transmite oralmente de uma geração a outra, tenha esse discurso sido elaborado por um técnico da comunicação ou não. (BRISSEON, 2014, p.42).

Os mitos também serviam para explicar os fenômenos da natureza, a origem do universo, a origem e o destino do homem, além dos fatos da realidade. A maior importância do mito é dar significado e valorizar a existência, pois um mundo desprovido de mitos será um mundo sem significados.

O mundo é representado através do mito pelas ações e representações dos deuses, isso o fundamenta, e atribui a ele um sentido. Pode-se dizer então que o mito não é mera invenção, uma ficção narrada, a fim de explicar alguma coisa, mas uma realidade que eterniza, organizando o existir do homem. Os mitos são constituídos culturalmente, desenvolvendo uma capacidade simbólica de uma determinada cultura, a qual ocorre no “discurso”, ou seja, na língua, pois todos os grupos humanos dispõem de uma

linguagem, e esse é o maior recurso de expressão com representação simbólica do homem, como nos ensina Abbagnano:

Mito é uma forma autônoma de pensamento e de vida. Nesse sentido, a validade e a função do mito não são secundárias e subordinadas em relação ao conhecimento racional, mas originárias e primárias, situando-se num plano diferente do plano do intelecto, porém dotado de igual dignidade. (ABBAGNANO, 2007, p. 785).

Segundo Jaeger (2003, p.89) “o mito era um assunto de interesse ilimitado do povo grego antigo, pois o mito incitava uma infinidade de narrações, reflexões e constituíam toda a filosofia daqueles homens, assim o povo inconscientemente escolhia assuntos das sagas que manifestavam a própria orientação espiritual deles”.

Hesíodo, o grande poeta campesino, narrador, declamava os seus poemas que eram verdadeiros mitos, na intenção de agradar o povo do campo, ouvinte em massa da época; seus poemas permitiram-nos conhecer com clareza o tesouro espiritual desses camponeses. Os poemas preferidos deles são os mitos que exprimem a concepção realista da vida e pessimista daquela classe camponesa, aquilo que retrata as causas das misérias e necessidades da vida social, que tanto os oprimem.

Com o mito de Prometeu, Hesíodo encontra a salvação para o problema do cansaço e dos sofrimentos da vida humana; o mito de pandora que é alheio ao pensamento cavalheiresco, exprimiu a concepção triste e prosaica da mulher como fonte de todos os amantes.

Jaeger relata (2003, p.90), que “Hesíodo foi o primeiro homem a popularizar essas histórias dentre o povo grego, situando-os no contexto social e filosófico”. Assim a atitude original do homem perante a existência ganha forma nos mitos.

Por isso é que todas as classes sociais possuem seu próprio tesouro de mitos; com os mitos o povo guarda sua antiga sabedoria prática, adquirida pela experiência e passa essa sabedoria de gerações em gerações, conselhos profissionais, normas morais e sociais, concentradas em fórmulas breves de maneira que seja possível conservar na memória.

## O MITO DE AFRODITE

Segundo a narrativa da mitologia grega, dois deuses do Olimpo, sendo eles, Urano e Cronos seu próprio filho, em virtude de uma discórdia, de poder, Cronos decepa os testículos do pai, o soberano deus dos deuses e dos homens, Urano perde então o seu reino e sua genitália, a qual cai das nuvens sobre as águas do mar, perto de Citera, formando uma grande espuma branca, na verdade essa espuma seria o esperma de Urano que se movimentava nas águas. “De repente, de dentro da branquíssima espuma, saltou uma jovem a filha de Urano, Afrodite, a mais bela moça, a mais bela deusa que já surgiu no mundo” (MENELAOS STEPHANIDES, 2011, p. 58)

Nesse momento, portanto, a natureza toda reage alegremente diante da contemplação de tamanha formosura da belíssima e mais nova deusa, que surgia do mar. Os peixes, os pássaros e até mesmo as ondas, se movimentaram na saudação à deusa. Perante o ocorrido, as aves marinhas, todas muito alegres, gorjeando, de imediato levaram uma enorme concha em forma de um carro marinho para conduzir a deusa até a ilha de Chipre. Ao atracar na ilha, a deusa foi recebida com fascínio e exultação por todos os seres do universo. Por onde a deusa passava, provocava e irradiava alegria e vida, flores brotavam e perfumavam o ar, pássaros que cantavam em festejos, as feras das florestas se tornavam mansas e saltitavam felizes ao seu redor.

Afrodite foi então logo recebida e admirada pelas deusas Horas e Graças, que imediatamente a vestiram com uma túnica reluzente, a adornaram com muitas joias: como anéis, colares, braceletes. Pentearam seus lindos cabelos dourados e colocaram sobre sua cabeça um fascinante diadema de ouro. A mais nova bela deusa do mundo foi, portanto, enfeitada com os mais requintados ornamentos, pelas mãos mais dignas que podia existir na época à altura de uma deusa. Afrodite já preparada, arrumada, feliz e orgulhosa, caminha pela natureza, sentindo e percebendo o quanto era grandiosa a sua beleza e a força de sua graça, até o sol lançava seus raios com brilho especial em seu caminho.

As duas deusas que serviram de assessoras para Afrodite, Graças e Horas, colocaram a bela moça sentada dentro de uma linda e macia nuvem, providenciada por elas mesmas e a conduziram até o Olimpo, a ser apresentada aos outros deuses. Estes quando se depararam com tamanha beleza ao olharem para Afrodite, tiveram a sensação de que o brilho da deusa ofuscara seus olhos a ponto de turvar a visão, porém, em se tratando de deuses, rapidamente se recuperaram e identificaram a deusa da beleza e do amor.

No ensejo, assim sendo, os deuses logo se apressaram em recebê-la, todos queriam dar as mãos em cumprimentos à deusa, falar com ela e desfrutarem de sua companhia. A deusa da beleza com satisfação estampada no semblante divino, respondia delicadamente, suas palavras eram meigas, entre doce sorrisos e olhar encantador, ora gestos sublimes com as mãos, assim a deusa impôs sua presença com fascínio e deslumbramento perante os deuses do Olimpo. A “Afrodite é a rainha eterna da beleza e a deusa do amor, que governa os corações dos homens” (MENELAOS STEPFANIDES, 2011, p.59)

Nesta instigante história lendária da mitologia grega sobre a deusa da beleza e do amor, consta de duas origens, ou seja, há duas Afrodite, narrada por Pausânias, um dos oradores do discurso sobre o amor na obra literária de Platão, O Banquete, verifica-se uma profundidade de Pausânias ao se tratar do assunto da beleza e do amor em si. Pausânias menciona que o amor é representado como um Eros louvável e outro desprezível, o louvável é voltado para a alma e o desprezível voltado para o corpo, como Eros foi gerado na ocasião do nascimento de Afrodite, ele está sempre em busca do belo. “O amor é Eros, um *daímon*, um ser intermediário entre deuses e homens, entre mortais e imortais” (Banquete 202c) se há duas Afrodites, é certo que há dois Eros, já que Eros é escudeiro de Afrodite.

Fazendo ainda menção ao discurso de Pausânias, ele narra que Afrodite, a mais antiga, a mais conhecida, filha de Urano, a deusa sem mãe (améter) nascida no início do Panteão Olímpico, era também chamada de Afrodite Urânia, que é o amor celestial, o amor espiritual, amor pela virtude e esta seria cercada e acompanhada por um Eros espiritual também, o qual inspira com suas flechas o amor à justiça, o amor à fraternidade, o amor à humanidade. A segunda deusa mencionada com o mesmo nome trata-se da Vênus Pandêmia, seria uma deusa popular, do povo, filha dos deuses Zeus e Dione, uma ninfa inclusive, essa deusa é chamada de Afrodite Pandêmia, considerada uma deusa menor, que representa o amor mundano, deusa da sexualidade, venerada pelo povo, portanto, acompanhada também por um Eros popular, vulgar, grosseiro, que com suas flechas, inspira o amor pelos corpos, pelo desejo apenas, e esse amor quando levado às últimas consequências, ou seja, se o homem é inspirado, tocado pelas flechas do Eros vulgar, somente, esse homem toma o amor apenas como expressão dos seus instintos em busca de sua satisfação.

Porém, é venerado, que a finalidade do amor, a princípio, é o amor que transcende, amor à alma, à virtude, não seria para gerar satisfação instintiva ou prazer carnal, mas sim para gerar felicidade (εὐδαιμονία), no entanto, a felicidade estaria em um plano, em um grau muito maior, mais elevado, do que apenas satisfação imediata das necessidades físicas do homem. Haja vista, que hoje, graças aos amantes vulgares, o amor é tão pouco valorizado, um capricho apenas.



O Nascimento de Vênus, criado entre 1482 e 1485, é de autoria do pintor italiano Sandro Botticelli (1445-1510).

## CONTRAPONDO-SE A BELEZA NA CONTEMPORANEIDADE

É tamanha a força dominadora que o mito da beleza, impõem sobre as mentes femininas, o qual de fato chama a atenção, pois falando da década de 1990, quando aparecem as obras literárias de feministas como Susan Faludi e Naomi Wolf, o feminismo soava como um palavrão. Era notório o sentimento negativo das pessoas, de maneira geral, se alguma mulher reclamasse do mito da beleza, era porque, a mesma, sofria algum defeito, certamente essa mulher estaria acima do peso, obesa, era feia e incapacitada de satisfazer o prazer e o desejo de um homem, já que o ideal de beleza da época, suposto pela mídia de massa era uma mulher esquelética, porém com seios enormes, avantajados, peça rara na natureza, na ocasião, a importância que se dava a esse estereótipo de beleza, era algo acima de qualquer questionamento.

Naomi relata que muitas vezes em suas palestras, ela se surpreendia quando tentava alertar seu público dos riscos que os procedimentos estéticos ofereciam, por exemplo os perigos dos implantes mamários, as respostas que recebia da plateia pareciam inusitadas: “saída direto de O Banquete de Platão, o famoso diálogo sobre ideais eterno e imutáveis” (Naomi Wolf, 2019,p.15). O mito da beleza estava tão bem formatado nas pessoas, que não se percebia na época, que os ideais de beleza, não vinham do céu, mas que servia e atendia um projeto milionário de ordem financeira, o qual, visava apenas o lucro, que movimentava e sustentava a mídia, que por sua vez era a responsável por criar e disseminar os ideais da beleza. Por conseguinte, esse mito de beleza doutrinário, fazia as mulheres reféns, sem que elas mesmas se dessem conta.

Afinal essas mulheres Pandêmias do século XXI, bombardeadas psicologicamente por um sistema monetário, onde visa apenas o ganho de dinheiro, o real sentido da beleza passa longe, haja vista que, a beleza natural feminina se assemelha à beleza da deusa Pandêmia, em relação a aparência do corpo, a deusa venerada pelos homens, porém a deusa Afrodite Pandêmia é acompanhada de um escudeiro, Eros , que com suas flechas movimenta o amor, o interesse à beleza, aos corações dos homens, o que passa longe e não pode ser comparado com as flechas perversas do capitalismo, que, de maneira inversa, fere as próprias deusas do século XXI.

Em busca pela perfeição os padrões de beleza se transformam, e seguem o momento histórico vivido. A estatueta de Vênus Willendorf, datada da Pré-História, retrata uma idealização do corpo da mulher diferente, com seios tão grandes que caem por cima da barriga, uma barriga imensa que quase esconde a vagina, representando uma mulher bem preparada para a maternidade – o maior atributo que o sexo feminino poderia ter na época.





Vênus de Willendorf, 11 cm – Museu de História Natural de Viena (Áustria)

A beleza ideal é ideal porque não existe, porém, a busca incessante das mulheres continua impulsionando a demanda por procedimentos estéticos, sendo responsáveis por 86,4%, ou 20.207.190, dos procedimentos em todo o mundo. As cinco intervenções mais populares entre as mulheres são o implante de mamas (prótese de silicone), lipoaspiração, blefaroplastia, abdominoplastia e mastopexia. Em 2017, os homens representaram 14,4% dos pacientes estéticos (um pequeno aumento em relação a 2016), com 3.183.351 procedimentos realizados mundialmente. As cinco intervenções mais requisitadas entre os homens são blefaroplastia, ginecomastia, rinoplastia, lipoaspiração e transplante capilar.

Segundo o Presidente da Sociedade de Cirurgia Plástica e Estética (ISASP) o Dr. Renato Saltz, comenta:

É ótimo ver a divulgação dos resultados de 2017 e verificar o crescimento contínuo da cirurgia plástica e dos procedimentos estéticos em muitos países diferentes ao redor do mundo. Os Estados Unidos continuam na liderança, seguidos de perto pelo Brasil! Será muito interessante comparar esses dados com os resultados de 2018, já que estamos verificando um número recorde de pacientes aproveitando as últimas inovações em cirurgias estéticas para melhorarem a aparência e se sentirem bem. (sítio eletrônico, acessado e 20 de julho de 2019).

Para a Naomi Wolf (2019, p.29) A “beleza” não é universal, nem imutável, embora o mundo ocidental finja que as ideias de beleza feminina se originam de uma Mulher Ideal Platônica. O povo maori admira uma vulva gorda, e o povo padung, seios caídos. Segundo Naomi Wolf, o mito da beleza nada tem a ver com as mulheres, mas gira em torno das instituições masculinas e poder institucional dos homens. Embora sempre tenha existido o mito da beleza na história, desde os primórdios do patriarcado, o mito da beleza moderno, toma força, pois a mulher moderna contemporânea, vive sob pressão contínua com um ideal físico belo que não existe, porém muito difundido, disseminado pela tecnologia moderna, esse mito ganha espaço após a as convulsões sociais da industrialização. Sob esse conceito, ainda hoje, o mito da beleza condiciona as mulheres na necessidade da cultura, da economia e na estrutura do poder contemporâneo e cria uma contra ofensiva às mulheres.

Naomi propõe que a mulher escolha a aparência que ela desejar ter ou o que ela deseja ser, porém, jamais a obediência, as quais, o mercado da indústria multimilionária a impõe.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo aborda uma ideia geral do assunto beleza desde o surgimento do mito, visto que, na antiguidade, os gregos cultuavam seus mitos em busca de explicações às suas curiosidades, como para responder os problemas da existência e origem da vida. Para representar a beleza, não fora diferente; nasce o mito de Afrodite, que apresenta a beleza (κάλλος) esse conceito de beleza platônico, permeia o belo e o bem e aborda uma profundidade metafísica, a qual a beleza atinge uma ideia transcendente em um plano elevado, onde alcança a felicidade (εὐδαιμονία) e a virtude (ἀρετή), porém a beleza comum da mulher, apreciada pelos homens, também explicada pelo mito da deusa da beleza, Pandêmia, a qual representa os desejos pelo corpo, essa beleza, muitas vezes é mal compreendida, ora é buscada para a satisfação instintiva do homem, ora escraviza a mulher na ânsia de atingir padrões “perfeitos” dados por meios de comunicação de massa, como se fosse do ideal divino.

Haja vista que, a beleza permeia entre o amor e a sedução, cabe ao espectador conduzir o seu Eros, tanto para valorizar a beleza e vivenciar o amor, como para chegar ao mero prazer e as deusas protagonistas de suas aparências, escolherem entre a submissão mercantil, a serem livres como Pandêmia, irradiando beleza natural.

## REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- BRISSON, Luc. *Introdução à filosofia do mito*. 2 ed. ver e aum. São Paulo: Paulus, 2014.
- JAEGER, Werner. *Paideia: A formação do Homem Grego*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- PLATÃO. *O Banquete*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1972.
- STEPHANIDES, Menelaos. *Os Deus do Olimpo/ Menelaos Stephanides*. Trad. Luiz Alberto Machado Cabral; ver. Téc. e notas: Luiz A. Machado; São Paulo: Odysseus, 2011.
- WOOLF, N. *O Mito da Beleza*. Como as Imagens de Beleza são usadas contra as Mulheres. Tradução de Waldéa Barcellos. 5ªed. Rio de Janeiro. Ed. Rosa dos Tempos, 2019.
- RENATO SALTZ. International Society of Aesthetic Plastic Surgery. Nova York, NY, 1 de Novembro de 2018. Disponível em: < <https://www.isaps.org/wp-content/uploads/2018/11/2017-Global-Survey-Press-Release-br.pdf> >. Acesso em: 20 de julho de 2019.

# TRADUÇÕES

*Autobiographische Skizze*  
(Esboço autobiográfico)  
(Até 1842)

Sidnei de Oliveira<sup>83</sup>  
Lenara Abreu de Mattos<sup>84</sup>

60

Eu conheço este jovem músico, em dois meses ele ficou famoso através do teatro de Dresden – por dez anos. Sua natureza produtiva inesgotável, constantemente movida e impulsionada por um espírito vivo sempre me interessou, eu sempre esperei que de uma personalidade tão cheia de nossa educação atual se desenvolvesse uma música moderna. O destino aventureiro que o jogou tão longe quanto a Rússia, por um tempo o afastou do meu olhar, eu não era muito jovem para vê-lo entrar repentinamente em meu quarto em Paris no inverno de 1838. Essa foi a ousadia de um artista! Com uma mulher, com uma ópera e meia, com uma pequena bolsa e um cão Terra-nova terrivelmente grande e terrivelmente devorador, viajou de Düna direto para o Sena através do mar e da tempestade a fim de se tornar famoso em Paris! Em Paris, onde metade da Europa compete pela fama barulhenta, onde tudo tem que ser comprado, pelo menos pago, até as coisas mais beneméritas, caso queiram se destacar no mercado e por meio dele. Heine, que geralmente é tão despreocupado, cruzou as mãos devotamente na confiança de um alemão. Correr não funcionou, mas também não deu errado e, além de pobre, interiormente mais rico, o músico viajante estava de volta a Saxônia depois de dois anos, que gloriosamente cuidou de seu filho. Para mostrar ao grande público o afeto e o destino da vida de meu amigo, pedi-lhe que me enviasse a foto que meu fiel companheiro Riess havia desenhado em Paris, com grande coragem vermelha e um esboço de sua história de vida para que eu pudesse ler em voz alta. Mas o ímpeto parisiense fez do músico um escritor apressado: eu apenas estragaria o esboço de vida se quisesse mudá-lo e, para surpresa do próprio autor, que ele siga literalmente aqui, como ele me deu para revisar<sup>85</sup>.

**RICHARD WAGNER**

---

<sup>83</sup> Músico, compositor e instrumentista. Possui graduação em Música e Filosofia, Especialista, Mestre (UNIFESP) e Doutor (UNICAMP) em Filosofia com estágio de pesquisa na Universidade de Leipzig – Alemanha. Professor da disciplina de Arte do Ensino Básico na Prefeitura de SBC. Professor de Pós-graduação em Filosofia – UNIFAI. Atualmente é doutorando em Música – UNESP-SP.

<sup>84</sup> Possui graduação em Música pela USP, Especialização em Sociologia pela UFSJ. Professora da disciplina de Arte do Ensino Básico na Prefeitura de São Paulo. Atualmente é mestranda em Música (Prof-Artes – IA – UNESP-SP).

<sup>85</sup> Este parágrafo é o breve prefácio escrito por Laube, editor do *Zeitung für die Elegante Welt* e o amigo que Richard Wagner menciona em sua Autobiografia. N.T.

Meu nome é Wilhelm Richard Wagner e nasci no dia 22 de Maio de 1813, na cidade de Leipzig. Meu pai era funcionário da polícia e faleceu meio ano após o meu nascimento. Meu padrasto, Ludwig Geyer, era ator e pintor, ele também escreveu algumas comédias, incluindo uma: *Der bethlehemitische Kindermord* (O assassinato da criança belemética), tive sorte, minha família mudou-se com ele para Dresden. Ele queria que eu fosse pintor, mas eu era muito desajeitado para desenhar. Meu padrasto também morreu cedo – eu tinha apenas sete anos. Pouco antes de sua morte eu aprendi *Üb' immer Treu und Redlichkeit*<sup>86</sup> e a tão nova *Jungfernkranz*<sup>87</sup> e tive que tocar ambas para ele na sala ao lado, eu o ouvi falar para minha mãe com voz fraca “Ele deveria ter talento para música?”. Na madrugada que ele morreu, minha mãe entrou no quarto e disse algo para cada uma das crianças, para mim ela disse: “ele queria fazer algo com você”. Eu lembro que, por muito tempo, imaginei que algo fosse acontecer comigo. Vim para a *Kreuzschule* em Dresden com nove anos, queria estudar, – em música ninguém pensava, duas de minhas irmãs aprenderam a tocar piano bem, eu as ouvia sem nem mesmo ter aulas de piano. Não gostei nada mais do que *Freischütz*<sup>88</sup>: muitas vezes vi Weber passando por nossa casa quando ele saía dos ensaios, sempre olhei para ele com santo receio. Um tutor, que me explicou Cornelius Nepos, finalmente teve que me dar aulas de piano, assim que terminei os exercícios do primeiro dedo estudei secretamente a abertura de *Freischütz*, a princípio sem anotações, meu professor ouviu isso uma vez e disse que nada sairia de mim. Ele estava certo, não aprendi a tocar piano na minha vida. Agora eu só tocava para mim, nada como aberturas e com os dedilhados mais desconfortáveis. Era impossível para mim tocar uma passagem limpa, então eu fiquei com aversão a todas as passagens rápidas. De Mozart, eu só adorei a abertura de *Zauberflöte* (Flauta mágica), detestei *Don Juan* porque tinha um texto italiano embaixo, ele parecia tão tolo para mim. – Essa preocupação com a música era apenas uma questão menor, grego, latim, mitologia e história eram as principais. Eu também fiz poesia. Certa vez, um de nossos colegas morreu e os professores nos deram a tarefa de escrever um poema sobre sua morte; o melhor seria impresso: o meu foi impresso, no entanto, só depois de eu ter removido grande parte da afetação dele. Na época eu tinha onze anos. Agora eu queria ser poeta, esbocei a tragédia com base no exemplo dos gregos, pois fiquei sabendo das tragédias de Apolônio: ao mesmo tempo me instigou Polídeos, os etólios, etc., na escola eu era considerado bom nas palavras: já em Tercia, eu havia traduzido os primeiros doze livros da Odisseia. Uma vez também aprendi inglês, só para conhecer Shakespeare muito bem, traduzi o monólogo de Romeu metricamente. Logo abandonei o inglês, mas Shakespeare continuou sendo meu modelo, esbocei uma grande tragédia composta aproximadamente por Hamlet e Lear, o plano era extremamente grandioso, quarenta e duas pessoas morreram no decorrer da peça e, durante a execução, me senti inclinado a deixar que a maioria deles voltassem como fantasmas, caso contrário eu teria ficado sem pessoas nos últimos atos. Essa peça me deixou ocupado por dois anos. Deixei Dresden e a *Kreuzschule*

<sup>86</sup> Composição de Mozart. N.T.

<sup>87</sup> Composição de Weber. N.T.

<sup>88</sup> *Ibidem*.

e vim para Leipzig. Da *Nikolaischule* fui enviado para Tertia, depois de já ter cursado o ensino médio na *Dresden Kreuzschule*, essa circunstância me amargurou tanto que a partir de então desisti de todo meu amor pelos estudos filológicos. Tornei-me preguiçoso e desleixado, só que minha grande tragédia ainda estava em meu coração. Enquanto estava concluindo, comecei a conhecer a música de Beethoven nos concertos da *Gewandhaus* em Leipzig, sua impressão sobre mim foi poderosa. Também fiz amizade com Mozart, especialmente por meio de seu *Requiem*. A música de Beethoven para *Egmont* me inspirou muito que, por todo o mundo, eu não queria começar minha tragédia acabada de outra maneira, do que fornecido com uma música semelhante. Eu me senti confiante o suficiente para ser capaz de escrever essa música necessária sozinho, mas achei que seria bom explicar algumas das principais regras do baixo contínuo de antemão. Para isso, peguei emprestado o método de baixo contínuo de Logier por oito dias e o estudei com afinco. Os estudos não deram frutos tão rapidamente quanto pensei, suas dificuldades me irritaram e cativaram – decidi ser músico. Durante esse tempo, minha família descobriu minha grande tragédia, ela ficou muito triste porque foi durante o dia que eu havia negligenciado meus estudos escolares da maneira mais completa e fui, portanto, estritamente forçado a continuar diligentemente. Sob tais circunstâncias, mantive silêncio sobre o meu conhecimento e a profissão secreta na música, mas, mesmo assim, compus silenciosamente uma sonata, um quarteto e uma ária. Quando me senti suficientemente maduro em meus estudos musicais particulares, finalmente avancei com a descoberta disso. Claro que eu tinha que lutar muito agora, já que minha família considerava minha inclinação para a música apenas como uma paixão passageira, tanto mais que não se justificava por nenhum estudo preliminar, especialmente por qualquer habilidade que eu já tivesse adquirido em um instrumento. Eu estava então no meu décimo sexto ano e, especialmente depois de ler Hoffmann, fiquei entusiasmado com o maior misticismo: durante o dia, meio adormecido, tive visões em que a tônica, a terça e a quinta me apareceram na vida real e revelaram seu importante significado para mim, o que escrevi parecia absurdo. Por fim, recebi as instruções de um músico competente, o pobre homem teve grandes problemas comigo, ele teve que me explicar que o que eu pensava serem formas e forças estranhas eram intervalos e acordes. O que pode ser mais triste para minha família do que saber que também neste estudo me provei ser negligente e desleixado? Meu professor balançou a cabeça e saiu como se nada fosse sair de mim aqui também. Meu ar de estudo enfraqueceu e preferi escrever aberturas para uma grande orquestra, uma das quais já foi apresentada no teatro de Leipzig. Essa abertura foi o culminar de minhas tolices, na verdade, para melhor compreensão de quem quisesse estudar a partitura, eu quis escrevê-la em três tintas diferentes, os instrumentos de cordas em vermelhos, os instrumentos de sopro em verde e os de metais em preto. A *Nona Sinfonia* de Beethoven era para ser uma sonata de Pleyel contra essa abertura maravilhosamente combinada. Durante a execução, o Tímpano tem um toque fortíssimo que ocorre regularmente a cada quatro compassos ao longo da abertura, algo que foi particularmente prejudicial para mim, o público saiu de seu espanto inicial com a tenacidade dos tímpanos para uma animosidade inesperada, então, de uma hilaridade me entristeci

profundamente com isso. Esta primeira execução de uma peça que compus me deixou muito impressionado.

Mas agora veio a Revolução de Julho, de repente, me tornei um revolucionário e cheguei à conclusão que toda pessoa mais ou menos ambiciosa deve ocupar-se exclusivamente com política. Eu só me sentia confortável lidando com escritores políticos: também comecei uma abertura que tratava de um assunto político. Saí da escola e fui para a universidade, embora não tenha sido para me dedicar ao estudo da faculdade – porque ainda estava destinado à música – mas para ouvir sobre filosofia e estética. Quase nada aproveitei desta oportunidade para me educar, pois me entreguei por completo a todas as libertinagens estudantis com tanto descuido e inspiração que eles logo me repugnaram. Minha família teve grandes problemas comigo neste momento, eu havia deixado quase que inteiramente minha música. Mas logo eu recuperei o juízo, senti a necessidade de começar um novo estudo estritamente regulamentado na música, e a providência me fez encontrar o homem certo que me inspiraria um novo amor pelo assunto e o purificaria com a mais completa instrução. Esse homem era Theodor Weinlig, cantor da *Thomasschule* em Leipzig. Depois de já ter tentado minha Fuga, porém, foi só com ele que comecei o estudo aprofundado do contraponto, ele teve a afortunada habilidade de deixar o aluno aprender brincando. Foi nessa época que aprendi a reconhecer e amar profundamente Mozart. Compus uma sonata na qual me livre de todos os excessos e deixei um movimento natural e sem restrições. Este trabalho extremamente simples e humilde foi publicado e impresso por *Breitkopf und Härtel*<sup>89</sup>. Meus estudos com Weinlig terminaram em menos de meio ano, uma vez que ele mesmo me dispensou depois de ter me levado tão longe que fui capaz de resolver os problemas mais difíceis de contraponto com facilidade. “O que você adquiriu por meio deste estudo árido se chama: independência”, disse ele. Nos mesmos seis meses também compus uma abertura baseada no exemplo de Beethoven, que agora entendia um pouco melhor e que foi tocada com aplausos encorajadores em um dos concertos da *Gewandhaus* em Leipzig. Depois de vários outros trabalhos, iniciei uma sinfonia, ao meu modelo principal, Beethoven juntou-se a Mozart, especialmente com sua grande sinfonia em dó maior. Clareza e força, com algumas divergências singulares, foi o meu esforço. Com a sinfonia concluída, parti em uma viagem para Viena no verão de 1832, com o único propósito de conhecer brevemente essa tão elogiada cidade da música. O que ouvi e vi lá não me edificou muito, onde quer que eu fosse, ouvia “*Zampa*” e os *pout-pourri* de Strauss sobre “*Zampa*”. Ambos – e especialmente, nesse tempo – um horror para mim. Na viagem de volta, permaneci algum tempo em Praga, onde conheci Dionys Weber e Tomaschek, o primeiro teve várias de minhas composições tocadas no conservatório, incluindo minha sinfonia. Lá também escrevi um trágico texto de ópera: *Die Hochzeit* (O casamento). Não sei mais de onde veio o material medieval; um amante louco sobe pela janela do quarto da noiva do amigo, onde ela aguarda a chegada do noivo, a noiva luta com o louco e o joga no pátio, onde ele desiste de seu espírito despedaçado. Na cerimônia fúnebre, a

<sup>89</sup> Editora musical localizada em Leipzig e fundada em 1719. N.T.

noiva cai sem vida sobre o cadáver com um grito. Quando voltei a Leipzig, compus imediatamente o primeiro número desta ópera que continha um grande sexteto, do qual Weinlig ficou muito satisfeito. Minha irmã não gostou do livro, eu destruí sem deixar vestígios. Em janeiro de 1833, minha sinfonia foi executada nos concertos da *Gewandhaus* e recebeu muitos aplausos encorajadores. Foi então que conheci Laube.

Viajei para Würzburg para visitar um irmão e fiquei lá durante todo o ano de 1833; ele era importante para mim como um cantor experiente. Eu compus naquele ano uma ópera romântica de três atos: *Die Feen* (As fadas), da qual fiz o texto depois do de Gozzi: *Die Frau eine Schlange* (A mulher uma cobra). Beethoven e Weber foram meus modelos: no elenco muitas coisas foram alcançadas, especialmente o final do segundo ato, pois prometia grande efeito. Nos concertos gostei do que ouvi desta ópera em Würzburg. Com minhas melhores esperanças de meu trabalho acabado, voltei a Leipzig no início de 1834 e o ofereci ao diretor do teatro de lá para uma apresentação. Apesar de sua disposição inicialmente declarada de atender aos meus desejos, logo tive que fazer a mesma experiência que todo compositor de ópera alemão tem hoje: somos privados de crédito pelos sucessos dos franceses e italianos em nosso palco, a apresentação de nossas óperas é um favor a ser implorado. O desempenho das minhas “fadas” foi colocado em segundo plano. Durante isso, ouvi a Devrient em *Romeu e Julie* de Bellini cantar: – fiquei surpreso ao ver uma conquista tão extraordinária realizada em uma música tão insignificante. Fiquei em dúvida sobre a escolha do meio que pode levar a um grande sucesso: eu estava longe de dar a Bellini um grande mérito; no entanto, o material de que sua música foi feita parecia-me espalhar uma vida mais feliz e mais adequada, calorosa, como a ansiosa consciência com que nós alemães, na maioria das vezes, apenas conseguimos criar uma torturada pseudoverdade. A flácida falta de caráter de nossos italianos hoje, bem como a frívola imprudência dos mais novos franceses, parecia-me suceder os alemães sérios e conscienciosos a se apoderarem dos meios mais felizes escolhidos e treinados de seus rivais, para então fazê-lo com decisão de antemão na produção de verdadeiras obras de arte.

Naquela época eu tinha 21 anos, com vontade de aproveitar a vida e ter uma visão de mundo alegre; “*Ardingbello*”<sup>90</sup> e “a jovem Europa” assombravam meus membros: a Alemanha parecia para mim apenas uma pequena parte do mundo. Saí do misticismo abstrato e aprendi a amar a matéria. A beleza do material, assim como inteligência e espírito foram coisas maravilhosas para mim: no que diz respeito à minha música, encontrei tanto entre os italianos quanto entre os franceses. Desisti de meu modelo, Beethoven; sua última sinfonia parecia-me a pedra angular de uma grande época artística, além da qual ninguém poderia penetrar e, dentro da qual, ninguém poderia alcançar a independência. Mendelssohn parecia ter sentido isso também quando deu um passo à frente com suas pequenas composições orquestrais, deixando a forma grande e autocontida da sinfonia de Beethoven intocada; pareceu-me que, começando com uma forma menor e completamente liberada, ele queria criar uma maior. – Tudo ao meu

---

<sup>90</sup> Novela escrita por Wilhelm Heine intitulada *Ardingbello und die glückseligen Inseln* (Ardinghelo e as ilhas felizes). N.T.



redor parecia estar fermentando: render-se à fermentação parecia a coisa mais natural para mim. Em uma bela viagem de verão em *Die böhmischen Bäder* (Os banhos boêmios), esbocei o plano para uma nova ópera: *Das Liebesverbot* (O amor proibido), onde utilizei o material de Shakespeare: “Medida por medida”, com a única diferença de que levei a sério a questão e a modelei no espírito da jovem Europa: a sensualidade livre e aberta conquistou a vitória puramente por si mesma sobre a hipocrisia puritana. – No verão do mesmo ano, 1834, aceitei o cargo de diretor musical do Teatro de Magdeburg. A aplicação prática do meu conhecimento musical para a função de maestro teve sucesso muito em breve: a estranha relação com cantores por trás dos *Coulissen*<sup>91</sup> e diante das lâmpadas correspondia inteiramente à minha inclinação para diversões coloridas. A composição do meu *Liebesverbot* começou. Em um concerto apresentei a abertura de minhas *Fadas*; gostaram muito dela. Apesar disso, perdi minha satisfação com essa ópera e, como não podia mais cuidar de meus negócios pessoalmente em Leipzig, logo tomei a decisão de não me preocupar com esse trabalho, o que significou tanto quanto desistir dele. Em um festival de Ano Novo de 1835, fiz uma peça musical que agradou a todos. Sucessos tão facilmente obtidos reforçaram fortemente minha visão de que, para agradar não é preciso considerar os meios de maneira muito escrupuloso. Nesse sentido, continuei a compor meu *Liebesverbot*, não tentei evitar os ecos do francês e do italiano. Interrompido por um tempo, retomei a composição no inverno de 1835 a 1836 e a terminei pouco antes de os membros da ópera do Teatro de Magdeburg se separarem. Eu só tinha doze dias antes que os primeiros cantores partissem; durante esse tempo, minha ópera teve de ser estudada se eu ainda quisesse que eles a interpretassem. Com mais imprudência do que deliberação, após dez dias de estudo deixei entrar em cena a ópera que tinha partes muito fortes; eu confiei no *prompter* e em minha baqueta. Mesmo assim, não pude evitar que os cantores mal sabiam suas partes de cor. A apresentação era como um sonho para todos, ninguém tinha ideia do assunto; no entanto, o que saiu meio bem foi devidamente aplaudido. Uma segunda apresentação não aconteceu por vários motivos. – Durante aquele tempo, a seriedade da vida havia se reportado a mim; minha independência externa, que rapidamente agarrei, me levou a todo tipo de loucuras, dificuldades financeiras e dívidas me atormentavam por todos os lados. Ocorreu-me arriscar algo especial para não ser pego no curso normal de adversidades. Fui a Berlim sem perspectivas e ofereci ao diretor do *Königstädtisches Theatre* minha performance *Liebesverbot*. Recebido inicialmente com a melhor das promessas, tive de aprender, depois de muito tempo, que nenhuma delas era sincera. Na pior situação, saí de Berlim para me candidatar ao cargo de diretor musical do teatro de Königsberg, na Prússia, que mantive mais tarde.

Casei-me lá no outono de 1836, nas mais difíceis circunstâncias externas. O ano que passei em Königsberg foi completamente perdido para a minha arte devido à menor das preocupações. Escrevi uma única abertura: *Rule Britannia*.

---

<sup>91</sup> *Coulisse* – Termo que se refere aos bastidores do teatro ou a pequenos cenários planos. N.T.

No verão de 1837, visitei Dresden por um curto período. Lá, a leitura do romance *Rienzi* de Bulwer me trouxe de volta uma ideia favorita, já acalentada, de fazer do último tribuno romano o herói de uma grande ópera trágica. Impedido de fazê-lo por circunstâncias externas repugnantes, não lidei mais com os rascunhos. No outono deste ano fui a Riga para assumir o cargo de primeiro diretor musical no teatro que foi inaugurado por Holtei. Encontrei excelentes recursos ali reunidos para a ópera e passei a utilizá-los com muito amor. Durante esse tempo, compus vários interlúdios de óperas para cantores individuais. Também transformei o texto em uma ópera cômica de dois atos: *Die glückliche Bärenfamilie* (A família do urso feliz), para a qual retirei o material de um conto das *Mil e Uma Noites*. Já tinha composto dois números com ele quando percebi com desgosto que estava de novo a caminho para fazer música à la Adam; minha mente, meu sentimento mais profundo, ficou terrivelmente ferido com essa descoberta. Abandonei o trabalho com nojo. O ensaio diário e a regência das músicas de Auber, Adam e Bellini finalmente também fizeram sua parte, o prazer irresponsável de logo me estragar completamente. A completa imaturidade do público de teatro de nossas cidades provinciais em relação a um primeiro julgamento a ser feito sobre um novo fenômeno da arte que está ocorrendo nele, – uma vez que só é utilizado para visualizar obras já avaliadas e credenciadas no exterior, – me fez decidir, sem nenhum custo, ter uma obra maior executada pela primeira vez em teatros menores. Portanto, quando novamente senti a necessidade de empreender uma obra maior, renunciei completamente a uma execução da mesma que pudesse ser realizada rapidamente e nas proximidades: aceitei algum teatro importante que antes deveria ser encenado, e agora pouco me importava com onde e quando seria o teatro. Assim, escrevi o esboço de uma grande ópera trágica em cinco atos: *Rienzi, der letzte der Tribunen* (Rienzi, o último dos tribunos), tornei isso tão importante desde o início que era impossível levar esta ópera – pelo menos pela primeira vez – a um pequeno teatro. Além disso, o enorme material não o permitia de outra forma, e em meu procedimento foi menos a intenção do que a necessidade que prevaleceu. No verão de 1838 realizei o motivo. Durante esse tempo, estudei com muito amor e entusiasmo a música *Jakob und seine Söhne* (Jacob e seus filhos) de nossa equipe de ópera Mehül. – Quando comecei a compor meu *Rienzi*, no outono, não me amarrei a nada além da única intenção de me conformar ao meu motivo: não me coloquei como modelo, simplesmente me entreguei ao sentimento que me consumia, o sentimento de que agora estava pronto para exigir algo significativo do desenvolvimento de minhas faculdades artísticas e esperar algo não insignificante. O pensamento, com consciência – embora em uma única medida – superficial ou trivial, era terrível para mim. Continuei a composição no inverno com todo o entusiasmo, de modo que na primavera de 1839 terminei os dois primeiros grandes atos. Nessa época, meu contrato com o diretor de teatro chegou ao fim e as circunstâncias especiais dificultaram minha permanência em Riga por mais tempo. Por dois anos estive nutrindo o plano de ir a Paris; eu já tinha enviado a Scribe um rascunho de um tema da ópera de Koenigsberg, com a proposta, se ele gostasse, de fazê-lo por conta própria e de me fazer compor esta ópera para Paris. Claro, Scribe ignorou isso em grande parte. No entanto, não desisti dos meus planos, pelo contrário, no verão de 1839 voltei a fazê-lo com vivacidade e pude, brevemente e

bem, fazer com que minha mulher embarcasse comigo num veleiro que iria nos levar até Londres. Esta viagem será inesquecível para sempre; durou três semanas e meia e foi cheio de acidentes. Por três vezes sofremos tempestades violentas e em uma delas o capitão foi obrigado a fazer escala em um porto norueguês. A passagem pelo arquipélago norueguês causou uma impressão maravilhosa em minha imaginação; a saga do holandês voador, tal como a recebi das bocas dos marinheiros, adquiriu em mim uma certa cor peculiar que só as aventuras marítimas por mim vividas poderiam dar-lhe. Descansado da jornada extremamente difícil, ficamos oito dias em Londres; nada me interessava tanto quanto a própria cidade e as casas do parlamento – não visitei nenhum dos teatros. Fiquei em Boulonha-sobre-o-mar durante quatro semanas: lá conheci Meyerbeer pela primeira vez, deixei-o conhecer os dois atos acabados do meu *Rienzi*; ele gentilmente me prometeu seu apoio em Paris. Com muito pouco dinheiro, mas com as melhores esperanças, agora entrei em Paris. Sem nenhuma recomendação, eu só dependia da Meyerbeer; com o maior cuidado, ele parecia iniciar para mim tudo o que pudesse servir aos meus propósitos, e, certamente, me pareceu que eu logo alcançaria a meta desejada, se não tivesse sido tão infeliz que Meyerbeer durante todo o tempo de minha estada em Paris estivesse, principalmente, e quase sempre, longe de Paris. Mesmo à distância, ele queria ser útil para mim, mas de acordo com suas próprias previsões, os esforços por cartas não poderiam ter sucesso onde, no máximo, a intervenção pessoal mais ininterrupta pudesse surtir efeito. Primeiro entrei em contato com o *Theatre de la Renaissance*, que naquela época apresentava peças e óperas ao mesmo tempo. A partitura de meu *Liebesverbot* parecia-me a mais adequada para este teatro; até mesmo um tanto frívolo tema teria sido fácil de processar para o palco francês. Fui recomendado com tanta urgência ao diretor do teatro por Meyerbeer que ele não pôde deixar de fazer as melhores promessas. Como resultado, um dos mais prolíficos poetas do teatro parisiense, Dumersan, se ofereceu para assumir o trabalho sobre o assunto. Dumersan traduziu três peças que foram destinadas a audição, com a maior sorte, de forma que minha música parecia ainda melhor para o novo texto em francês do que o alemão original; era a música como os franceses a entendem mais facilmente, e tudo me prometia o maior sucesso quando o *Theatre de la Renaissance* faliu. Todos os esforços, todas as esperanças foram em vão. No mesmo inverno, de 1839 a 1840, compus, além de uma abertura para o *Fausto* de Goethe, a primeira parte com várias canções francesas, incluindo uma tradução francesa feita para mim por H. Heine sobre os dois granadeiros. Nunca pensei numa possível apresentação do meu *Rienzi* em Paris porque previ com certeza que teria de esperar pelo menos cinco ou seis anos que, mesmo no caso mais feliz, tal plano pudesse ser executado; a tradução do texto da ópera meio terminada teria colocado obstáculos intransponíveis no caminho. – Então, entrei no verão de 1840 sem nenhuma perspectiva de futuro. Meus conhecidos como Habeneck, Halevy, Berlioz etc., não levaram a nenhuma outra aproximação a isto: em Paris nenhum artista tem tempo para fazer amizade com outro, todo mundo tem pressa por si mesmo. Halevy, como todos os compositores parisienses de nosso tempo, só se inflamava de entusiasmo por sua arte enquanto houvesse um grande sucesso a ser conquistado: assim que foi arrebatado e ele entrou nas fileiras do privilegiado *Komponisten-Lions* (Compositores-leões), ele

nada mais tinha no sentido de fazer óperas e ganhar dinheiro para elas. A fama é tudo em Paris, é a sorte e a ruína do artista. Apesar de sua natureza repulsiva, Berlioz me atraiu muito mais: ele é muito diferente de seus colegas parisienses porque ele não faz sua música por dinheiro. Mas ele também não pode escrever para a arte pura, ele perde todo o senso de beleza. Ele fica completamente isolado em sua direção: ao seu lado não tem nada como uma multidão de fiéis que, categoricamente e sem o menor julgamento, saúdam nele o criador de um novo sistema de música e viram sua cabeça completamente; – todo o resto dá lugar a ele como um louco. – O último impulso foi dado às minhas visões frívolas anteriores sobre os meios da música – os italianos. Esses heróis mais elogiados do canto, Rubini no topo, me enojou completamente contra a música deles. O público para quem eles cantam contribuiu para esse efeito em mim. A grande Ópera de Paris me deixou completamente insatisfeito com a falta da genialidade em suas realizações: eu achava tudo comum e medíocre. A *mise en scène* (encenação) e as decorações são, francamente, minhas coisas favoritas em toda a *Académie Royale de musique*. Muito antes a *Opéra comique* teria sido capaz de me satisfazer; ela tem os melhores talentos, e suas ideias dão toda uma peculiaridade que nós na Alemanha não conhecemos. O que agora está sendo escrito para este teatro, no entanto, pertence ao pior que já foi produzido em tempos de degeneração da arte; onde está a graça de Mehül, Isouard, Boyeldieu e do jovem Auber – dos perversos ritmos das quadrilhas que hoje só chacoalham por este teatro? – A única coisa digna de nota para o músico em Paris são os concertos orquestrais na sala do conservatório. As apresentações das composições instrumentais alemãs nesses concertos me impressionaram profundamente e me iniciaram de novo nos maravilhosos segredos da arte real. Quem quiser conhecer a nona sinfonia de Beethoven na íntegra, deve ouvi-la executada pela Orquestra do Conservatório de Paris. – Este concerto está completamente sozinho, nada está ligado a ele.

Quase não lidei com músicos: Acadêmicos, pintores, etc., formaram minhas relações: tive muitas experiências maravilhosas de amizade em Paris. – Quando estava completamente sem qualquer perspectiva de Paris, retomei a composição do meu *Rienzi*; eu agora o escolhi para Dresden, em primeiro lugar porque eu conhecia os melhores recursos disponíveis neste teatro, Devrient, Tichatschek, etc., em segundo lugar porque eu poderia esperar encontrar apoio lá na primeira entrada através de conhecidos desde os meus primeiros dias. Eu agora desisti quase completamente de meu *Liebesverbot*; eu senti que como compositor eu não poderia mais me estimar. Eu seguia mais independente com minha verdadeira crença artística em continuar a composição de meu *Rienzi*. Muita dor e sofrimentos amargos oprimiam minha vida neste momento. De repente, Meyerbeer reapareceu em Paris por um curto período de tempo. Com a mais graciosa simpatia, ele perguntou sobre a situação de meus negócios e queria ajudar. Agora ele me colocou em contato com o diretor da grande ópera, Leon Pillet: o objetivo era produzir uma ópera de dois ou três atos, cuja composição para este teatro me seria confiada. Para este caso, eu já havia fornecido uns rascunhos. *Der fliegende Holländer* (O holandês voador), cuja amizade íntima eu conheci no mar, constantemente cativava minha imaginação; além disso, conheci a parte da aplicação peculiar de H. Heine dessa lenda em seus *salões*. Em particular, o tratamento da redenção de Assuero do Oceano,

extraído de uma peça holandesa de mesmo nome de Heine, me deu tudo de que eu precisava para usar essa lenda em um enredo operístico. Cheguei a um acordo com o próprio Heine, escrevi o rascunho e entreguei-o ao senhor Leon Pillet com a sugestão de que mandaria fazer um livro em francês para mim depois. Até agora tudo havia começado, quando Meyerbeer deixou Paris novamente e teve que deixar a realização de meus desejos ao destino. Fiquei logo surpreso ao saber por Pillet que ele gostou tanto do rascunho que gostaria que eu o entregasse a ele. Ou seja, ele foi obrigado a entregar um livro de ópera o mais rápido possível a uma promessa mais antiga, segundo outro compositor: o rascunho que eu havia elaborado parecia-lhe bastante adequado para tal propósito, e eu provavelmente não hesitaria em consentir com a atribuição solicitada, se considerasse que não poderia esperar nos últimos quatro anos para receber a comissão imediata para compor uma ópera, uma vez que ainda tem que preencher vários candidatos para a grande ópera até então, é claro, será muito longo para eu carregar este tema; eu encontraria um novo e certamente me confortaria com o sacrifício feito. Lutei obstinadamente contra essa exigência irracional, mas sem poder fazer nada além de adiar a questão por enquanto. Eu estava contando com o retorno de Meyerbeer em breve e permaneci em silêncio. – Durante esse tempo, fui induzido por Schlesinger a escrever em sua *Gazette musicale*: entreguei vários artigos detalhados »sobre a música alemã«, etc. Acima de tudo, um pequeno romance intitulado *Eine Pilgfabrt zu Beethoven* (Uma peregrinação a Beethoven), que recebeu aplausos animados. Esse trabalho me ajudou muito a me tornar conhecido e notado em Paris. Em novembro deste ano terminei totalmente a partitura de meu *Rienzi* e imediatamente a enviei a Dresden. Desta vez foi o culminar da minha situação extremamente triste: escrevi uma curta novela para a *Gazette musicale*: *Das Ende eines deutschen Musikers in Paris* (O fim de um músico alemão em Paris), na qual deixei morrer o infeliz herói do mesmo com o seguinte credo: “Eu acredito em Deus, Mozart e Beethoven”. Foi bom que minha ópera tivesse acabado, porque agora me sentia compelido a renunciar à prática de toda arte por muito tempo: tive que fazer arranjos para Schlesinger para todos os instrumentos do mundo, até para *Cornet à pistons*, porque nessa condição eu pude aliviar um pouco minha situação. Assim, atravessei o inverno de 1841 da maneira mais inglória. Na primavera mudei-me para o campo em Meudon; com a chegada calorosa do verão, ansiava novamente por algum trabalho intelectual; a razão para isso deveria vir antes do que eu pensava. Descobri que meu rascunho do texto para *Der fliegenden Holländer* já havia sido entregue a um poeta, Paul Fouché, e vi que se finalmente me declarasse relutante em cedê-lo, me livraria dele inteiramente sob algum pretexto. Então, finalmente concordei com a transferência do meu projeto por uma certa quantia. Eu agora não tinha nada mais urgente a fazer do que cumprir minha sentença em verso alemão. Para compor precisei de um piano, porque depois de três quartos de ano de interrupção de toda a produção musical, primeiro tive que tentar me colocar de volta no ambiente musical: aluguei um piano. Depois que ele chegou, corri em verdadeira angústia; agora estava com medo de ter que descobrir que não era mais músico, comecei primeiro com o coro dos marinheiros e uma canção giratória; tudo aconteceu num piscar de olhos, e gritei bem alto de alegria ao perceber que ainda era músico. A ópera inteira foi composta em sete semanas. No final desse

tempo, porém, fui novamente dominado pelas menores preocupações externas: levei dois meses inteiros até que eu pudesse escrever a abertura da ópera concluída, apesar de estar quase terminando. Claro, nada era mais importante para mim do que ter a ópera executada rapidamente na Alemanha: recebi respostas negativas de Munique e Leipzig: a ópera não é adequada para a Alemanha, disseram. Eu, Thor, acreditava que era adequado apenas para a Alemanha, uma vez que as cordas, apenas os alemães são capazes de soar. – Por fim, enviei meu novo trabalho para Meyerbeer em Berlim com o pedido de que ela fosse aceita no teatro da corte de lá. Isso foi feito muito rapidamente. Uma vez que meu *Rienzi* já havia sido aceito para o teatro da corte de Dresden, agora eu estava ansioso para a apresentação de duas de minhas obras nos primeiros teatros alemães, e, involuntariamente, senti que curiosamente Paris foi para mim, de grande utilidade para a Alemanha. Para a própria Paris, fiquei sem esperança por alguns anos; deixei-a na primavera de 1842. Pela primeira vez vi o Reno – com lágrimas brilhantes nos olhos, eu, um pobre artista, jurei lealdade eterna à minha pátria alemã.

### Referências Bibliográficas

LAUBE, Heinrich. *Zeitung für die elegante Welt: Mode, Unterhaltung, Kunst, Theater*. Verlag: Janke. Berlin, 43.1, 1843.

WAGNER, Richard. *Digitale Bibliothek Band 107*, Berlin: CD-ROM Directmedia Publishing GmbH, 2004.

\_\_\_\_\_. *Gesammelte Schriften und Dichtungen*. (Band I). Verlag W. Frisssch. Elibron Classics series. Adamant Media Corporation 2005.

## Sobre a Revista

A Revista Lumen é uma publicação semestral de caráter multidisciplinar organizada pelo Centro Universitário Assunção – UNIFAI, que tem como objetivo divulgar o trabalho de docentes, pesquisadores e convidados de Instituições de Ensino Superior (IES) do Brasil e do exterior. A revista aceita trabalhos que não tenham sido publicados ou estejam em vias de publicação em outros periódicos, desde que atendam os seguintes requisitos:

- abordem, através de qualquer metodologia, temas relevantes nas áreas de ciências humanas, de forma aprofundada, revelando reflexão crítica;
- constituam ensaios bibliográficos, comunicações, resenhas, entrevistas, artigos, revisões bibliográficas e traduções;
- estejam adequados às normas de publicação da revista.

71

A publicação do material dependerá de sua pertinência e profundidade. Os trabalhos enviados à revista deverão ser analisados pela Comissão Editorial, que considerará a adequação da contribuição à linha editorial da revista. Tendo a Comissão Editorial analisado positivamente o material enviado, os originais serão submetidos à avaliação *ad-hoc* de, ao menos, dois pareceristas. Eventuais sugestões de modificação de estrutura ou conteúdo das contribuições feitas pela Comissão Editorial e/ou pelos pareceristas serão previamente acordadas com os autores. Só serão aceitos textos escritos em português. Textos produzidos em outros idiomas deverão, portanto, ser traduzidos. Com efeito, a Comissão Editorial vê-se totalmente responsável por rejeitar trabalhos enviados que não se enquadrem em sua linha editorial, que técnica, estrutural e/ou teoricamente demonstrem fragilidades ou que, simplesmente, não atendam aos requisitos acima discriminados. Os trabalhos aprovados pela Comissão Editorial, pelos pareceristas e pelo Conselho Consultivo, seguirão para a publicação, respeitando, todavia, a ordem de publicação (número da revista) e, dependendo do tipo de trabalho enviado, a adequação ao tema geral do Dossiê. Destarte, o prazo máximo para a comunicação de resposta de aprovação ou rejeição do material enviado ao colaborador é de 90 dias, iniciando pela confirmação do recebimento do trabalho.

## Normas para publicação

A Revista Lumen tem 5 seções temáticas: 1) artigo; 2) entrevista; 3) resenha; 4) traduções; 5) ensaios.

O número máximo de caracteres com espaços, incluindo notas de rodapé, deve corresponder a cada categoria:

- para artigo, até 60 mil caracteres com espaços;
- para entrevista, até 20 mil caracteres com espaços;
- para resenha, até 10 mil caracteres com espaços (só serão aceitas resenhas de livros publicados nos últimos 5 anos ou que tenham grande relevância para a área de conhecimento a qual pertencem)
- para traduções não há um limite de caracteres pré-definido, embora, no que se refere aos textos traduzidos recomenda-se concisão para não fugir ao padrão editorial.
- para ensaios não há limite de caracteres pré-definidos, embora seja recomendado que o texto possua uma abordagem original e autoral.

Os autores deverão enviar o material para proposta obedecendo aos parâmetros de formatação da Lumen, com um currículo sintético, através do portal da revista, que pode ser acessado no endereço: <http://www.periodicos.unifai.edu.br>

Os artigos devem ser acompanhados de resumos em português e inglês (abstracts) podendo também incluir imagens, que serão distribuídas em, no máximo, duas páginas ao final do artigo.

Os textos serão enviados em arquivo no formato Microsoft Office Word 2003©, ou mais recente; e as imagens em arquivo JPG ou TIF.

Caso as imagens não estejam de acordo com os padrões exigidos para um resultado excelente, a editoria poderá alterar as dimensões indicadas para a reprodução, guardando o direito de não utilizá-las, em caso de inadequação completa; também poderá transformar imagens coloridas em preto-e-branco, para assim publicá-las.

A simples remessa de originais implica a autorização para publicá-los.

O mérito dos textos propostos será julgado pelos editores da Lumen e por dois pareceristas da área, tendo como critérios mais relevantes a originalidade do conteúdo e a sua compatibilidade com os estudos das áreas pertinentes.

## Parâmetros de formatação

1. O texto deve estar em fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço 1,5. Os resumos e abstracts devem ter, em média, cem palavras. O resumo e o abstract também devem apresentar de três a cinco palavras-chave e keywords. O título do artigo deve estar em negrito e, também, deve ser apresentado em caixa alta, tamanho 12. Os intertítulos devem ser apresentados em negrito, tamanho 12, com caixa alta somente no início da palavra.

2. As referências bibliográficas completas deverão aparecer ao final do texto – portanto, quando uma referência bibliográfica aparecer pela primeira vez, citá-la no corpo do texto, entre parênteses, logo após a citação. Em citações literais, deverá aparecer da seguinte forma: (Autor, ano, página). Em citações não literais, a referência deverá ser feita da seguinte forma: (Autor, ano).

3. O uso de notas de rodapé será válido somente para inserção de informações complementares ou para apresentação de trecho na língua original, quando traduzido no corpo do texto. As notas devem aparecer em pé de página (rodapé) e indicadas por algarismos arábicos em ordem crescente.

4. Quando inseridas no corpo do texto, as transcrições devem ser destacadas entre aspas duplas (havendo aspas no texto original, elas se transformarão em aspas simples). Quando a transcrição tiver três linhas completas ou mais, deverá ter o parágrafo recuado à esquerda, letra tamanho 10 e espaço simples, sem aspas. O itálico deve ser usado somente nos títulos de obras, em expressões estrangeiras ou termos em destaque.



5. As imagens não devem ser inseridas no arquivo do texto. Deverão ser enviadas cada uma em arquivo separado (no formato TIF ou JPG), em baixa resolução, para o processo de seleção. As imagens serão indicadas no corpo do texto entre colchetes: Ex: [Fig. 1], [Fig 2], [Fig 3], e assim por diante. Cada arquivo de imagem deve indicar no nome essa numeração, sem os colchetes.

6. Após a aprovação do artigo, o autor deverá enviar, imediatamente, as imagens com alta resolução, para serem publicadas. Devem ter, no mínimo, 300 dpi e dimensões compatíveis com o tamanho no qual ela será reproduzida.

7. Em arquivo separado, contendo o título do artigo, o autor fará uma lista das legendas de todas as imagens, segundo sua numeração. A imagem ou figura deve apresentar uma legenda que deve trazer, na ordem: título da imagem. Crédito fotográfico ou Procedência: (referência à publicação e página da qual foi capturada a imagem).

### Para citação nas notas

Livro:

SOBRENOME, Nome. *Título em itálico*. Local de publicação: Editora, ano de publicação.

\* Caso haja outra edição do mesmo livro, esta deve ser indicada logo após o título.

Coletânea:

SOBRENOME, Nome. “*Título do capítulo entre aspas*”. In: SOBRENOME, Nome (Org.) *Título em itálico*. Local de publicação: Editora, ano de publicação.

Artigo:

SOBRENOME, Nome. “*Título do artigo entre aspas*”. *Título do periódico em itálico*. Local de publicação, volume, número do periódico, mês (abreviado) e ano de publicação.

\* No caso de jornal, indicar também o dia antes do mês.

Trabalho acadêmico:

SOBRENOME, Nome. *Título do trabalho em itálico*: subtítulo. (tipo de trabalho: tese, dissertação ou monografia) Vinculação acadêmica, (Orientação), local e data da apresentação ou defesa.

Documentos eletrônicos:

AUTOR(ES). Denominação ou *Título*: subtítulo. Indicações de responsabilidade. Data. Informações sobre a descrição do meio ou suporte.